

# AMÉRICA LATINA

HISTÓRIA DE MEIO SÉCULO



2

BOLÍVIA  
COLÔMBIA  
EQUADOR  
PERU  
VENEZUELA



EDITORA  
  
UnB

---

“Há uma história interna das coisas que nem sempre se correlaciona bem com a lógica do mundo.” A afirmação é de René Zavaleta Mercado, um dos analistas deste segundo volume da série **América Latina: história de meio Século**, ao discorrer sobre a situação vivida na Bolívia durante o período de 1932 a 1975. Este segundo volume traz também estudos sobre o período de 1925 a 1975 dos quatro países que, juntamente com a Bolívia, compõem o chamado grupo “andino” (Colômbia, Equador, Peru e Venezuela).

A afirmação feita por Zavaleta Mercado, assentada na falta de lógica e cooperação da comunidade boliviana, pode ser estendida aos demais países andinos, que não conseguiram superar suas dificuldades internas e alcançar **status** de bem-estar para seus povos. Devido a este aspecto idiossincrático, o panorama histórico desses países, repetido alternadamente, é bastante semelhante: luta das classes populares contra as oligarquias que detêm o poder, primordialmente por meio de intervenção militar.

É nesta ambiência política, que permite às nações imperialistas ditar o dia-a-dia dos povos andinos, que se consumam as guerras civis e os golpes militares. Tamanha instabilidade se reflete na inquietação com a ordem interna e com a militarização do Estado destes povos que, embora vizinhos, ainda não se descobriram.

FLÁVIO CASTRO

---

---

**AMÉRICA LATINA:  
História de meio século:**



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: Cristovam Buarque  
Vice-reitor: João Cláudio Todorov

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

*Conselho Editorial*

José Caruso Moresco Danni — presidente  
José Walter Bautista Vidal  
Luiz Fernando Gouvêa Labouriau  
Murilo Bastos da Cunha  
Odilon Ribeiro Coutinho  
Paulo Espírito Santo Saraiva  
Ruy Mauro de Araújo Marini  
Timothy Martin Mulholland  
Vladimir Carvalho  
Wilson Ferreira Hargreaves

*Coordenação da Coleção “Pensamento Latino-Americano e Caribenho”*

Geralda Dias Aparecida  
Ruy Mauro Marini  
Vitor de Paes Leonardi

# AMÉRICA LATINA

## HISTÓRIA DE MEIO SÉCULO

Volume 2

*Pablo González Casanova (org.)*

*René Zavaleta Mercado*

*Antonio García*

*Agustín Cueva*

*Julio Cotler*

*D. F. Maza Zavala*

*Tradução: Marcos Bagno (Bolívia, Colômbia, Peru e Venezuela)*  
*Alberto de los Santos (Equador)*

EDITORA  
  
UnB

Este livro ou parte dele não pode  
ser reproduzido por qualquer meio sem autorização  
escrita do reitor.

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília  
Campus Universitário - Asa Norte  
70910 - Brasília, Distrito Federal

Título original:

*América Latina: história de médio século*  
Copyright 1977 by Siglo XXI Editores, S.A.

Direitos exclusivos para esta edição:  
Editora Universidade de Brasília

Equipe Editorial:

Esmeraldino Henrique da Silva  
Patrícia Maria Silva de Assis  
Thelma Rosane P. de Souza

Arte Final:

Valperino Andrade

Supervisão gráfica:

Antonio Batista Filho

Capa:

Nanche Las Casas

ISBN

85-230-0257 - x

Ficha Catalográfica

elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

A512L América Latina: história de meio século/ Pablo  
González Casanova, org.; [colaboradores]  
René Zavaleta Mercado ... [et al.]; tradução  
de Marcos Bagno e Alberto de los Santos.  
— Brasília : Editora Universidade de Brasília,  
c1988.

337 p. (Coleção pensamento-latino-ame-  
ricano e caribenho ; 2)

Título original: America Latina : história de  
medio siglo.

970/980 (7/8 = 4)

González Casanova, Pablo, org.

Mercado, René Zavaleta, colab.

Bagno, Marcos, trad.

Santos, Alberto de los, trad.

série

## SUMÁRIO

Prefácio.....	7
1. Considerações gerais sobre a história da Bolívia (1932-1971). <i>René Zavaleta Mercado</i>	15
2. Colômbia: meio século de história contemporânea .....	75
<i>Antonio García</i>	
3. Equador: 1925-1975 .....	133
<i>Agustín Cueva</i>	
4. Peru: estado oligárquico e reformismo militar .....	175
<i>Julio Cotler</i>	
5. História de meio século na Venezuela: 1926-1975 .....	233
<i>D. F. Maza Zavala</i>	





# HISTÓRIA DE MEIO SÉCULO NA VENEZUELA: 1926-1975

D. F. Maza Zavala

## I. INTRODUÇÃO

A sociedade venezuelana se organiza — através da história — sobre a base da exploração de um produto originado no setor primário da economia. Durante a última fase da era colonial — século XVIII — o cacau representou essa condição<sup>1</sup>. O cacau foi cultivado extensivamente em terras baixas, próximas à costa, de clima cálido e úmido; e em sua produção — destinada quase totalmente à exportação — se empregou principalmente a força de trabalho escrava, procedente da África. Depois da guerra da independência, nas primeiras décadas do século XIX, e até a terceira década do século XX, o café constituiu a base econômica concreta, e seu cultivo — menos extensivo que o do cacau — fez-se em encostas de montanha, em clima mais fresco, à sombra dos mognos, abacateiros e outras árvores frondosas, com o emprego de força de trabalho de certo modo *enfeudada*<sup>2</sup> e em parte livre, sob as formas de “colonato”, “parceria” e outras, que consistem numa relação mista de trabalho e arrendamento entre os *coloros-peões* e os fazendeiros latifundiários. O café também era destinado em sua maior parte à exportação. Na segunda década do século XX começou a exploração comercial de petróleo por companhias estrangeiras, e perto de 1926 o valor desta mercadoria superava o dos produtos agrícolas tradicionais — café, cacau, principalmente — na exportação. A partir de então, o petróleo constituiu a base de sustentação da economia venezuelana e as relações geradas por sua extração e comercialização têm formado o núcleo da dinâmica social do país. Cada etapa caracterizada pela exploração econômica de um produto primário — cacau, café, petróleo — deixou marcas na estrutura econômico-social; mas não se trata de uma simples justaposição de resíduos históricos, e sim de uma complexa incorporação com múltiplas vinculações e transformações, através das quais esse processo veio a constituir a realidade que se costuma chamar *heterogeneidade estrutural* da economia. Esta heterogeneidade ou complexidade, logo de saída, tem um condicionador principal, a *relação de de-*

---

1. Outros produtos exportáveis — tabaco, couros, anil, algodão — foram os mais importantes nos séculos XVI (último terço) e XVII, época que se poderia qualificar como a “formação da economia e da sociedade venezuelanas”. Ainda no século XVIII esses produtos tinham considerável significação do comércio exterior das províncias venezuelanas.

2. A força de trabalho *enfeudada* — por semelhança aproximava com o sistema feudal — era que a permanecia vinculada às fazendas, em cujos domínios os trabalhadores dessa condição tinham seus ranchos e *conucos* — ou pequenas culturas de café — e mediante endividamento com os fazendeiros convertiam-se em verdadeiros servos que não podiam abandonar a fazenda sem permissão do dono.

*pendência* do país para com o sistema capitalista mundial, ou mais propriamente, o modo de incorporação deste país ao mencionado sistema. É por isso que a análise do processo histórico, seja qual for o período ou a época que se considere, tem de ser feita tendo como centro aquela relação; especificando-a, ademais, no tempo concreto ao qual se refere a análise.

## II. ASPECTOS RELEVANTES DA ANÁLISE

O período escolhido compreende de 1926 a 1975, inclusive. Estimei conveniente dividi-lo em subperíodos, determinados pelos fatos, modificações, conjunturas e processos que ocorreram nos planos econômico, político e social, em função de sua importância para a explicação da realidade contemporânea do país. Tais subperíodos são: 1926-35; 1936-45; 1946-57 e 1958-75. Em cada subperíodo são examinados os seguintes aspectos: a) o regime de produção em seu mais amplo sentido, com a profundidade conceitual que o desenvolvimento das ciências sociais permite; b) o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade em relação à base econômica; c) a dinâmica de classes, considerando seus distintos componentes; d) o movimento demográfico à luz dos fatores econômicos e sociais que nele influem; e) o caráter, a composição e o desenvolvimento do poder político no contexto da realidade econômico-social; f) as conjunturas econômicas e políticas que deixaram marcas em cada período estudado.

A periodização é sempre um problema para o estudo histórico. Os critérios gerais podem ser diferentes, e com frequência se estabelecem compromissos para organizar um conjunto ponderado e significativo desses critérios. Obviamente, é preciso descartar a simples descrição dos fatos em sua sequência histórica; e se o indicado é a análise para a busca da verdade, que deve resultar no esclarecimento dos fatores que determinaram o curso dos fatos, modificações, transformações e mudanças que fizeram época, é indispensável selecionar critérios chaves, segundo os quais se organizam os dados históricos para a formulação de juízos integrais. Na minha opinião, o critério fundamental é a estrutura econômica, e os critérios relativos a esta, derivados ou complementares, desempenham as correspondentes funções. Assim, pois, a dinâmica de classes e a do poder público emergem da realidade estrutural, sem que isso signifique uma dependência pura e simples, absoluta e direta, como um determinismo primário poderia fazer crer. Existe uma interação complexa entre as relações básicas da atividade econômica, o desenvolvimento das forças produtivas, a organização da sociedade e o modo de governo — o qual compreende, também, a evolução cultural, o movimento da população, as ideologias, os padrões de vida etc. —, que constitui em essência o curso da história. Tal é o fio condutor desta análise.

### III. ANTECEDENTES

Antes de analisar os fatos correspondentes ao tempo compreendido entre os anos de 1926 e 1975 — o objeto deste estudo —, convém fazer referência a alguns antecedentes que permitem interpretar melhor a história do meio século que agora nos ocupa. Esses antecedentes remontam a 1830 e põem em evidência as etapas de maior significação da vida venezuelana do século XIX e começos do XX.

#### 1. A Oligarquia (1830-58)

Em 1830 a Venezuela se separou da Grande Colômbia — formada pela Nova Granada (hoje Colômbia), Cundinamarca (hoje Equador) e Venezuela, em 1821 — e constitui-se em república independente. O regime adotado foi centralista, mas com autonomia das províncias<sup>3</sup>. Predominou a oligarquia conservadora até 1847, quando foi substituída pela oligarquia liberal<sup>4</sup>, que por sua vez foi substituída por uma breve sucessão de governos provisórios, alguns de índole ditatorial, enquanto se desenvolvia, a partir de 1859, o movimento denominado “Revolução Federal” que deu origem a uma encarniçada guerra civil a qual, depois de diferentes contingências de triunfos e derrotas, culminou com a vitória dos “federais” em 1863. A estrutura econômica do país não sofreu variações sensíveis no trânsito da situação colonial para a republicana. A forte concentração da propriedade territorial agrária, com as características essenciais do latifúndio colonial, permaneceu depois da guerra de independência, embora a propriedade tenha parcialmente mudado de donos; o próprio general Páez, herói da gesta emancipadora que em suas mocidades tinha sido peão da planície e chegou a ser o primeiro presidente da Venezuela, apoderou-se de muitas e largas terras, assim como o fizeram outros caudilhos da independência, como os Monagas. A escravidão continuou juridicamente vigente até 1854, quando foi decretada sua abolição e o governo pagou indenização aos donos de escravos. Um regime parecido com a servidão prevaleceu no campo para boa parte da força de trabalho juridicamente livre, mas na realidade atada à fazenda ou à plantação mediante vínculos econômicos<sup>5</sup>. O direito de usura sem limites foi consagrado por lei com penas de expropriação de bens para o devedor insolvente e até de prisão para o falido<sup>6</sup>. Os direitos políticos eram

---

3. José Gil Fortoul, *Historia constitucional de Venezuela*, Caracas, Venezuela, Ministério da Educação, 1954, t. 2º, pp. 19-20.

4. *Ibid.*, pp. 7-8.

5. Federico Brito Figuerosa, *Historia económica y social de Venezuela*, Caracas, UCV, 1966, t. I, p. 250.

6. Lei de 10 de abril de 1834, criticada pelo conservador Fermin Toro em sua obra *Reflexiones sobre la ley de 10 de abril de 1834*.

reservados aos cidadãos que desfrutassem de bens de fortuna ou de receitas superiores a certo mínimo estabelecido<sup>7</sup>. A educação, evidentemente, era privilégio de minorias. A Venezuela era um país disperso, com poucas vias de comunicação quase todas orientadas para os portos, uma população escassa que tinha sido dizimada pela guerra e continuava sob os açoitamentos das endemias e epidemias, da miséria e outras calamidades<sup>8</sup>.

As relações econômicas com o exterior consistiam na exportação de café, cacau, tabaco, algodão, couros e produtos menores, em troca de manufaturados e alimentos de certa qualidade para o consumo das classes dominantes; os mercados compradores e vendedores mais importantes eram os europeus, em primeiro lugar a Inglaterra. Havia uma dívida externa causada pelo financiamento da guerra emancipadora e por empréstimos que se contrataram em nome da Grande Colômbia, dos quais correspondia à Venezuela amortizar uma parte proporcional. As finanças públicas, débeis e precárias, saneavam-se, apesar de tudo, paulatinamente.

A classe dominante fundamental era a dos latifundiários plantadores e pecuaristas. Os comerciantes e agiotas gozavam de influência na sociedade mediante o domínio do capital comercial e financeiro. O artesanato era pouco numeroso. Não existiam indústrias consideráveis. A população era em sua grande maioria rural e as cidades eram pequenas. Caracas, a capital, não passava dos 50 mil habitantes em 1847. A guerra de independência — interpretada por alguns sociólogos e historiadores venezuelanos<sup>9</sup> como luta de castas e classes, mais propriamente como conflito interno que como guerra internacional — contribuiu significativamente para a diminuição da desigualdade social, entendida esta no sentido étnico e sociológico mais que no econômico; a mestiçagem se estendeu e o mestiço adquiriu consciência de sua existência, de tal modo que se considerava igual ao branco, ao “mantuano”<sup>\*</sup> ao senhor, ao oligarca. Este sentido da igualdade se afirmaria e se aprofundaria como consequência da “Revolução Federal”.

No período 1830-58, de predomínio político da oligarquia — conservadora, primeiro, liberal depois —, a luta política teve lugar com crescente intensidade e violência. O segundo presidente da República, o médico José María Vargas, foi transitoriamente derrubado por uma conspiração, mas rapidamente restabelecido no posto pela intervenção militar e política do general Páez, então caudilho indiscutível do país. Todavia, pouco depois o doutor Vargas — incapaci-

7. Josér Gil Fortoul, *op. cit.*, pp. 2-22.

8. Carlos Irazábal, *Venezuela esclava y feudal*, Caracas, Pensamiento Vivo, 1964, pp. 172-173.

9. Laureano Vallenilla Lanz, *Cesarismo democrático*, 3ª ed., Caracas, Tipogr. Garrido, 1952, pp. 1-30.

\* *mantuano*: na Venezuela, branco descendente de nobres espanhóis (N. do T.).

tado para o governo — renunciou à presidência e o substituíram, com caráter provisório, o doutor Narvarte primeiro e o general Soublette (prócer da independência) depois. Durante estas interinidades ocorreram outras tentativas de rebelião armada, facilmente vencidas. O general Páez assumiu pela segunda vez a presidência, constitucionalmente, durante o período 1839-43 e sucedeu-lhe Soublette no período 1843-47, com quem terminou a fase denominada “oligarquia conservadora”.

A luta entre conservadores e liberais durante o período 1830-47 praticamente não cessou. Os liberais exigiam maiores liberdades públicas, o império efetivo das garantias constitucionais, a elevação da dignidade da cidadania, a igualdade democrática; mas o que sobretudo motivou o movimento liberal concretamente foram duas palavras de ordem: homens novos na direção e administração da República e alternabilidade efetiva. Em 1840 foi fundado o jornal *El Venezolano*, sob a direção de Antonio Leocádio Guzmán, órgão que estimulou e orientou — ainda que demagogicamente — uma corrente de descontentamento popular antioligárquico e que havia de acender as primeiras chamas da guerra federal. Nas eleições presidenciais de 1846, o candidato oficial — conservador, apoiado pelo presidente Soublette — ia ser o general Rafael Urdaneta, prócer da independência, mas que morreu no ano anterior. Ante a confusão que esse fato causou nas fileiras do Partido Conservador, o general Páez, seu chefe, articulou a candidatura do general José Tadeo Monagas, decisão contraditória pois Monagas se havia mostrado em diferentes ocasiões adversário do Partido Conservador; mas Páez pretendia ganhar para si a vontade de Monagas para obter uma conciliação que assegurasse a paz à República. Os liberais chamados “guzmancistas” tinham como candidato à presidência Antonio Leocadio Guzmán. Com a intenção de buscar uma fórmula de transição que evitasse o confronto, até armado, entre paezistas e guzmancistas — em princípio, conservadores e liberais — o general Santiago Mariño promoveu uma entrevista entre Páez e Guzmán, mas enquanto se gestionava a reunião, alguns partidários de Guzmán se levantaram em armas e o próprio Guzmán foi feito prisioneiro. Entre os alçados esteve Ezequiel Zamora — que anos depois seria a figura popular mais importante do movimento federalista e seus seguidores proclamaram-no “General do Povo Soberano” (título com que passou à história) ao mesmo tempo em que içavam uma bandeira amarela com a inscrição: “Eleição popular, princípio alternativo, ordem, horror à oligarquia”, que logo seria a insígnia do federalismo e do longo predomínio que os caudilhos federalistas exerceram no país sob a denominação de Partido Liberal Amarelo. Guzmán foi julgado e condenado à morte; mas José T. Monagas, que acabou eleito presidente em 1846 — em eleições nas quais o mesmo Guzmán obteve o terceiro lugar —, comutou-lhe a pena pela de dez anos de prisão, que tampouco cumpriu, pois conseguiu fugir do cárcere e pouco depois alistou-se no

exército regular “como se nada tivesse acontecido”<sup>10</sup>. A acusação principal que pairou durante o julgamento sobre Guzmán foi sua campanha sistemática a partir do jornal *El Venezolano*, na qual incitava à rebelião contra o governo e os oligarcas “godos”. Embora Guzmán fosse um demagogo, hábil e inteligente, suas idéias de renovação, liberdade, reformas, alternabilidade, igualdade e outras típicas do liberalismo animaram uma causa popular, identificada pelo ódio aos “godos” — nome aplicado aos conservadores que durante a luta pela independência se mostraram indiferentes à causa republicana, quando não eram abertamente realistas, sem que isso signifique que todos os conservadores mereciam o qualificativo de “godos” nesse sentido — e pela ânsia de novos rumos na política, na administração e nas condições de vida do povo.

José T. Monagas, presidente eleito em 1846, pouco depois de assumir o posto em 1847 deixou frustradas as esperanças dos conservadores ao colocar nos cargos principais do governo e do exército alguns notórios liberais e amigos seus, razão pela qual os conservadores se declararam em oposição. A luta política ganhou muita intensidade nos últimos meses de 1847, e o confronto entre conservadores e liberais ameaçava chegar ao ponto de conflito armado. Quase ao finalizar o ano, a deputação provincial de Caracas, dominada pelos conservadores, decidiu acusar o presidente Monagas ante o Congresso da República em suas sessões ordinárias de 1848, as quais se iniciaram em 23 de janeiro. Apenas instalado o Congresso, decidiu-se por maioria a transferência da sede para Puerto Cabello, para garantir a segurança, já que ia ventilar o juízo de responsabilidade contra Monagas. Em 24 de janeiro, enquanto o ministro do Interior apresentava na Câmara de Representantes a mensagem anual do presidente, uma multidão congregada numa praça vizinha, agitada pelo rumor de que o ministro, liberal, estava preso ou em risco de vida no recinto legislativo, aglomerou-se às portas deste com o intento de forçar a entrada; a guarda designada pelo Congresso quis opor-se à turba e no choque armado houve mortos e feridos, incluídos parlamentares que se apressaram em sair à rua, entre eles o ilustre administrador Santos Michelena, honesto e brilhante homem público, que morreu em 12 de março em consequência dos ferimentos recebidos. Na Câmara do Senado, de modo diferente, a sessão se desenvolveu sem atropelos. Ante o fato consumado do ataque ao Congresso, por obra da multidão embora os conservadores tenham culpado o presidente Monagas, este tentou restabelecer a normalidade, o que pôde conseguir sem maiores dificuldades. Por uma ou outra razão, o Congresso, a partir de 25 de janeiro de 1848, se fez propício aos desígnios de Monagas, o qual nessa ocasião, em tertúlia de amigos e partidários, pronunciou uma frase histórica: “a Constituição serve para tudo”.

---

10. José Gil Fortoul, *op. cit.*, p. 276.

O dia 24 de janeiro de 1848 encerrou a etapa da oligarquia conservadora e abriu a da oligarquia liberal sob o governo dos Monagas. Entre as obras positivas da oligarquia conservadora há que se mencionar: a organização da fazenda pública, a honestidade no manejo dos fundos do Estado, a vigência da liberdade de cultos, de expressão e outras que configuram o regime democrático formal; registrou-se algum progresso material e avanço intelectual, restrinvido, é claro, a minorias privilegiadas. Entre os fatos negativos destacamos: a conservação quase intacta da ordem econômica-social herdada da colônia — latifúndio senhorial, escravidão, entre outros elementos —, a restrição do direito eleitoral a uma minoria de proprietários e receptores de altos salários, a onipotência dos usuários respaldados pela lei e a incapacidade dos pequenos e médios proprietários ante a expropriação de seus bens feita pelos agiotas. Não foi um período de paz pública, pois ocorreram revoltas e levantamentos armados que consumiram mais de quatro dos dezessete anos de domínio conservador. No plano econômico este regime praticou, dentro das limitações impostas pelas sobrevivências do regime feudal-escravista, o liberalismo, então em seu apogeu nos países capitalistas de maior desenvolvimento.

A oligarquia liberal (1848-58) governou com o selo personalista de José T. Monagas e o nepotismo dos Monagas (duas vezes foi presidente José Tadeo e uma vez seu irmão José Gregorio). O fato mais notável deste período foi a libertação dos escravos por decisão oficial, mediante pagamento de indenização aos donos, tomada no ano de 1854. O montante da indenização foi calculado em três milhões de pesos. Algumas reformas legais progressistas foram realizadas, entre elas a moderação da liberdade dos contratos para proteger relativamente o devedor e a abolição parcial da restrição do direito eleitoral mediante a eliminação do requisito de posse de patrimônio ou renda para o exercício do sufrágio em primeiro grau. Em matéria econômica, o período da oligarquia liberal se caracterizou por algumas iniciativas importantes para promover o crescimento do país, mas em sua maioria essas iniciativas não prosperaram pela má administração, pela recrudescência dos conflitos armados e pela crônica deterioração da fazenda pública. Ditaram-se algumas medidas para favorecimento da indústria e da agricultura, a melhora do sistema de transporte — inclusive o estímulo à construção de ferrovias e às rotas aquáticas — e o aumento da imigração. Em 1856 estendeu-se a primeira linha telegráfica que houve no país. Todavia, a administração foi muito deficiente e a manipulação da fazenda pública não se fez com a honestidade que havia caracterizado a etapa da oligarquia conservadora. Por outro lado, as condições de vida da grande massa popular, especialmente o campesinado, não melhoraram, salvo a libertação da força de trabalho escrava que se converteu em força de trabalho sob situação de servidão na prática, embora juridicamente livre. A estrutura econômica com base na grande propriedade territorial agrária não sofreu mudanças na etapa liberal; o capital comercial e usuário continuou a exercer influên-

cia na vida econômica, social e política, embora com menos força que durante a etapa conservadora. Em 1856, o presidente José Tadeo Monagas tentou promover uma confederação grã-colombiana, que de certo modo se aproximaria da unidade grã-colombiana criada sob a inspiração e a direção de Bolívar em 1821; mas não teve êxito.

Os conservadores, ainda que derrotados na arena pública, não abandonaram suas esperanças e tentativas de retornar ao poder político, e se empenharam em vários alçamentos armados entre os quais alguns foram conduzidos pelo próprio general Páez; mas fracassaram, e seus dirigentes foram castigados com cárcere e exílio. Mediante a reforma da Constituição efetuada em 1857 o general José T. Monagas fez-se reeleger presidente para um novo período a começar em 1858; mas irrompeu uma revolta armada contra o continuísmo e o personalismo monaguense, encabeçada aparentemente por um obscuro oficial, o general Julián Castro, embora, na verdade, promovida por uma aliança de liberais e conservadores; em 15 de março Monagas apresentou sua renúncia, vendo-se perdido sem que se disparasse um só tiro sequer. Terminou assim a etapa da oligarquia liberal e começou um período de comoção, revoltas e motins, em cuja conjuntura emergiu o movimento da Federação.

## 2. A federação

No mês de fevereiro de 1859 estourou o movimento federalista, com o pronunciamento da província de Coro. O general Ezequiel Zamora desembarcou em La Vela em 22 desse mês junto com vários elementos comprometidos no alçamento. O general Juan C. Falcón foi proclamado primeiro chefe do movimento federalista nacional<sup>11</sup>. Zamora assumiu o comando militar da província e expediu uma declaração de guerra em 23 de fevereiro de 1859, na qual declarava o começo das ações armadas para conquistar o objetivo da federação. Em 25 de fevereiro de 1859 a província de Coro se constituiu em Estado segundo o princípio organizativo federal e nessa oportunidade foram expedidos o programa e os estatutos do movimento, entre cujos pronunciamentos básicos figuravam: a abolição da pena de morte, liberdade absoluta de imprensa, de trânsito, de associação, de representação e indústria; proibição perpétua da escravidão, inviolabilidade do domicílio, da correspondência e dos escritos privados; liberdade de cultos, *inviolabilidade da propriedade*, direito voluntário de residência, independência absoluta do poder eleitoral, eleição universal, direta e secreta, administração de justiça gratuita, abolição da prisão por dívida, igualdade de todos os cidadãos perante a lei, tratamento oficial único de “ci-

---

11. Lisandro Alvarado, *História de la Revolución Federal en Venezuela*, Caracas, Ministério da Educação, 1956, pp. 101-102.



dadão” e “usted”<sup>12</sup>. As vinte províncias que então formavam a República deviam constituir-se em outros tantos Estados autônomos, unidos num pacto federal. Zamora teve êxito em sua campanha militar, com táticas de ataque-surpresa, e se converteu no caudilho de camponeses e habitantes das planícies, na esperança dos despossuídos e no terror dos oligarcas. O Conselho Municipal de Barinas em decreto de 14 de junho de 1859 lhe conferiu o título de Valente Cidadão”. No sítio de San Carlos perdeu Zamora a vida, em 10 de janeiro de 1860, em circunstâncias não *muito bem esclarecidas*, mesmo à época. Com sua morte, a causa popular dentro do movimento da Federação perdeu seu chefe mais tenaz, decidido, conseqüente e aguerrido, tanto militar quanto política e ideologicamente. Pode-se dizer que se Zamora houvesse sobrevivido à guerra federal outro teria sido o rumo do país na última metade do século XIX.

A guerra federal foi longa e cheia de contingências, tanto para o lado chamado oligarca ou godo quanto para o federal. Em 24 de abril de 1863 celebrou-se o Tratado de Coche (nome de uma fazenda vizinha a Caracas), subscrito pelos senhores Pedro José Rojas, em nome do governo ditatorial encabeçado por Páez, e Antonio Guzmán Blanco, em nome do movimento federal encabeçado por Falcón. Segundo o tratado, convocar-se-ia uma assembléia nacional trinta dias depois de obtida a aprovação deste: a partir deste momento, terminaria o governo de Páez e se formaria um novo governo; o general Falcón devia ser nomeado chefe do exército e da República e devia terminar a guerra. Com algumas modificações o tratado de Coche foi ratificado em maio do mesmo ano. Em junho se reuniu a assembléia em La Victoria, que nomeou presidente provisório da Federação venezuelana o general Falcón, com Gusmán Blanco na vice-presidência. Páez se retirou da chefia do governo em 15 de julho. Os desacertos, excessos e arbitrariedades do ditador ancião não se justificam por sua senilidade e embaçam sua figura heróica de prócer da independência. Em 1863 começou, portanto, o governo da Federação. Em 18 de agosto de 1863 o general Falcón, já em funções de presidente da República, ditou um decreto no qual consagrava os direitos, garantias e liberdades prometidos no programa da Federação e que, de maneira geral, têm configurado as constituições da República até o presente.

Em que contribuiu a Federação para o desenvolvimento da nação venezuelana? Efetivamente, em pouca coisa, sobretudo se se leva em conta seu elevado custo em vidas e recursos materiais. Os próprios seguidores da causa federal — salvo, desde logo, seus chefes ou dirigentes maiores — não entenderam os objetivos institucionais da mesma. O povo a chamava “federação” e a interpretava como um movimento reivindicador de seus direitos e necessidades, como

---

12. *Ibid.*, pp. 103-105.

\* *usted*: pronome de tratamento respeitoso, equivalente a “senhor”, a “a senhora” no português do Brasil (N. do T.).

se fosse destinada a corrigir a secular injustiça econômico-social da concentração da riqueza e da renda, da exploração e da submissão do campesinado sem terras e em condição real de servidão, da miséria das maiorias frente à abundância desfrutada por uns poucos. Aquilo que prometeu ao povo o movimento de independência meio século antes foi reproduzido em seus proclamas e seus programas pela causa federal, mas, no essencial, nas mudanças tanto econômicas quanto sociais, ambos os movimentos deixaram de cumprir suas promessas. Talvez mesclado com a ambição de poder, tratou de impor-se o afã idealista de reformas profundas em favor dos oprimidos, marginalizados e ofendidos, encarnado tal afã na figura de Ezequiel Zamora, cuja morte — ainda sob suspeita de assassinato — foi sem dúvida oportuna para oligarcas e liberais, para centralistas e federalistas em seus diferentes postos dirigentes que temiam, na realidade, a subversão popular preconizada por Zamora e a ascensão do povo ao exercício real e efetivo da democracia. O poder se impôs e a ordem foi restabelecida sem afetar a base econômica e social; tudo se reduziu a algumas mudanças de nomes e de instituições políticas, à ampliação formal dos princípios liberais e à modernização de códigos, leis, procedimentos e funções da administração pública. A Federação era apenas, e o foi sempre, uma palavra para designar uma falsa situação. Antonio Leocadio Guzmán, a quem já vimos como agitador liberal na etapa da oligarquia, expressou isso a seu modo num célebre parágrafo: “Não sei de onde tiraram a idéia de que o povo da Venezuela tem amor à federação, quando não sabe sequer o que esta palavra significa. Essa idéia saiu de mim e de outros que nos dissemos: uma vez que toda revolução necessita de bandeira, já que a Convenção de Valencia não quis batizar a constituição com o nome de federal, invoquemos nós outros essa idéia: *porque, meus senhores, se os do lado contrário tivessem dito Federação, nós teríamos dito Centralismo!*”<sup>13</sup>. A revolução, para Antonio Leocadio como para seu filho Antonio Guzmán Blanco, era simples troca de nomes, de posições pessoais e camarilhas de privilegiados.

A Federação, que segundo o princípio constitucional significava um pacto entre Estados autônomos para sustentar a República como unidade de fato e de direito, consistiu na realidade no domínio regional e local de caudilhos, êmulos dos senhores feudais da Idade Média, proprietários de extensas terras nas quais exploravam a força de trabalho de camponeses vinculados pela lealdade pessoal ou por condições similares às da servidão e amos da política em sua província ou cantão, enquanto o poder central era exercido pelo caudilho principal diretamente, ou através de um testa-de-ferro investido da presidência da República. Este pacto efetivo entre caudilhos permitia assegurar a paz durante determinados lapsos e operava como um mecanismo militar quando outros in-

---

13. *Ibid.*, p. 598, sublinhado original.

teresses ameaçavam o equilíbrio de poder sustentado pela coincidência dos caudilhos. Nas palavras, estava condenada e liquidada a oligarquia tradicional, a que dominou durante os primeiros trinta anos da República; Guzmán Blanco, hierarca do federalismo, ameaçou a oligarquia conservadora em extingui-la até como núcleo social<sup>14</sup>, mas continuou, de fato, a existir e a enaltecer os chefes políticos que se revezavam para desfrutar do comando, sem perder seus interesses materiais nem sua figuração social; o termo *oligarca* se aplicou indistintamente a todos que eram inimigos do governo ou caíam em desgraça com o mandatário, assim como o qualificativo *liberal* servia para distinguir os amigos e servidores fiéis enquanto conservassem a amizade ao caudilho e a correspondente fidelidade. A doutrina era apenas uma roupagem para os interesses do poder, ao passo que no fundo da realidade nacional permanecia a velha estrutura opressiva, repressiva, discriminatória, que garantia a grande propriedade agrária, os dinheiros mal havidos, a exploração do camponês e do habitante da planície, a ausência de progresso material e social, e em suma, o atraso econômico, administrativo e político do país.

Todavia, registrou-se uma reação por parte dos oligarcas tradicionais desalojados do poder político pela Federação: foi em 1868, quando se deu a revolta denominada dos “azuis” — pela cor da bandeira que içaram —, promovida e levada a cabo por uma aliança circunstancial entre conservadores e liberais tradicionais, sob a chefia do ancião general José T. Monagas. Os “azuis” governaram pouco mais de um ano e respeitaram em princípio a Constituição federal, mas na essência pretendiam restaurar a velha ordem conservadora. Com a morte de José T. Monagas no final de 1868 e a ascensão à presidência de seu filho José Ruperto, entrou em rápida decomposição o movimento “azul” e se ergueram em armas os caudilhos federalistas sob a chefia do general Antonio Guzmán Blanco, logrando o triunfo em 1870, embora a guerra civil continuasse em diferentes lugares do país, animada pelas ambições de alguns caudilhos locais descontentes. Começou assim o domínio quase absoluto de Guzmán, embora apoiado no pacto dos caudilhos, que havia de durar até finais do século.

### 3. *A economia e a sociedade depois da guerra federal*

Com a mudança introduzida pela abolição da escravatura, as relações de produção sofreram um processo de evolução, registrada principalmente na composição e situação da força de trabalho. Os antigos escravos se tornaram, em parte, arrendatários ou peões das fazendas, estabelecendo-se o regime de tributos em espécie ou trabalho aos latifundiários em troca do “direito” de culti-

---

14. Ramón J. Velásquez, *La caída del liberalismo amarillo*, Caracas, Ediciones de la Contraloría General de la República, 1972, p. VII.

var uma pequena parcela de terra; o endividamento crônico destes cultivadores com o fazendeiro forçava-os a permanecerem atados à propriedade por toda a vida, sendo sua dívida transmitida aos herdeiros. Outra parte da força de trabalho liberta da escravidão se dedicou ao artesanato ou a ofícios domésticos. A população, calculada em 1873 em 1 milhão 784 mil habitantes, era ativa nuns 50 por cento e desta proporção uns 79 por cento dependiam da agricultura<sup>15</sup>; os proprietários representavam 1 por cento e os artesãos, pequenos comerciantes, servidores domésticos funcionários e outros não proprietários, 20 por cento. Esta que hoje se chama “classe média” praticamente não existia ou, quando muito, estava representada por uns poucos milhares de habitantes. Os dois pólos sociais eram, portanto, os proprietários do campo e da cidade (incluídos os grandes comerciantes e agiotas) e o campesinado sujeito a condições quase servis. Entre eles um escasso grupo de artesãos, funcionários, trabalhadores urbanos e domésticos. A propriedade territorial agrária dominava o quadro econômico, e se estendeu consideravelmente durante a segunda metade do século XIX às custas de terras públicas e baldias. A propriedade mudou de mãos parcialmente em consequência das contingências da guerra. Estima-se que em 1873 cerca de 980 proprietários possuíam — de fato ou de direito — 8 mil 400 léguas quadradas de terra de um total de 15 mil 890 de domínio privado, enquanto que 28 mil 222 possuíam 7 mil 490 léguas quadradas<sup>16</sup>. A produtividade dos latifúndios era, seguramente, muito baixa, já que o cultivo se efetuava em condições rudimentares, com intensiva aplicação de força de trabalho e escassos meios de produção; todavia, a conversão da escravidão à espécie de servidão que prevaleceu depois de 1860 propiciou o incremento das culturas e da produção, embora deva levar-se em conta a destruição ocasionada pela guerra. Setenta por cento das culturas eram cafezais e 15 por cento, plantações de cacauzeiros; o resto da terra aproveitada se cobria com culturas de algodão, tabaco, milho, mandioca, coco, trigo e outras plantas menores. A pecuária estava representada por 3 milhões 300 mil cabeças e se praticava em currais ou em campo aberto. As exportações — principal sustentáculo econômico do país — eram de café, cacau, algodão, couros, tabaco, dividivi, madeiras e quina e se destinavam principalmente à Alemanha, Inglaterra, França e Estados Unidos. As crises decorrentes do capitalismo dessa época afetaram as exportações venezuelanas tanto em preços como em volume, particularmente a de 1873. O mercado interno era muito estreito e fragmentado, o que se explica pelas formas atrasadas de produção baseadas no latifúndio, razão por que o desenvolvimento industrial era nulo (existiam oficinas artesanais e algumas pequenas indústrias). A população cresceu lentamente — e em alguns anos se estancou — afetada pelas guerras, pelas endemias e epidemias e pela extrema pobreza. Para os analistas

---

15. Federico Brito Figueroa, *op. cit.*, pp. 292-293.

16. *Ibid.*, p. 296.

da história, o movimento federal sepultou a ordem herdada da colônia e levantou fermentos de subversão social na massa popular, enquanto que, por outro lado, contribuiu para a democratização formal das instituições e para a consciência de igualdade entre a população, liquidadas as castas e os preconceitos raciais, mas não as classes nem a profunda desigualdade econômica que, de um modo ou de outro, se expressava em desigualdade política. A sociedade que emergiu da guerra federal foi talvez mais igualitária, menos conservadora, mais liberal que a existente até 1858; mas também foi uma sociedade injusta, basicamente discriminadora, profundamente desequilibrada e pouco propensa à mudança verdadeira no sentido do progresso para benefício da totalidade.

#### 4. *A autocracia guzmancista*

Antonio Guzmán Blanco — general e doutor — realizou sobejamente a ambição de poder que seu pai, Antonio Leocadio, alimentou como permanente aspiração<sup>17</sup>. De uma ou de outra maneira, governou a Venezuela entre 1870 e 1890, seja diretamente como chefe do Estado — no período longo de 1870 a 1877 chamado o “septênio”; no período mais breve de 1879 a 1884, conhecido como o “qüinqüênio”; e no mais breve ainda, de 1886-88, chamado da “aclamação” —, seja através de partidários seus (Alcântara, Crespo, Rojas Paul, Andueza) que, pressionados pela reação antiguzmancista que tinha oportunidade de manifestar-se quando o chefe estava ausente na Europa, tentavam libertar-se da tutela. Guzmán mandou, mais que governou, como autocrata, com vontade que pretendeu ser onímoda, como se o país fosse um feudo seu ou um reino submetido à monarquia absoluta. Jogava no poder aproveitando-se habilmente dos caudilhos regionais e locais, das discórdias entre facções e personagens, dos interesses contraditórios de latifundiários e comerciantes. Aparentando sustentar e realizar os princípios, objetivos e ideais da Federação, praticou um centralismo autocrático, convertendo em mentira o pacto federal. Entretanto, sua autocracia foi empregada para tentar modernizar o país material, institucional e culturalmente, sobretudo no primeiro de seus períodos, o septênio, que registrou obra positiva. Por isso foi qualificado como o “Autocrata civilizador”. Decretou, em 1870, a instrução pública com caráter obrigatório e gratuito. Instituiu o serviço oficial de estatística e censos nacionais. Estabeleceu o sistema monetário unificado, com uma moeda nacional. Fomentou a legislação em matéria civil, penal, mercantil e militar. Organizou a fazenda pública, com centralização de contas, separação funcional entre receitas e despesas e regularização do crédito público. As principais fontes de renda do Estado então eram os direitos de importação e a exploração das salinas, com uma ar-

---

17. Ramón Díaz Sánchez, *Guzmán, elipse de una ambición de poder*, Editorial Edime, 1952. Preâmbulo à primeira edição.

recadação, em 1873, de seis milhões de bolívares (quão pobre era a República então!). A agricultura prosperou. Mediante contratos muito vantajosos, realmente leoninos para os empresários europeus, fomentou-se a construção de algumas linhas férreas. Organizaram-se as alfândegas e as barreiras fiscais. Impressionado por Paris — cidade em que viveu parte de seus últimos anos e onde morreu —, pretendeu transformar Caracas, ainda com resquícios coloniais, numa pequena cidade-luz, com seu teatro da ópera, sua Santa Capela, seus palácios para os poderes públicos e até sua caricatura versalhesca no povoado vizinho de Antímano. Desde cedo, os empréstimos estrangeiros proporcionaram os recursos extraordinários, já que o orçamento não bastava para tais obras monumentais<sup>18</sup>.

Enfrentou a Igreja católica — poder tradicional verdadeiro, não só no espiritual, mas também no econômico e político — chegando a encarcerar e expulsar funcionários eclesiásticos, dissolver conventos, destruir uma antiga igreja e construir outra para agradar sua esposa e restringir o direito de as igrejas e o clero possuírem bens de raiz. Instituiu o matrimônio civil como o único legalmente válido e criou o registro civil, de nascimentos e óbitos, para substituir o paroquial. Desde então, embora a Igreja tenha conservado parte de sua significação e influência na vida nacional, o poder civil tem completa autonomia em relação ao eclesiástico e o poder temporal daquela se reduziu a sua mínima expressão.

Empenhou-se por dignificar as relações diplomáticas, obrigando aos representantes de governos estrangeiros solicitar audiência oportunamente e cumprir as normas do protocolo. Negou-se a reconhecer uma dívida para com os Estados Unidos de um milhão de pesos, alegando que essa dívida só alcançava originalmente 80 mil pesos. Todavia, esteve sempre obsedado pelo brilho da Europa, principalmente da França, e seu grande desejo, que realizou, foi viver permanentemente em Paris, em relações com a nobreza com a qual conseguiu aparentar-se mediante matrimônio de suas filhas. Tencionou mandar na Venezuela desde a capital francesa, como uma remota fazenda em cujos cuidados deixava um mordomo na qualidade de presidente da República, e à qual retornava de tempos em tempos para supervisionar e consolidar seu poder. Esta prática não lhe deu o resultado desejado, pois esses mordomos, apoiados nos adversários de Guzmán, tentaram várias vezes governar fora de sua tutela, como ocorreu com Alcântara — que esboçou uma democratização da vida pública, razão por que foi chamado “o grande democrata” —, com Crespo e Rojas Paul. Não era vazia a frase que o próprio Guzmán pronunciou numa dessas conjunturas políticas: “a Venezuela é como um couro seco, que pisam de um lado e se levanta do outro”.

---

18. *Ibid.*, pp. 553-554

Enriqueceu-se consideravelmente no poder o autocrata civilizador. Tinha orgulho em dizer que sua fortuna se encontrava entre as maiores da América Latina nessa época, e podia rivalizar com muitas da Europa. Poder e riqueza serviram de base para sua transbordante vaidade, sua megalomania incontível, que o faziam desfrutar de lisonjas, homenagens, ereção de estátuas suas em vida, e do uso de uniforme de marechal francês. Diferentemente de alguns dos presidentes da etapa da oligarquia — um Vargas, um Soublette —, comprazia-se em sua fortuna material acumulada mediante aproveitamento do poder, e numa vida oropelesca de bailes, saraus, banquetes e recepções.

Na era guzmancista se registrou algum progresso material e cultural. A produção e a exportação de café, cacau e outros frutos apresentaram níveis crescentes. A pecuária se recuperou, depois das perdas sofridas durante a guerra federal. A construção urbana, principalmente em Caracas, aumentou consideravelmente. O comércio interior e o de importação se expandiram. Teve lugar uma corrente apreciável de inversão estrangeira em mineração, ferrovias, comércio e empréstimos ao Estado. Para o período 1871-1890, estima-se que a inversão estrangeira totalizou 127 milhões de bolívares, o que indica uma média anual de 6,3 milhões de bolívares<sup>19</sup>. A população, que no começo do período chegava a 1 milhão 784 mil habitantes, ascendia em 1891 a 2 milhões 324 mil. Esse período correspondeu à etapa da transição do capitalismo aproximadamente liberal ao monopolista simples; também foi a época em que os Estados Unidos, superada a crise da guerra de secessão, consolidaram seu processo de industrialização e seu desenvolvimento capitalista e alcançaram as condições necessárias e suficientes para levar a cabo uma expansão imperialista.

Cabe levantar a questão seguinte: Guzmán Blanco tentou promover a realização do programa da Federação em seus elementos mais significativos para a transformação nacional? A resposta tem de ser particularista e não genérica. Algumas das reformas impulsionadas por Guzmán no campo institucional e administrativo corresponderam ao programa federalista. No terreno econômico, no entanto, não ocorreu nenhuma mudança, embora tenha havido progresso quantitativo. Especificamente a questão agrária — capítulo fundamental do movimento federalista na interpretação popular — ficou sem se resolver; a propriedade foi-se concentrando mais nesse período e as condições de trabalho e de vida da massa camponesa não melhoraram. A sociedade era composta de três setores — poder-se-ia dizer classes, afinando o conceito —: os latifundiários, os grandes comerciantes e os camponeses sem propriedade. Entre elas, uma incipiente, quase inexistente classe média, dos artesãos, empregados, pequenos comerciantes, profissionais em exercício, professores. As contradições se davam entre os latifundiários e os camponeses — contradição fundamental —, e entre

---

19. Fedrico Brito Figueroa, *op. cit.*, p. 304.

os latifundiários e os grandes comerciantes. O poder político resultava do equilíbrio entre latifundiários e comerciantes — esses também desempenhavam a função de banqueiros e possuíam propriedade raiz urbana — e se implementava através dos caudilhos regionais e locais. O instrumento concreto era o chamado Partido Liberal Amarelo.

### 5. *A queda do liberalismo amarelo*<sup>20</sup>

A última década do século XIX foi o marco temporal da definitiva decadência do movimento liberal amarelo, herdeiro espúrio das bandeiras e palavras de ordem da Federação. Os antigos guzmancistas se esforçaram por enterar o guzmancismo. O presidente do momento, Juan Rojas Paul, imaginou um procedimento artificioso para continuar à frente do governo, mediante uma falsa renúncia ante o Congresso e um recurso aclamacionista arranjado, dos que utilizava o próprio Guzmán. A manobra resultou como havia sido planejada e se prolongou o mandato de Rojas Paul; mas pouco depois adoeceu — Alcántara havia morrido suspeitosamente, mais ou menos, uma década antes, quando tentava continuar no governo — e levantou-se o problema da sucessão. A reação contra Guzmán era já definitiva. O novo presidente foi o doutor Raimundo Andueza Palacio, com quem aparentemente o civilismo ganhava do caudilhismo. Andueza reagiu frente a Rojas como este o havia feito com Guzmán. Era a busca da independência do poder civil, ou simplesmente o fruto da ambição pessoal, ou a imposição dos caudilhos segunda a correlação de forças? Esta reação teve nome, a “Reabilitação Nacional”, como teriam nome as posteriores reações dos que manobram contra seus antigos caudilhos e os substituem no comando. As pretensões de governo prolongado de Andueza foram por sua vez questionadas pelo general Joaquín Crespo, o qual se levantou em nome da causa liberal e se autoproclamou “legalista”. Quando Crespo com sua gente armada estava às portas de Caracas, o doutor Andueza foi expulso da Casa Amarela (sede presidencial) pelos caudilhos que até então o haviam sustentado, e um triunvirato lhe sucedeu no comando, embora para preencher a formalidade tenha sido designado presidente provisório o doutor Guillermo Tell Villegas. O novo grupo no poder propôs uma trégua a Crespo com base na reunião do Congresso e na designação por este de presidente da República. Crespo não aceitou a proposta e as hostilidades se intensificaram com fortuna adversa para Crespo, mas logo este recuperou a iniciativa e obteve a vitória e o

---

20. “Até o governo do general Ignacio Andrade (1898-1899) atuam como figuras fundamentais na política e no governo da República os homens que quarenta anos atrás haviam sido atores principais ou secundários no grande movimento social e militar da Federação. Sob os nomes sucessivos de federalistas, guzmancistas, reivindicadores, reabilitadores ou legalistas, ou sob a denominação comum de liberais amarelos, são sempre os mesmos e formam o grupo dominante e excluído na cena do poder”, Ramón J. Velásquez, *op. cit.*, p. VII.



comando. O novo governo decidiu julgar por responsabilidade civil e administrativa os governantes caídos — procedimento que se repetirá mais tarde em nome da democracia —, mas pouco depois se estendeu sobre eles o manto do perdão. Crespo formalizou sua presidência mediante umas eleições nas quais conseguiu a unanimidade. Durante seu governo a situação econômica do país piorou e os setores de menores rendas sofreram mil calamidades. O governo mais não fez senão cometer desastros. A culpa, carregavam-na os ministros do governo — bodes expiatórios — e o presidente os destituía à medida em que perdiam o favor público. A esta prática da responsabilidade ministerial e da intangibilidade do presidente o escritor César Zumeta dará o nome de “cesarismo plebiscitário” (prática que se repetirá na história contemporânea da Venezuela até nossos dias). Nas eleições de 1897 triunfou (é óbvio!) a candidatura presidencial do general Ignacio Andrade, postulado por Crespo (cada presidente escolhia seu sucessor, como foi prática no passado e o será na etapa contemporânea). Todavia, nas próprias filas do partido liberal — oficialista — houve dissensões e protestos, chegando-se inclusive a semear dúvidas sobre a nacionalidade do candidato (diziam que tinha nascido na cidade colombiana de Cúcuta). Um candidato de oposição realmente notável foi o general José Manuel Hernández, que liderou um movimento chamando liberal nacionalista e ganhou a simpatia popular mas, sem êxito político concreto. Hernández percorreu o país, de povoado em povoado, realizando uma campanha eleitoral de tipo moderno<sup>21</sup>. Em todo caso, as eleições foram arranjadas em favor de Andrade. A resposta da oposição liberal nacionalista foi a guerra, que se declarou em março de 1898. O chefe da insurreição foi o general Hernández e para combatê-lo saiu o próprio Crespo, mas na Mata Carmelera foi ferido de morte. Este fato modificou consideravelmente o curso da rebelião, que fracassou. Andrade tomou posse de sua breve presidência e com ele terminou a etapa do liberalismo amarelo e de toda sorte de liberalismo tradicional na Venezuela.

#### 6. *A causa restauradora*

Em 23 de maio de 1899, o general Cipriano Castro, à frente de 60 homens — entre os quais se encontravam Juan Vicente Gómez, ditador da Venezuela durante 27 anos, e Eleazar López Contreras, presidente da República por cinco anos depois da morte de Gómez —, iniciou, dos Andes venezuelanos, um levantamento armado que em breve tempo o levou à chefia do Estado. A história do triunfo de Castro e seu movimento andino parece inacreditável: em apenas cinco meses de uma repentina e curiosa campanha militar e de negociações políticas, apoderou-se do governo e estabeleceu o que se houve por bem chamar a era dos “andinos no poder”. Um exército improvisado, deficientemente ar-

---

21. Ramón J. Velásquez, *op. cit.*, p. 165.

mado, que crescia com os prisioneiros tomados ao inimigo e com as traições no campo contrário, impôs-se ao exército oficial, supostamente mais bem organizado, disciplinado e armado, e dirigido por militares de experiência. Não se tratou, digamo-lo já, de um milagre militar devido ao gênio de Castro; foi simplesmente a conjunção de circunstâncias emergente da situação econômica, política e social da época que permitiu e favoreceu a aventura de Castro. Morto Joaquín Crespo, o liberalismo amarelo ficou sem chefe; por outro lado, um processo de decomposição, impulsionada pelas contradições dos caudilhos, conduzia-o a sua definitiva decadência. O outro liberalismo, o nacionalismo do general José Manuel Hernández, se dissolvia em pequenas guerrilhas dispersas na maior parte do país e semeava a inquietação entre os latifundiários, já que os camponeses se incorporavam ao movimento — como outras vezes no passado — motivados por uma suposta disposição do chefe liberal nacionalista para repartir as terras entre os agricultores que careciam delas. Esta e outras suposições sobre o liberalismo hernandista — por outro lado, muito contraditório, pois também concitou a seu favor correntes conservadoras e de uma muito incipiente burguesia empreendedora que observava o horizonte da modernização do país, no umbral do novo século — que lhe conferiam um caráter renovador e progressista, provocaram uma reação dos interesses supostamente ameaçados e para os quais o presidente Andrade não oferecia confiança. A situação econômica do país não era boa. A dívida pública, incluídos juros não pagos, se aproximava dos 200 milhões de bolívares, soma equivalente a quatro vezes o orçamento de receitas e despesas públicas nacionais do ano 1898-99. Embora a balança comercial apresentasse, nos anos finais do século XIX, moderados superávits, as exportações diminuía, afetadas parcialmente pela depressão cíclica do sistema capitalista internacional. A Venezuela vivia principalmente do café e secundariamente do cacau, do gado e de outros produtos primários; mas os rendimentos dessas culturas e negócios se repartiam muito desigualmente: os salários eram muito baixos, o procedimento semifeudal da renda-trabalho e da renda-espécie como gravame ao camponês sem terra absorvia as energias e os magros haveres dos colonos, condenando-os a uma miséria crônica. Os lucros se distribuía entre os fazendeiros e os grandes comerciantes exportadores, que atuavam como financiadores das colheitas. O regime político, entretanto, não oferecia nenhuma possibilidade de mudança desse estado de coisas, e tudo se limitava às ambições dos caudilhos, às artimanhas dos dirigentes civis e à precária sustentação de um homem sem estatura de líder na presidência da República.

Nesse quadro de contradições, de miúdas rivalidades pessoais e de grupos, de ausência de altos objetivos de transformação nacional, uma aventura temerária e extraordinária como a de Castro podia ter êxito, e com efeito o teve, tanto pela indubitável habilidade de condutor daquele quanto pela escassa vontade com que o combatiam as forças do governo e a confabulação de interesses

e propósitos de quantos detinham o poder econômico para favorecer a rebelião, com a esperança de, uma vez derrubado Andrade, colocar o novo homem sob sua influência e resolver assim dois problemas simultaneamente: o das rivalidades dos caudilhos pela sucessão do governo e o da ameaça emergente do campo liberal nacionalista. Pode-se dizer, portanto, que de derrota em derrota, de traição em traição, no lado oficialista, o flamante “exército restaurador” de Cipriano entrou em Caracas, enquanto o presidente Andrade escapava para o exterior. Em 23 de setembro de 1899 começou a etapa dos “andinos no poder”

Castro denominou seu movimento de *Restauração* e lhe deu um conteúdo programático genericamente liberal, produto de uma mescla de liberalismo hermandista e de liberalismo colombiano do século XIX, mas com um selo personalista messiânico. O lema: novos homens, novos procedimentos, novos ideais, não era a primeira vez que servia de pretexto para um movimento orientado à captura do poder político e lembrava algo da campanha liberal guzmancista de 1840-46. Quanto aos novos homens, em grande parte isso se tornou realidade, pois vieram a ocupar posições e cargos significativos no novo regime, tanto no militar quanto no administrativo, pessoas vindas dos Andes, principalmente do estado de Táchira, que até então tinha participado pouco das esferas do comando nacional. Os andinos tinham, e têm, características diferenciadas entre as populações regionais que compõem a Venezuela. O Táchira, mais que província de emigração era uma província de imigração, tanto do lado venezuelano quanto do colombiano, e na realidade era uma confluência de povos e atividades. Os novos procedimentos não foram tão novos, pois a prática do mando continuou, como no passado, com corruptelas mais avançadas e repressão mais a fundo dos opositores. Os novos ideais provavelmente ferviam na mente de Castro e de alguns de seus seguidores, desejosos de uma renovação do acontecer nacional, da liquidação do velho caudilhismo, do fracassado federalismo e de uma maior abertura ao progresso econômico e social. Mas a política concreta, a miúda rede dos interesses dominantes que se estendeu em torno do novo chefe de Estado, o duplo jogo da lisonja e da ameaça, fizeram das suas para deixar esses ideais no cesto de lixo. O jogo incorporava, ademais, as contradições entre a burguesia mercantil e usurária, dona do capital mobiliário e monetário, e a classe latifundiária exploradora do campesinado, nutrida durante o último terço do século XIX com os caudilhos federalistas cujo apetite de terras era superior a seu afã guerreiro. Segundo cálculos da época, a população venezuelana, estimada em 2.400 milhões habitantes, se compunha de uns 85 por cento rurais e 15 por cento urbanos, dessa população, perto de 2 milhões de pessoas não possuíam terras e eram vítimas do latifúndio<sup>22</sup>.

---

22. Juan Bautista Fuenmayor, *Historia de la Venezuela política contemporánea, 1899-1969*, t. I, Caracas, 1975, pp. 32-33.

Uma definição do conteúdo sócio-econômico do movimento liderado por Castro identifica-o com os interesses dos camponeses e proprietários médios e prósperos dos Andes — onde a propriedade territorial não podia ser efetivamente vasta como em outras regiões do país e onde os cultivos têm de ser mais intensivos por unidade de superfície — e com a pequena burguesia dessa mesma região (pequenos comerciantes, artesãos, funcionários, professores, estudantes). O crescimento econômico dos Andes, baseado no café e no gado, era superior ao do resto do país; mas seus povoadores permaneciam isolados, sem participação apreciável no manejo da coisa pública nacional. De certo modo, o movimento de Castro tendia a reivindicar uma aspiração regional de integração ao país, mas em posição prevalescente. Esta aspiração projetaria seus aspectos negativos em mais de quatro décadas da vida venezuelana.

O governo de Cipriano Castro (1899-1908) foi ditatorial. O povo não se beneficiou da mudança política. A administração foi lamentável, corrupta, para usufruto das classes dominantes e dos “andinos no poder”. A “dourada” sociedade do centro do país — Caracas, la Victoria, Valencia — se prosternou ante o ditador, se prostituiu mais do que já estava e prostituiu o próprio movimento de Castro. O peculato, a malversação de fundos e o tráfico de influências dominaram o panorama da coisa pública. O decadente liberalismo amarelo pretendeu “restaurar-se” com o regime de Castro; mas este rompeu pouco depois com seus expoentes e caudilhos. A reação do liberalismo amarelo tomou corpo na chamada “revolução libertadora” da M. A. Matos — banqueiro e general —, na qual se congregaram em sua maioria dos caudilhos tradicionais. Mas mais interessantes são dois fatos que mostram uma face distinta da política de Castro e que permitem qualificá-lo, de certo modo, como nacionalista. Estes fatos foram: o bloqueio de portos venezuelanos por uma esquadra de potências européias, em 1902, com a pretensão de cobrar a tiros de canhão e mediante a ocupação de portos e alfândegas a dívida externa da República, aumentada na proporção do afã imperialista de espoliação mediante manipulações contábeis e financeiras; e o confronto com os interesses mineiros norte-americanos representados pela companhia New York and Bermúdez Co. Em 9 de dezembro de 1902 uma frota anglo-germânica atacou, no porto de La Guaira, uns pequenos, velhos e quase imprestáveis barcos venezuelanos, incapazes de se defenderem frente aos encouraçados inimigos; a infantaria de marinha da frota agressora desembarcou no porto com ânimo de conquista. Pouco depois, a Itália declarou sua aliança com a Inglaterra e a Alemanha para agredir a Venezuela. Em 13 do mês citado o ataque foi contra Puerto Cabello. Em 17 de janeiro de 1903 um barco de guerra alemão tentou forçar a barra do lago de Maracaibo e atacou o castelo de San Carlos, que a defendeu com tiros de canhão contra o invasor. O presidente Castro lançou uma proclama à nação condenando o fato e fazendo um chamamento à consciência nacional para resistir à agressão, que começava com as famosas palavras: “a planta insolente do estrangei-

ro profanou o solo sagrado da pátria”. Uma reação patriótica muito viva originou a ação imperialista. Os credores reclamavam não apenas a dívida financeira, mas também danos e reparações de interesses e pessoas alemãs, inglesas e italianas relacionados às contingências de nossas guerras internas. A solidariedade popular latino-americana se manifestou sem tardança; o mesmo não se deu com os governos. A única exceção foi a Argentina, cujo chanceler Luis M. Drago expressou ante o governo de Washington, em nota diplomática transcendente, uma doutrina que em essência condenava a intervenção armada estrangeira como meio coativo para o ajuste de dívidas originadas em contratações civis ou mercantis e não em tratados internacionais. O governo dos Estados Unidos, desde logo, interveio, sob a invocação da doutrina Monroe, como mediador no conflito. O embaixador norte-americano em Caracas, Bowen, foi de fato designado por Castro, com o apoio da oligarquia de Caracas, mediador entre os agressores e o agredido. Logo de saída, o problema foi resolvido a favor das grandes potências, atuando os Estados Unidos como árbitro e sob sua garantia. O bloqueio foi suspenso. O outro conflito foi diretamente com o capital imperialista norte-americano, representado pela New York and Bermúdez Co. que aspirava manter seu domínio sobre um lago de asfalto venezuelano. A companhia norte-americana havia conspirado contra o governo de Castro, chegando a financiar uma chamada “revolução libertadora” chefiada pelo banqueiro oligarca Manuel Matos e que fracassou às vésperas da agressão imperialista européia à Venezuela, da qual se fez menção. Um processo de julgamentos, reclamações, ameaças de invasão norte-americana à Venezuela, campanha mundial imperialista contra o governo de Castro e conspiração para derrubá-lo, culminou, primeiro, com a ruptura de relações diplomáticas entre estados Unidos e Venezuela em julho de 1908, e pouco depois, em dezembro desse mesmo ano, com a queda do governo de Castro e sua substituição por Juan Vicente Gómez.

### *7. A causa reabilitadora*

Resultado notável do regime de Castro foi a liquidação do caudilhismo tradicional e dos resíduos dos velhos partidos. Foi uma empresa política e militar na qual colaboraram o general J. V. Gómez e o processo histórico. O enterro formal do caudilhismo ocorreu durante a ditadura deste último. Por causa de uma grave enfermidade, o general Castro viajou à Europa em novembro de 1908, para não regressar jamais à Venezuela. Pouco depois, em 19 de dezembro, uma conspiração com laivos histriônicos — armada em confabulação de interesses imperialistas europeus e norte-americanos e os da oligarquia interna — elevou J. V. Gómez à posição de ditador da Venezuela, sob um novo nome: a Causa Reabilitadora, que haveria de perdurar até 1935, ano da morte física do ditador. Numa primeira etapa, de transição, até 1914, Gómez aparentou

rodar-se dos velhos caudilhos liberais — praticamente liquidados em seu poder — reunindo-os num Conselho de governo que tinha funções de assessoramento, mas que na verdade foi uma entelêquia. Entrementes, Gómez consolidava suas posições, liquidava todo resto de liberdades públicas e se apoiava cada vez mais numa aliança entre os interesses imperialistas em expansão no país — após o novo chamariz do petróleo — e as classes dominantes: os donos da terra e a burguesia mercantil e usurária. Esta última adquirirá cada vez mais poder, dependente do imperialismo, com o crescimento do negócio petrolero. O primeiro ato de Gómez foi, em dezembro de 1908, pedir a intervenção — ou “proteção” — militar norte-americana para sustentar o seu governo. Em 13 de fevereiro de 1909 o novo ditador reconheceu todas as exigências feitas a Castro pelo governo dos EUA e prometeu abrir inteiramente as portas ao capital estrangeiro. A partir de 1913, a ditadura se tornou absoluta.

#### *IV. PERÍODO 1926-1935*

##### *1. Quadro histórico geral*

A causa restauradora, de Cipriano Castro, foi sucedida pela causa reabilitadora, de Juan Vicente Gómez, que se prolonga até 1935, ano da morte do ditador. Em 19 de dezembro de 1908 assumiu Gómez a chefia do governo como resultado de um golpe de palácio com brilhos de opereta, aproveitando a ausência do país de Castro que tinha ido à Europa à procura de saúde. Não passou de uma “evolução dentro da mesma causa”, como a qualificou o próprio Gómez<sup>23</sup>. Todavia, o regime gomezista se diferenciou consideravelmente do anterior, não só pelo estilo pessoal do ditador como também — o que é mais importante — pela conduta frente ao capital estrangeiro. Castro foi o último governante de um país agroexportador, fragmentado pelo domínio dos caudilhos, endividado com o exterior, pobre em recursos fiscais, financeiros e monetários, comovido ainda pelos golpes agônicos das guerras intestinas. Gómez foi o primeiro governante de um país petrolero, com predomínio do capital estrangeiro, sem a fera “caudilhagem” tradicional, sem os partidos “históricos” (diferentes matizes de conservadorismo e de liberalismo), com um crescente potencial fiscal, financeiro e monetário, de solvência restabelecida quanto à dívida pública e de relativa paz pública sob o lema de “união, paz e trabalho”. Não se diferenciaram os dois ditadores, evidentemente, nos métodos repressivos, na supressão efetiva de liberdades, direitos e garantias dos cidadãos, na prática do enriquecimento ilícito e do predomínio dos interesses privados poderosos sobre o interesse nacional.

---

23. Ramón J. Velásquez, *op. cit.*, p. XV.

A queda de Castro foi preparada, impulsionada e apoiada abertamente pelos interesses imperialistas norte-americanos e europeus em aliança com as classes dominantes do país. Desde o famoso litígio da nação contra a companhia norte-americana do asfalto, o governo e o grande capital dos Estados Unidos não se deram trégua nem repouso na tarefa de derrubar Castro e substituí-lo por um ditador complacente com Washington. Nessa tarefa receberam a colaboração de governos e interesses das potências imperialistas européias — Inglaterra, França, Holanda etc. — e de representantes políticos do latifúndios e da burguesia comercial. O próprio Gómez solicitou a intervenção armada dos Estados Unidos para proteger o novo governo, iniciando-se este, portanto, com um ato de traição nacional. Em 13 de fevereiro de 1909, pouco depois do golpe de palácio que derrubou Castro, firmaram-se em Caracas os protocolos chamados Buchanan-Gómez, pelos quais se reconheciam todas as exigências feitas pelo governo dos Estados Unidos ao da Venezuela, incluída a anulação da indenização a que foi condenada por um alto tribunal venezuelano a New York and Bermúdez Co. por danos e prejuízos causados à nação por aquela companhia<sup>24</sup>. Quando Castro tentou voltar à Venezuela para recuperar o poder, em abril de 1909, o governo dos Estados Unidos mobilizou sua influência e seus navios de guerra para impedir a entrada do ex-ditador não só na Venezuela como em qualquer país americano<sup>25</sup>. Castro conseguiu depois residência em Porto Rico, colônia dos Estados Unidos, onde viveu permanentemente vigiado até sua morte em 1925.

É indispensável levantar a questão dos móveis do imperialismo e das classes dominantes venezuelanas para propiciarem a derrubada de Castro. Este, de fato, não era um perigoso revolucionário anticapitalista, antiimperialista ou pró-socialista; sequer cometeu durante seu governo reformas progressistas em favor do povo. O regime agrário injusto, semi-feudal, que havia prevalecido desde a colônia, não sofreu modificações durante o período 1899-1908. A burguesia comercial e usurária também gozou de privilégios, embora algumas vezes tenha sido vítima dos caprichos e arbitrariedades do ditador. Embora o movimento andino de 1899 tenha correspondido, de certo modo, a interesses de classe média e de campesinado próspero, não se propôs nos fatos políticos e administrativos levar a cabo uma revolução democrático-burguesa. Todavia, Castro, no plano pessoal, em seu turbulento estado de consciência, era um nacionalista com um apreço primário pela soberania nacional; sua confusa intuição da antinomia imperialismo-autonomia foi significativamente iluminada pelo fato de que o capital estrangeiro expansionista, representado pelo consórcio norte-americano do asfalto já citado, financiou a campanha do caudilho banqueiro Matos contra seu governo, com resultado frustrado; e mais iluminada

---

24. Juan Bautista Fuenmayor, *op. cit.*, p. 183.

25. *Ibid.*, pp. 185-186.

ainda pela agressão armada das potências colonialistas européias contra a Venezuela sob o pretexto de cobrar pela força dívidas abusivamente infladas. A reação nacionalista de Castro e seu temperamento temerário e pouco submisso não lhe granjearam o apoio dos latifundiários nem dos grandes comerciantes e agiotas. Da mesma forma deve-se assinalar que seus procedimentos ditatoriais, repressivos, personalistas, sua falta de vinculação com o povo, seus hábitos de dissipação e a ausência de freios morais no plano individual afastaram de si o respaldo popular, e assim muito poucos sentiram a queda de Castro e muitos saudaram a subida de Gómez como um alívio. Para o capital estrangeiro era o sinal verde em seu afã de apoderar-se dos recursos petrolíferos da Venezuela, como de fato se apoderou durante o regime gomezista.

Nos primeiros anos, Gómez desenvolveu uma política para estabilizar e consolidar seu governo. O regresso ao país ou à liberdade dos caudilhos derrotados e diminuídos durante a presidência de Castro foi aproveitado transitóriamente por Gómez para incorporá-los formalmente aos quadros políticos, ou como membros de um decorativo conselho de governo, ou como governadores de estados ou como senadores no Congresso nacional sem representação efetiva. Em tais funções os antigos caudilhos liberais languesceram, ou se enfadaram, ou foram ruminar seu passivo descontentamento em suas fazendas ou no estrangeiro. O caudilhismo estava definitivamente liquidado neste país. Nesses primeiros anos, até 1913, permitiu-se algum exercício — muito restrito e tímido — de liberdades públicas. Enquanto isso, o novo governante manobrava para desalojar e anular os resíduos do castrismo e para controlar com seus amigos e sequazes todo o aparato do Estado, do exército e da administração. Nesse processo de estabilização e consolidação, Gómez se viu favorecido pela situação econômica, já que, a partir de 1909, os preços das exportações se recuperaram e o volume dos artigos exportados se ampliou, o que fez aumentar a entrada de divisas, as importações e os ingressos do Tesouro com os consequentes efeitos positivos na economia privada. Foram abolidos os impostos sobre a exportação de café, cacau e couros e se regularizou o serviço da dívida pública de acordo com o prometido às potências credoras, o que, obviamente, lhe deu maior “credibilidade” ante os olhos do imperialismo e da burguesia comercial. Simultaneamente, Gómez se dedicou a fortalecer, modernizar e regularizar o exército, que será seu instrumento eficaz de poder e cuja chefia sempre se reservou ainda nos períodos em que — por seu próprio desígnio — não exerceu diretamente a presidência da República. Paralelamente ao exército regular funcionou um corpo paramilitar denominado “La Sagrada”, composto de andinos (principalmente do Táchira), de absoluta confiança do ditador e sua equipe.

J. V. Gómez foi designado pelo Congresso para a presidência da República durante o período 1909-1913. Em 1913, último ano do período, deviam efetuar-se eleições para novo presidente; mas o ditador manobrou para perpetuar seu mandato, primeiro colocando nos cargos mais importantes seus ami-



gos e servidores mais fiéis e incondicionais, e em seguida inventando conspirações supostamente orientadas não só para derrubá-lo como também para eliminá-lo fisicamente, o que lhe permitiu encarcerar ou expulsar do país seus supostos adversários ou suspeitos de infidelidade, suspender as formais garantias constitucionais e criar deste modo uma emergência cuja solução foi uma reforma do regime constitucional, a captura de todo o poder político para o gomezismo e a impossibilidade de que qualquer candidato não submetido a Gómez fosse sugerido para a presidência da República. Foi assim que se frustrou a candidatura do doutor Félix Montes, lançada pelo jornalista Rafael Arévalo González em seu diário *El Pregonero* em 11 de julho de 1913.

O resultado foi que o jornalista foi para a prisão e o candidato, para o exílio. Por esse mesmo tempo teve lugar um movimento de aclamação a Gómez por parte de representantes das classes dominantes do país e dos agentes e testas-de-ferro do imperialismo. Telegramas, cartas e manifestos foram enviados de todo o país ao ditador, rendendo-lhe homenagem e expressando-lhe reconhecimento pelas bondades que havia prodigado à República. Nomes conhecidos, famílias tradicionais, quase tudo o que na Venezuela compunha as “forças vivas”, aclamaram Gómez em 1913 — como antes haviam aclamado Castro e muito antes a Crespo e Guzmán — e virtualmente instaram-no a perpetuar-se no poder e lhe deram o suporte para o absolutismo que Gómez pretendia e que preparava cuidadosamente desde o momento de seu golpe contra Castro. A aclamação, evidentemente, correspondia a uma política de dominação sustentada pelas classes proprietárias em cumplicidade com os interesses imperialistas estrangeiros, para assegurar a continuidade de um regime no qual confiavam para seu favorecimento, para explorarem com tranqüilidade e abuso a força de trabalho e os recursos naturais do país, uns nos campos petrolíferos, outros nos de cultivo e pastoreio. Graças a esse apoio, à eficácia do exército e da polícia, à brutal repressão que caracterizou o regime até seu desaparecimento, Gómez pôde mandar de forma absoluta — obviamente, como serviçal dos interesses já mencionados —, guardando as aparências constitucionais mediante a fórmula cínica de um presidente provisório, em falso exercício de poder, e um presidente eleito — sempre Gómez — encarregado da chefia do exército e que realmente governava desde Maracay, cidade relativamente próxima a Caracas na qual se concentrava a maior força militar. Assim, ocuparam a presidência, com caráter interino e provisório, José Gil Fortoul, Victorino Márquez Bustillos e Juan Bautista Pérez, dando a impressão de poder civil quando, na realidade, era uma ditadura absolutista, terrorista, militar-policial, pró-imperialista e pró-latifúndio.

O sustentáculo principal de Gómez foi, sem dúvida, o imperialismo petrolífero. A economia tradicional agroexportadora, fundada nos cultivos de café, cacau e outros frutos e na pecuária, com escassa atividade mineira, artesanal e industrial, dependia de fatores internos e externos e estava repartida — bastan-

te injustamente, diga-se logo — entre grandes, médios e pequenos proprietários de diversas regiões do país; para a conservação desses cultivos e cabeças de gado, para a coleta e mobilização das safras e para a ampliação de plantações e rebanhos eram necessários contingentes numerosos de forças de trabalho, geralmente vinculados às fazendas e ao rebanho não só por razões econômicas como também pessoais, de adesão ao proprietário quando este, em horas de guerra, tomava-os como recrutas de seu grupo armado. As casas exportadoras, representantes do capital estrangeiro, financiavam as culturas em termos leoninos e monopolizavam as vendas ao exterior; mas a maioria dessas casas, cujos administradores e sócios fixaram residência no país, se venezuelanizaram no curso do tempo e seus proprietários fundaram famílias na Venezuela que hoje figuram entre as mais ativas e importantes da burguesia. Os preços internacionais do café e do cacau, em correspondência com as flutuações da demanda e da oferta, ao variar num ou noutro sentido ocasionavam oscilações na situação econômica básica do país e nas próprias finanças do governo. Aquela economia, naquela época — entre a segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas do XX —, funcionava em relação a um sistema capitalista mundial em expansão e em trânsito de sua forma liberal para sua forma de concentração monopolista crescente. Essa economia tradicional sofreu várias crises, mas a maior, a que assinalou sua decadência definitiva, foi a ocorrida durante a primeira guerra mundial e em relação a suas contingências. O bloqueio dos canais mercantis internacionais durante esse conflito determinou a queda do volume de exportações e das importações, assim como uma baixa da renda aduaneira, principal fonte de ingresso fiscal de então<sup>26</sup>, o que obrigou o governo a reduzir no ano fiscal 1915-16 a saída de divisas nuns 25 por cento; meses mais tarde, em novembro de 1915, o próprio orçamento de ingressos foi retificado para ajustá-lo à realidade<sup>27</sup>. Os efeitos negativos da Guerra Mundial de 1914-18 se deixariam sentir com particular intensidade, e seriam fortalecidos, durante o quinquênio 1920-25, em que os preços médios de exportação caíram de um nível de 100 em 1920 para um de 52 em 1922, recuperando-se parcialmente até 99 em 1925; o nível de 1920 jamais foi recuperado e depois de 1929 a crise capitalista mundial sepultou na Venezuela a agricultura de exportação, que desde então vegeta entre a inanição e a moderada reanimação.

A atividade petroleira começou na Venezuela, na fase de prospecção e de uma exploração primitiva, quase artesanal, com a Companhia Petrolífera do Táchira, em 1878, constituída por interesses venezuelanos, e que operou na perfuração, produção, transporte, refino e venda de produtos de petróleo na região dos Andes, em quantidades muito pequenas<sup>28</sup>. As concessões para ex-

26. *Mensajes presidenciales*, Caracas, ediciones de la Presidencia de la República, 1971, t. IV, p. 70.

27. Juan Bautista Fuenmayor, *op. cit.*, p. 280.

28. Pedro Estebán Mejía, *La industria del petróleo en Venezuela*, UCV, Caracas, 1971, pp. 82-83.

plorar e extrair petróleo, asfalto e demais substâncias minerais combustíveis foram outorgadas a cidadãos residentes no país durante os governos de Guzmán Blanco, Crespo, Castro e Gómez, que logo as transferiram a companhias estrangeiras (inglesas, norte-americanas e holandesas). Durante o governo de Castro, em 1907, foram outorgadas concessões petroleiras num total de 4 milhões de hectares, as quais foram transferidas posteriormente, estando Gómez no poder, às companhias estrangeiras<sup>29</sup>. A grande dança das concessões se desenvolveu sobretudo durante as duas primeiras décadas do regime gomezista; em dezembro de 1909 foram outorgadas a um agente britânico concessões de 27 milhões de hectares, pouco menos de um terço da terra firme do país, que as endossou a uma companhia de sua nacionalidade; felizmente, essa companhia não teve êxito em suas explorações e devolveu o bloco de concessões em 1911. A partir de 1909 começou o incessante tráfico de concessões em grande escala, em que cidadãos venezuelanos serviam de testas-de-ferro; nesse tráfico a competição interimperialista pôs-se em evidência de maneira gritante. Os ingleses chegaram antes que os norte-americanos à partilha petroleira da Venezuela; mas os norte-americanos, com a garantia de Gómez, no poder, utilizaram toda sorte de recursos e meios — sem fronteiras institucionais nem morais — para recuperar o tempo perdido e ganhar a dianteira dos ingleses, como de fato conseguiram, depois da Primeira Guerra Mundial. O período 1913-18 foi de intensa exploração do subsolo pelas companhias britânico-holandesas, principalmente o consórcio Royal Dutch Shell. Por volta de 1918 as concessões alcançavam mais de 30 milhões de hectares e as investigações haviam dado resultados moderadamente satisfatórios. A exploração comercial se iniciou em 1917, mas o petróleo não ocupou o primeiro posto na exportação venezuelana até 1926. O próprio Gómez, através de prepostos seus, participou do tráfico de concessões, fundando para tanto uma companhia petrolífera em 1923. A produção de petróleo, iniciada em 1917 com uma média diária de 332 barris, alcançou em 1923 os 10 mil barris diários. Em 14 de dezembro desse ano reventou com violência o poço perfurado na zona de La Rosa, do campo litorâneo do distrito Bolívar do estado de Zulia, chamado Los Barrosos-2, e fluiu petróleo do subsolo no volume diário de 16 mil metros cúbicos; o fluxo se deteve por si mesmo em 23 de dezembro e a produção total durante a irrupção do poço se estimou em 150 mil metros cúbicos<sup>30</sup>. Este acontecimento comoveu o mundo petroleiro internacional, e as ambições dos consórcios petroleiros transbordaram sobre a Venezuela com maior ímpeto que até então. Em 1926 o valor da exportação de petróleo, asfalto e seus derivados alcançou 247 milhões de bolívares, em comparação com os 149 milhões que alcançou o valor das de-

29. *Ibid.*, pp. 96-99.

30. Aníbal R. Martínez, *Cronología del petróleo venezolano*, Caracas, Edición Librería Histórica, 1970, p. 58.

mais exportações; desse ano em diante, até o presente, os combustíveis têm representado o primeiro item das exportações venezuelanas. Em 1935, ano da morte de Gómez, o valor da exportação de hidrocarburentes se situou em 649 milhões de bolívares, ao passo que as outras exportações apenas chegaram a 62 milhões.

A luta interimperialista pelo domínio dos recursos petrolíferos venezuelanos foi particularmente intensa nas duas primeiras décadas do regime gomezista; entretanto, nos casos de interesse comum às companhias estrangeiras de petróleo — por exemplo, a modificação da legislação sobre hidrocarburentes —, estas faziam causa única para obter as maiores vantagens e para minimizar tanto a intervenção oficial no negócio como os impostos, taxas e contribuições relativas ao mesmo. Vale citar a este respeito as atuações do ministro do Fomento, doutor Gumersindo Torres. Em 1920, o honesto e capaz funcionário preparou um projeto de lei de hidrocarburentes que foi aprovado pelo Congresso, mediante o qual se aumentaram apreciavelmente os impostos, se reduziram a área máxima das concessões e a área total de concessões que uma companhia podia ter para serem exploradas num prazo de três anos e se abreviou o término das concessões: de 50 para 30 anos. Essa lei foi repelida pelas empresas petroleiras, que se valeram de toda sorte de meios para lograr sua reforma, o que se deu em 1922, quando o Congresso aprovou uma nova lei redigida pelos advogados das petroleiras, e o ministro Torres saiu da pasta do Fomento. Em 1930, outra vez à frente do ministério, o doutor Torres elaborou um regulamento da lei de hidrocarburentes, pelo qual se tornava mais rigorosa a fiscalização das operações petroleiras, em benefício dos interesses nacionais; evidentemente, as companhias objetaram o regulamento e pediram sua derrogação. Ao responder às objeções dos consórcios petroleiros, o ministro expressou a realidade da contribuição da atividade petroleira à nação nos termos seguintes: "... o montante das exonerações (dos direitos de importação) ascende em 10 anos à quantidade de bolívares 233.359.462.06 e os impostos arrecadados em igual período (imposto superficial e de exploração) chegam à quantidade de bolívares 171.952.126.10. Da comparação destas cifras resulta o cálculo desconsolador de que teria sido preferível não cobrar imposto algum de exploração em troca do pagamento dos direitos de alfândega exonerados"<sup>31</sup>. Obviamente, uma vez mais, o ministro Torres perdeu sua pasta e o regulamento foi deixado sem efeito.

A importação de bens e serviços aumentou substancialmente com o impulso petroleiro; ademais da importação das companhias petroleiras para suas operações no país, cresceram as compras ao exterior do governo e do setor privado, em sua maior parte de bens de consumo que não eram produzidos internamente. As divisas petroleiras começaram a afluir ao mercado venezuelano des-

---

31. Corporación Venezolana de Petróleo, *Material de lectura sobre política petrolera y CVP*, Caracas, 1966, pp. 1-3.

de os primeiros anos do despotismo gomezista, mas essa afluência se alargou depois de 1922 com o auge do negócio petrolífero, de tal modo que o preço do dólar baixou e a inclinação a importar — das classes favorecidas — se acentuou. O negócio de importação prosperou e foi substituindo progressivamente o velho negócio de exportação agropecuária, de tal modo que a burguesia comercial se ampliou e fortaleceu. O financiamento do negócio importador — mais diversificado que o exportador — gerou o estabelecimento de novos bancos comerciais e a expansão dos já estabelecidos, de modo que um novo estrato da burguesia, o dos banqueiros, foi aumentando sua influência na vida econômica, social e política. Um proeminente banqueiro, assim como notável intelectual, o doutor Vicente Lecuna, presidente do maior banco do país, foi conselheiro de Gómez em economia e finanças. Em bom número de casos, os interesses da burguesia comercial e os da financeira se mesclaram.

Os grandes latifundiários, embora continuassem participando do poder econômico durante o regime gomezista, perderam sua representação dominante. Gómez e seus acólitos se apoderaram, de diversos modos, das melhores terras do centro do país e de outras regiões, chegando a ser os maiores proprietários. Em boa parte, as herdades dos velhos caudilhos pré-gomezistas passaram à propriedade do ditador, de seus familiares e servidores. As crises sofridas pela economia do café e do cacau, aceleradas e aprofundadas pelo surgimento da economia petrolífera, determinaram a ruína de muitos fazendeiros, cujas propriedades foram leiloadas para atender as obrigações que pesavam sobre elas. A emigração camponesa às zonas petrolíferas e urbanas, em busca de melhores remunerações e condições de vida, ocasionou uma escassez de trabalhadores no meio rural, o que contribuiu para a decadência da agricultura. Por outro lado, nas zonas de atividade petrolífera, extensas terras de propriedade privadas foram incorporadas ao novo uso ou sujeitas a servidão em benefício da exploração de hidrocarbonantes. O latifúndio persistiu, mas o poder da classe latifundiária passou a segundo plano. O camponês sem terra continuou sendo a classe mais numerosa, a mais explorada e a mais submetida à miséria. Nas cidades florescia a pequena burguesia, e começava a formar-se o proletariado industrial, de construção e de serviços. Nos campos petrolíferos crescia um proletariado de importância singular nas futuras lutas sociais e políticas, dada sua relação direta com o grande capital estrangeiro no ramo de produção que passava a ser básico na economia venezuelana: o proletariado petrolífero. Em 1923 o número de trabalhadores deste ramo era de 5 mil 158; em 1935 alcançou 12 mil 333.

Nem tudo foi paz sob a ditadura gomezista. Várias tentativas armadas e conspirações foram dominadas em diferentes épocas. Em 1914, por exemplo, se alçou Emilio Arévalo Cedeño à frente de uma guerrilha e foi derrotado. Arévalo foi um guerrilheiro persistente durante a ditadura gomezista, não obstante seus fracassos. No mesmo ano de 1914 invadiu, pelo oriente, Horacio Du-

carne, antigo partidário do general Hernández (liberal nacionalista) e tampouco teve êxito, caindo finalmente prisioneiro e depois sendo assassinado. Outro alçamento em 1914 foi o general José Rafael Gabaldón — conseqüente lutador nacionalista e democrata —, também derrotado. Em Trujillo, em 1914 e 1915, se efetuaram outras tentativas armadas, mas todas fracassaram. A máquina militar, policial e política de Gómez demonstrava sua eficácia com implacável consistência. Em 1918, através da fronteira com a Colômbia, pelo Táchira, deu-se a invasão do general Juan Pablo Peñalosa, integrante do Conselho de governo em 1913, e o resultado foi a derrota e o assassinato de um grupo de prisioneiros pelo sanguinário Eustoquio Gómez, primo do ditador e então governador do estado de Táchira. Por certo o Táchira, de onde partiu em 1899 o movimento de Cipriano Castro, berço deste e de Gómez, não escapou dos atropelos e crimes do gomezismo, personificado em Eustoquio, de instintos monstruosos que saciava sem freios nem medidas. Em 1919 ocorreram manifestações estudantis antigomezistas, vinculadas a uma conspiração militar em marcha encabeçada pelo capitão Luis Rafael Pimentel, que foi descoberta e cujos cabeças foram presos e torturados; vários deles morreram em La Rotunda (tétrica prisão gomezista situada em Caracas, demolida em 1936). Os líderes estudantis do movimento foram, entre outros, Gustavo Machado, Salvador de la Plaza e Pedro Zuloaga; os dois primeiros abraçaram posteriormente a causa marxista; todos os três pertenciam a famílias de oligarquia tradicional. Velhos generais de antes de Gómez — Matias Peñuela, Constantino Pérez, Jesús Matorros, Francisco Linares Alcántara, Ortega Martínez, entre outros — tentaram entre 1919 e 1921 ações armadas contra a ditadura. Infiltrações nas forças armadas oficiais foram descobertas. A Universidade Central (Caracas) foi fechada várias vezes para punir protestos estudantis. Ações de operários e artesãos também se realizaram; em 1921 estalou uma greve de trabalhadores da Companhia de Bondes de Caracas, com manifestação nas ruas e respaldo dos estudantes, muitos dos quais foram detidos, entre eles jovens de famílias poderosas e inclusive filhos de proeminentes servidores gomezistas, o que gerou uma espécie de protesto de notáveis personagens da burguesia caraquenha; logo os estudantes foram postos em liberdade, mas a universidade foi fechada até 1925.

Em 1923 o governo do México rompeu relações com a ditadura gomezista, como culminação de um processo de crescente tensão entre ambos os governos, devido ao fato de numerosos venezuelanos inimigos da ditadura encontrarem refúgio no país irmão e ao fato de tanto o presidente mexicano, Álvaro Obregón, quanto seu ministro da Educação, José Vasconcelos, não ocultarem seu repúdio para com a tirania gomezista. Entre 1923 e 1927, exerceu o cargo de Ministro das Relações Internas o doutor Francisco Baptista Galindo, que se empenhou em moderar o caráter repressivo e tirânico do regime gomezista, até o ponto de, em 1927, porem-se em liberdade todos os presos políticos e fecharem-se as prisões chamadas La Rotunda (em Caracas), Castelo Liberta-

dor (em Puerto Cabello) e Castelo de San Carlos (no lago de Maracaibo), que tinham sido — e mais adiante continuariam sendo — masmorras de terror onde a morte dos presos era fato freqüente<sup>32</sup>. Também se permitiu o regresso de numerosos exilados. Provavelmente essa moderação na conduta repressiva do gomezismo se deveu por uma parte, à benéfica influência do doutor Baptista e, por outra, à pressão internacional, pois em vários países estrangeiros, inclusive os Estados Unidos, se havia denunciado reiteradamente a selvagem repressão do governo de Gómez, e este, apesar de tudo, era sensível a essa campanha adversa. Lamentavelmente, o doutor Baptista morreu no mesmo ano de 1927, de uma maneira considerada suspeita, embora nunca se tenha podido comprovar a hipótese de um assassinato.

O nepotismo de Gómez sofreu graves reveses na década de vinte. Falou-se da existência de um “clã Gómez” composto pelo ditador, seu irmão Juan Crisóstomo, seus primos Eustoquio Gómez e Santos Matute Gómez, seu tio José Rosario García (colombiano) e seus filhos José Vicente e outros. O irmão, Juan C. Gómez (chamado Don Juancho), desempenhou os cargos de primeiro vice-presidente da República e governador do Distrito Federal (Caracas) até sua morte por assassinato em 1923, no que se presumiu uma intriga familiar complicada com uma intriga política de sucessão. Em 1925 caíram em desgraça Eustoquio Gómez e Santos Matute Gómez, provavelmente por causa da influência de José Vicente Gómez, filho do ditador e aspirante à sucessão. Este último também cairia em desgraça com o pai, devido a suas reiteradas ambições presidenciais contando com o respaldo de jovens oficiais do exército e de um setor do gomezismo — no fundo também se moviam interesses estrangeiros ligados tre ingleses e norte-americanos — e a uma suposta participação do delfim no movimento subversivo de 1928 — tudo isso o conduziu ao exílio, do qual nunca regressou, pois morreu na Europa pouco depois. Quanto a José Rosario García, espécie de conselheiro de Gómez, caiu em desgraça em 1931 por causa de um “conselho” sobre sucessão presidencial em favor de seu parente José María García. Com a morte de J. V. Gómez, ocupou a chefia do governo o general Eleazar López Contreras, ministro da Guerra e da Marinha, que não era parente do ditador, embora, sim, um dos sessenta que invadiram o país com Castro desde o Táchira em 1899.

Em 1927 foi reconstituída a Federação de Estudantes da Venezuela, depois da prolongada clausura da Universidade Central que durou até 1925. Em fevereiro de 1928 organizaram-se uns festejos histórico-literários para arrecadar fundos com o objeto de fundar uma Casa do Estudante. Elegeu-se uma rainha dos estudantes com o nome de Beatriz I, que foi coroada no Teatro Municipal de Caracas em ato famoso durante o qual o estudante poeta Pío Tamayo recitou

---

32. Juan Bautista Fuenmayor, *Historia de la Venezuela política contemporánea*, segunda parte. Caracas, 1976, p. 61.

versos em honra da soberana, mas com a intenção de exaltar a liberdade contra a opressão. As jornadas da Semana do Estudante se converteram num movimento de protesto contra o regime gomezista, iniciando-se com uma manifestação desde a Universidade até o Panteão nacional, onde o líder juvenil Jóvito Villalba — dirigente político de primeira linha na história pós-gomezista — pronunciou um discurso ardoroso, virtualmente antigomezista e antiimperialista. Concluídas as jornadas, foram detidos, entre outros, Pío Tamayo, Antonio Arráiz — notável romancista, poeta e jornalista, mais tarde —, Rómulo Betancourt (que ocuparia duas vezes a presidência da República), Jóvito Villalba e Guillermo Prince Lara, dirigentes estudantis então. A Federação de Estudantes protestou contra as detenções e outros muitos estudantes foram encarcerados. Um movimento popular, espontâneo, de apoio aos estudantes se realizou em Caracas e outras cidades; houve greves e outros atos contra a ditadura. O descontentamento reuniu, de uma maneira ou de outra, ativa ou passivamente, as vítimas e os ressentidos: latifundiários arruinados ou despojados, artesãos, operários, pequena burguesia e algumas personagens da incipiente burguesia industrial. Os estudantes foram postos em liberdade. O movimento de 1928 representou um marco histórico ao qual se deu o nome de “geração de 28”, de influência determinante na história venezuelana dos últimos quarenta anos, no campo político, cultural e até econômico. Esse movimento obteve inclusive a simpatia, encoberta obviamente, de alguns grupos gomezistas, notavelmente José Vicente Gómez, filho do ditador, e oficiais do exército. Pouco tempo depois — em 7 de abril de 1928 — teve lugar um começo de rebelião militar, apoiada por civis, que fracassou por uma delação e pela intervenção do general López Contreras, chefe militar de Caracas. Nunca antes nem depois esteve Gómez tão perto da derrubada como então. A consequência, desde logo, foi o recrudescimento da repressão com numerosos encarcerados, exilados e condenados a trabalhos forçados nas estradas. Pode-se dizer que 1928 foi o antecedente mais claro de 1936, quanto à luta política, popular, com incorporação da classe média, de estratos progressistas da burguesia e dos operários, e a tentativa de canalizar o movimento rumo à organização em partidos.

Em 1929 ocorreram dois fatos dignos de menção: uma fracassada invasão armada contra Gómez, nas costas orientais do estado de Sucre, encabeçada pelo general Román Delgado Chalbaud, e o assalto à ilha de Curaçau (vizinha à Venezuela) por um grupo de venezuelanos dirigidos por Gustavo Machado, líder comunista de projeção histórica. O assalto a Curaçau tinha por objetivo obter armamento para invadir a Venezuela pelo ocidente; mas o objetivo fracassou pois o armamento não existia. Ainda um fato a mais: em dezembro de 1930 uma manifestação popular pela liberdade dos presos políticos foi dissolvida a tiros de fuzil com saldo de mortos e feridos. Ainda prosseguiria a longa noite da ditadura, cujo silêncio era apenas perturbado pelas fugazes aventuras guerrilheiras de Arévalo Cedeno, mas para além desse silêncio se gestava o de-



envolvimento político e ideológico, o nascimento de partidos, de organizações sindicais e camponesas, o amadurecimento da consciência da necessidade de uma democracia efetiva, de uma mudança para colocar a Venezuela no século XX, pois as ditaduras de Castro e de Gómez impediram em grau quase absoluto que as correntes de transformação do mundo contemporâneo se fizessem presentes no país, e algumas delas só viveram subterraneamente na mente, na atitude e na luta de uns poucos adiantados que tiveram a sorte de conhecer outras realidades.

## 2. O Regime de Produção

A propriedade privada fundamental durante o período considerado era a terra, cuja elevada concentração em poucas mãos era a característica mais notável. Grandes extensões territoriais, de potencialidade agrícola (vegetal ou pecuária) e/ou florestal, eram possuídas por um pequeno número de pessoas, enquanto que a imensa maioria da população rural carecia de solo próprio para seu cultivo e tinha de depender da relação de trabalho e/ou arrendamento em regime precário de uma parcela aos latifundiários. A renda-trabalho e a renda-espécie eram modalidades comuns no regime agrário de produção e representavam formas primitivas de exploração da força de trabalho camponesa em proveito de uma minoria de proprietários, freqüentemente absenteístas. Juan Vicente Gómez<sup>33</sup>, chefe do governo, era o maior proprietário a título pessoal da época<sup>34</sup>. Seus familiares e amigos eram também grandes proprietários. As melhores terras da parte norte-central do país eram de Gómez, seus parentes e acólitos. Outros grandes proprietários eram os descendentes das antigas famílias da aristocracia crioula, dos caudilhos e dos que, de uma ou de outra maneira, faziam parte da oligarquia tradicional. O latifúndio predominava então.

A atividade petrolífera emergente influenciou quanto a dar mobilidade relativa à propriedade agrária, e também como causa coadjuvante da decadência dessa forma de propriedade no quadro das relações econômicas do país<sup>35</sup>. As

---

33. “Na Venezuela o imperialismo não precisou de financiar golpes de estado, organizar sangrentas revoltas nem desembarcar sua marujada porque contava com um governo de traição nacional, em síntese: com uma ditadura petroleira que funcionava como uma aliança de classes dominantes nativas e os monopólios norte-americano.” Federico Brito Figueroa, *Historia económica y social de Venezuela*, t. II, Caracas, 1966, UCV, p. 373.

34. “Em termos individuais, Juan Vicente Gómez, o primeiro latifundiário do país, conjuntamente com seus asseclas, apoderou-se, utilizando a força do Estado, das fazendas representativas da riqueza agropecuária da Venezuela nas três primeiras décadas da era petroleira.” Federico Brito Figueroa, *op. cit.*, p. 387.

35. “Na Venezuela, nas primeiras décadas do século XX, o petróleo constitui um fator de mobilidade da propriedade territorial agrária porque influi na incorporação de extensas áreas do domínio público — baldios, terras nacionais e municipais — ao patrimônio das petroleiras e dos caudilhos militares do governo.” Federico Brito Figueroa, *Ibid*, p. 389.

companhias petrolíferas adquiriram o domínio de enormes extensões de terra, sob a figura da *concessão*. Sua demanda de força de trabalho em determinadas regiões do país — Monagas e Anzoátegui, no oriente; Zulia, no ocidente, principalmente — determinou em parte um êxodo camponês rumo aos campos petrolíferos e suas vizinhanças, o que provocou uma escassez de peões nas fazendas colocando-as em dificuldades de produção. O êxodo camponês também obedeceu à piora das condições de trabalho e de vida no meio rural e à atração que as atividades periféricas nos campos petrolíferos — serviços improdutivos, concretamente — exerciam nas camadas depauperadas da população agrícola. Todavia, proprietários de algumas quintas rurais, enclavadas na área de prospecção petrolífera, se beneficiaram da atividade das companhias mediante a fórmula da regalia, enquanto proprietários de outras que foram afetadas desfavoravelmente em seu potencial produtivo receberam uma compensação econômica que resultou substancialmente insuficiente. Em todo caso, a estrutura agrária não se modificou no essencial; a concessão petroleira não alquebrou o regime de latifúndio, senão que, em certo sentido, fortaleceu-o e complementou-o. Uma parte considerável do setor agrícola estava ocupada na economia de subsistência, sob a forma de *conuco*, isto é, de cultivos rudimentares geralmente mistos em mui pequenas superfícies de terra cuja propriedade, freqüentemente, não era do camponês e cuja produção mal bastava para a alimentação pobre da família. Para complementar seus meios de vida o *conuquero* tinha de empregar-se temporariamente como “peão” nas fazendas. O pagamento do salário não se efetuava em dinheiro, no mais das vezes, mas em “fichas” somente utilizáveis para comprar no barracão de víveres do fazendeiro, onde os preços eram arbitrariamente fixados e sempre muito superiores aos do mercado; daí que o peão ficasse permanentemente endividado para com o fazendeiro e obrigado a trabalhar para ele por toda a vida. Assim, pois, no campo coexistiam dois pólos: o latifúndio com a economia de subsistência e a exploração primária da força de trabalho em condições aproximadamente feudais. Se se fizer referência ao fato de que 85 por cento da população vivia no meio rural e dependia deste, apreciar-se-á o caráter determinante das relações agrárias de produção assim tipificadas. À guisa de ilustração, mencionarei que de uma receita nacional estimada em 1.000 milhões de bolívares ao ano, como média, no período 1916-25, uns 50 por cento aproximadamente se originavam na agricultura e a metade da produção agrícola se destinava à exportação<sup>36</sup>.

---

36. “Uma estimativa da renda nacional e sua composição para o período 1916-25 nos daria aproximadamente com média anual (em milhões de bolívares): agricultura 480; artesanato e indústria 200; comércio, transporte e serviços 200; governo 120; total 1000; petróleo 25.” Francisco Mieres, “Los efectos de la exploración petrolera sobre la agricultura en Venezuela”, apêndice da obra de Héctor Malavé Mata, *Petróleo y desarrollo económico de Venezuela*, UCV, Caracas, 1962.

Na área urbana predominavam a pequena produção mercantil, o comércio e os serviços. O artesanato tinha alguma importância e sua contribuição para o produto nacional se estimava nuns 15 por cento. O comércio, o transporte e os serviços privados contribuíam com 20 por cento de tal produto, e a atividade governamental, com 10 por cento. A Indústria manufatureira, cujas dimensões técnico-econômicas variavam entre a pequena e a média, representavam uns dois por cento. O petróleo, malgrado seu crescente peso na exportação, contribuía com três por cento do produto, o que, em todo caso, pode-se encarar como uma subestimação; as indicações citadas padecem, desde logo, de uma base estatística insuficiente, já que para os anos considerados a informação econômica era muito rudimentar.

O comércio se ocupava na exportação, importação e circulação mercantil interna. Exportavam-se principalmente produtos agropecuários (o petróleo era exportado diretamente pelas companhias concessionárias) e importavam-se bens industriais, alimentos elaborados ou em processo de elaboração, máquinas, equipamentos, meios de transporte e alguns insumos para a agricultura, a mineração, a construção e a indústria; as companhias petrolíferas importavam diretamente os artigos que lhes eram indispensáveis exonerados de direitos de alfândega. Em 1926 o valor da exportação agrícola alcançou 150 milhões de bolívares e o da exportação de asfalto, petróleo e derivados, 247 milhões, cifras que indicam que foi esse o primeiro ano em que os hidrocarbúntes se colocaram à cabeça do comércio exterior venezuelano, posição que ocupam até hoje. Em 1926, a importação se situou em 412 milhões de bolívares, quantidade que inclui as aquisições das companhias petrolíferas no exterior, determinando-se um moderado déficit da balança de mercadorias. Esse déficit deve ser analisado à luz dos componentes do comércio exterior: do lado da exportação deve-se levar em conta que a exportação efetuada pelas companhias petrolíferas não tinha como contrapartida um ingresso de divisas no país num montante equivalente, mas sim por um substancialmente menor correspondente ao “valor retornado”, isto é, a parte do valor da exportação que realmente constituía ingresso nacional (remunerações do trabalho venezuelano e impostos percebidos pelo fisco nacional); do lado da importação, portanto, também deve-se discriminar entre a efetuada pelas petrolíferas — pagas por seus próprios recursos externos — e as do resto da economia. De modo que presumivelmente o déficit comercial deve ter sido, em todo caso, diferente do registrado pela estatística. O governo obtinha seu principal ingresso dos direitos aduaneiros e arrecadações menores na forma de impostos internos sobre a circulação e o consumo. O petróleo não contribuía mais que com 20 por cento, em média, do ingresso público nacional no período considerado.

O proletariado estava em processo de formação. Consistia em pequenos grupos operários nas fábricas, no transporte, na construção e alguns serviços. A atividade petrolífera em crescimento determinava a formação de um novo ti-

po de proletariado, qualitativamente diferenciado, vinculado a uma exploração primária e em relações de produção com o capital monopolista internacional. O investimento estrangeiro no país em 1929 se estima em 260 milhões de dólares, a maior parte aplicada no negócio petroleiro e outra parte nos serviços, no sistema bancário e no comércio. Os investimentos dos Estados Unidos ascendiam a 162 milhões de dólares e os da Inglaterra e Holanda, em conjunto, a 82 milhões. Também existia algum investimento estrangeiro em atividades relacionadas ao mercado interno, notavelmente a eletrificação, o transporte e algumas indústrias. Começava a perfilar-se nesse período, portanto, uma estrutura econômica heterogênea, complexa num grau maior que na época pré-petroleira, e que se compunha dos elementos seguintes: agricultura de exportação, agricultura de subsistência, pequena produção mercantil, incipiente indústria manufatureira, construção, comércio e serviços; como um eclave em expansão se situava a atividade petroleira sob o controle direto dos monopólios internacionais. Desde cedo, o modo de produção era capitalista, já que predominavam os elementos correspondentes ao mesmo, mas era um capitalismo periférico, dependente, carente de integração interna e cuja dinâmica se subordinava inteiramente à conjuntura capitalista mundial como um processo reflexo e distorcido.

### *3. As forças produtivas*

A base material de sustentação da sociedade venezuelana da época era a exploração de recursos naturais de índole agrícola e petroleira, com aplicação intensiva de força de trabalho e tecnologia heterogênea (desde a rudimentar em fazendas e pastos até a mais avançada nos campos petrolíferos). Grandes deficiências e insuficiências de infra-estrutura freavam a expansão agrícola, além, é claro, da regressiva distribuição da propriedade agrária. As vias de comunicação, escassas, se orientavam em função das necessidades de uma economia “de porto” (exportadora-importadora); os meios de transporte prevalecentes no meio rural eram os de tração animal; funcionavam algumas ferrovias de curto trajeto; carecia-se completamente de silos, centros de armazenagem e processamento de frutos, salvo os cultivos de café e cacau. A atividade petroleira se realizava com os procedimentos, técnicas e meios mais adiantados de seu gênero, para a época, e a combinação produtiva era de índole capitalista, com uma mediana intensidade de capital e absorção considerável de mão de obra. O artesanato oferecia mui limitadas possibilidades de evolução tecnológica e de incorporação de trabalhadores dependentes. A indústria manufatureira não era propícia à renovação dinâmica de equipamentos e procedimentos de fabricação. A construção se realizava com base na incorporação relativamente numerosa de mão de obra. O setor primário da produção ocupava o primeiro lugar quanto à geração do produto, o setor secundário estava em situação incipiente

e o setor de serviços tinha uma expansão desmedida em relação à base material da produção.

#### 4. *A dinâmica de classe*

Antes da incorporação da atividade petroleira à economia venezuelana, poucas mudanças se haviam realizado na estrutura social em relação à existente, por exemplo, ao iniciar-se o movimento federal (1859). A grande massa da população era camponesa e vivia na pobreza e em situação precária, porque o campo não lhe proporcionava meios de subsistência suficientes. Sob a denominação de “campesinado” podem incluir-se os grupos seguintes: *conuqueros* (micro-arrendatários), peões-*conuqueros* adscritos de fato às fazendas e peões-diaristas. Os camponeses, no geral, não eram proprietários territoriais e se viam forçados a cultivar em baldios ou a pagar renda em trabalho, espécie ou dinheiro aos proprietários. O *conuco* (microparcela) era cultivado pelo próprio camponês e sua família, principalmente com propósito de subsistência. Existiam algumas comunidades indígenas, dispersas pelo país, que trabalhavam a terra em comum e possuíam em comum os meios de produção e o produto. Também existiam grupos reduzidos de pequenos e médios produtores rurais, proprietários, que operavam numa escala apreciável de produção para o mercado e obtinham receitas superiores às dos *conuqueros*, mediante a aplicação de procedimentos, meios e métodos menos rudimentares de cultivo e de comercialização dos produtos. O grupo dos grandes proprietários (latifundiários) — que provavelmente não excedia os 6 mil no período considerado — monopolizava cerca de 80 por cento das terras privadas e levava seu domínio até os bosques, fontes de água e outros recursos naturais. Os maiores proprietários eram o ditador Gómez e seus favorecidos assim como os descendentes das antigas famílias “mantuanas” (aristocracia nacional da época da colônia) e dos beneficiários das guerras de Independência e de Federação. Os latifundiários residiam, no geral, nas cidades ou passavam nelas a maior parte do tempo; alguns residiam na Europa ou faziam prolongadas viagens a esse continente. Na população urbana podiam distinguir-se os estratos sócio-econômicos seguintes: artesãos, pequenos comerciantes, empregados públicos e privados, professores de escola, pequenos grupos de profissionais liberais, estudantes e intelectuais que formavam uma pequena burguesia relativamente numerosa; a burguesia, de escasso desenvolvimento, estava formada por médios e grandes comerciantes, alguns industriais, banqueiros, prestamistas não institucionais, empresários da construção e de serviços, de cuja classe procediam, geralmente, os altos empregados governamentais; no outro extremo se encontravam os grupos incipientes do proletariado urbano (indústria manufatureira, construção, transporte, serviços) e do *subproletariado* (trabalhadores domésticos, bufarinheiros, su-

bocupados, marginais, lumpen etc.)<sup>37</sup>. Nas zonas petrolíferas — Zulia no ocidente, Anzoátegui e Monagas no oriente — formava-se rapidamente um proletariado em condições singularmente dinâmicas, já que vendia sua força de trabalho diretamente aos consórcios imperialistas internacionais, e que procedia — em 1930 seu número era de cerca de 21 mil — do campesinado e dos grupos de trabalhadores pesqueiros de Falcón, Anzoátegui, Sucre e Margarita, principalmente. A burguesia se ampliava com os funcionários públicos enriquecidos ilicitamente e com a conservação — então muito limitada — de latifundiários em proprietários urbanos e empresários.

Este período poderia caracterizar-se pelo surgimento de novas camadas sociais e pela modificação de outras em virtude da influência da atividade petrolífera, tanto de forma direta — através da própria inversão estrangeira e da ocupação de força de trabalho — como de forma indireta (mediante os efeitos do gasto público financiado com receitas petrolíferas na distribuição da renda). Em tal sentido, cabe assinalar a ascensão de uma nova camada da burguesia, a comercial importadora, e a relativa decadência da classe latifundiária agrícola. Novas formas de excedente fizeram sua aparição: a aquisição de bens duráveis de consumo pelas camadas privilegiadas da sociedade e a construção de obras públicas e a expansão do capital comercial e financeiro, tudo estimulado pelo gasto público, de tal modo orientado que seus benefícios ficavam reclusos tanto a setores restritos da população como em regiões determinadas do país (principalmente a região norte-central). Enquanto isso ocorria, as massas camponesas eram golpeadas mais rudemente pela miséria, pela expropriação, pelas ínfimas condições de vida, e a pequena burguesia era oprimida pela substancial insuficiência de suas receitas e pelas mui escassas oportunidades de melhorar suas condições. O proletariado, sem tardança, era vítima da mais crua exploração, sem direitos sociais nem amparo na ação do governo.

##### *5. O movimento demográfico*

Em 1926 o censo de população registrou a quantidade de 3 milhões 026 mil 878 habitantes. Em 1936 o censo alcançou 3 milhões 491 mil 159 habitantes. O crescimento populacional, portanto, num período de dez anos aproximadamente, foi de 464 mil 281 habitantes em cifras absolutas e de 15,3 por cento em termos relativos, o que permite determinar uma média anual de crescimento demográfico de 1,5 por cento, consideravelmente baixo em comparação com outros países latino-americanos para a mesma época. De fato, é conveniente assinalar que a população venezuelana teve um crescimento lento, e às vezes regressivo, durante a época anterior a 1920, obstaculizado pelas guer-

---

37. Pode-se definir o “bubproletariado” como uma massa heterogênea de trabalhadores improdutivos que obtêm pagamentos eventuais, não assimiláveis ao salário, ou estão inteiramente desempregados, mas sem disposição de concorrer em demanda de emprego.

ras internas, pelas epidemias e endemias, pela desnutrição e pela falta de assistência médico-sanitária. Oitenta e cinco por cento da população vivia no meio rural. Na década 1920-30 a esperança de vida ao nascer era de 40 anos, mais baixa no campo que na cidade. A ocupação principal da população ativa era a agricultura, em segundo lugar os serviços, em terceiro o artesanato e a indústria e por último a exploração petrolífera-mineira. Oitenta por cento da população residia na zona costeiro-montanhosa (uma estreita faixa do país que se estende desde os Andes, na fronteira com a Colômbia, até a península de Pária, no extremo oriental, coberta em sua maior parte pelos sistemas montanhosos dos Andes e da costa) na qual se localizava a agricultura em proporção determinante, assim como a maioria das cidades mais importantes, incluída a capital federal (Caracas); também nesta zona se concentrava a maior parte do comércio, a incipiente indústria e os portos habilitados ao comércio exterior; os restantes 20 por cento da população residia nas regiões de Zúlia (em torno do lago de Maracaibo), nas planícies (onde predominava a atividade pecuária) e nos planaltos orientais, assento de atividades petrolíferas, assim como em Zúlia.

#### 6. *O poder político*

A ditadura férrea e altamente repressiva de Juan Vicente Gómez dominou politicamente o país de 1908 a 1935, ano em que morreu o ditador e se iniciou uma nova etapa na vida venezuelana. Gómez conseguiu submeter os caudilhos regionais — eliminando fisicamente vários deles nas prisões —, fechou o ciclo dos alçamentos armados locais, unificou o poder político, dotou-o de meios repressivos organizados (exército, polícia) e governou de maneira personalista e despótica, embora com o cumprimento falaz de aparentes formalidades institucionais sempre adaptadas a seus interesses. A base econômico-social de sustentação desse regime foi uma aliança entre as classes dominantes internas — burguesia comercial e bancária, latifundistas favorecidos pelo regime — e os monopólios estrangeiros que controlaram a exploração de petróleo. Gozou de beneplácito e do apoio efetivo das potências capitalistas (Estados Unidos, Inglaterra, França, Holanda etc.). Os lucros do petróleo lhe permitiram estabelecer um aparato oficial administrativo, militar-policial, institucional, com alguma coerência e eficácia — se se o compara com o que existia anteriormente —, assim como também construir uma infra-estrutura física elementar (vias de transporte, telecomunicações, instalações de serviços, edificações etc.). A fazenda pública — muito simples, como a única complicação que significou o ingresso fiscal do petróleo — foi reorganizada sob a direção de um notável ministro de nome Román Cárdenas. É de notar que Gómez escolheu como membros de sua equipe governamental profissionais capazes e intelectuais de renome, junto com outros de qualidades contrapostas, e assim se destacam, além de Cárdenas, os

nomes de Gumersindo Torres, José Gil Fortoul, Césa Zumeta, Rubén González, Pedro M. Arcaya e Eleazar López Contreras, entre outros. Os mecanismos administrativos de fiscalização petrolífera foram estabelecidos sob a direção idônea e nacionalista - o que surpreende, dada a índole do regime a que serviu — de Gumersindo Torres no Ministério do Fomento, muito combatido pelas companhias petrolíferas que lograram duas vezes sua destituição. Foram criados, em 1928, os dois primeiros institutos “autônomos” oficiais, um para impulsionar programas agropecuários (Banco Agrícola e Pecuário) e outro para a habitação popular (Banco Operário). Em comparação com os governos anteriores, o de Gómez pareceu ordenado, eficaz, “progressista” no plano material, o que de nenhum modo significou bem-estar para o povo, mas, isso sim, enriquecimento de minorias e concentração de privilégios, além da entrega incondicional das riquezas ao capital estrangeiro. Em 1930, em plena depressão econômica do mundo capitalista, Gómez liquidou a dívida externa. Não permitiu incorrer em déficit do orçamento, embora, obviamente, às custas de manter em níveis mínimos os gastos em educação, saúde e outros de necessidade social, assim como os salários baixíssimos dos empregados subalternos da administração. O tirano apoderou-se, ademais, de uma grande parte das propriedades rurais através da coação e fez trabalharem nelas os camponeses recrutados como soldados. A fortuna de J. V. Gómez ao morrer se estimou em 127 milhões de bolívares (40 milhões de dólares ao câmbio da época).

Não tardou para que Gómez tivesse oposição política durante todo o tempo que durou seu governo. No período que examinamos, a orientação, as características e os protagonistas da oposição foram algo diferentes dos de antes de 1925. Na nova oposição participavam pessoas das novas gerações, portadoras de idéias políticas e sociais diversas, de inspiração liberal democrática alguns, socialista outros, os mais notáveis pertencentes à chamada “geração de 1928”<sup>38</sup>. Nesse ano se deram ações de rua contra a ditadura, como já se disse, e nos motins participaram estudantes — filhos da burguesia, dos latifundiários, da pequena burguesia —, intelectuais profissionais, oficiais das forças armadas, artesãos e operários. Anos antes, em 1926, se havia fundado no México o Partido Revolucionário Venezuelano, cuja organização obedeceu principalmente à necessidade de tratar com o governo mexicano uma ajuda material para combater pela via armada a ditadura gomezista, ajuda que foi dada ainda que em proporções modestas. Esse partido propiciou o assalto a Curaçau, encabeçado por Gustavo Machado (líder marxista), do qual falamos mais

---

38. “A geração de 28 traz elementos novos à política nacional. Sua própria aparição marca algo diferente nas águas imóveis do gomezismo. Os desfiles com bandeiras, as boinas e os gritos. Ninguém tinha visto até então sinais tão originais e atraentes. Quando avançam com a bandeira nacional nas jornadas da Semana do Estudante, os olhos, quase ausentes dos venezuelanos, ganham brilho que produz o inusitado.” Domingo Alberto Rangel, *Los andinos en el poder*, edição do autor, 1964, p. 236.



acima, e também uma invasão pelas costas de Falcón, ações que não alcançaram suas metas; na invasão por Falcón participaram voluntários mexicanos. O PRV teve como fundadores Salvador de la Plaza, Gustavo Machado, Eduardo Machado, Miguel Zúñiga, Julio Martínez, Pedro Brito, J. A. Silva, entre outros. O PRV teve um programa democrático liberal e de modernização do país, com certos aspectos de controle econômico pelo Estado e de regulação do capital estrangeiro. É claro que essa organização política teve vida breve e se consumiu nas intentonas armadas contra Gómez. Em julho de 1929 se constituiu em Paris a chamada Junta de Libertação da Venezuela, que se encarregaria provisoriamente do poder uma vez derrubada a ditadura e enquanto se realizassem eleições; dessa junta figuraram: Santos Dominici, Alberto Smith, Rufino Blanco Fombona, José Rafael Pocaterra, Néstor Luis Pérez, Atilano Carmevali e Pedro Elías Aristeguieta, entre outros. Outra junta se havia formado ao mesmo tempo em Caracas para organizar o apoio popular uma vez que o movimento armado projetado se iniciasse, entre cujos integrantes se encontravam figuras da burguesia como Nicomedes Zuloaga, Guillermo López e Ramón Parpacén. A junta de Paris organizou e levou a cabo a expedição armada que atacou as forças gomezistas em Cumaná e que fracassou. Essas ações, embora com a participação de lutadores políticos e intelectuais de idéias progressistas, não contavam com a participação efetiva do povo, indispensável para seu êxito, e de certo modo significavam a repetição das ações armadas dos velhos caudilhos; ambições pessoais de poder, rancores igualmente pessoais, aventureirismo e romantismo se mesclavam nas motivações dos participantes, carentes de uma orientação consistente com a necessidade de transformação do país e de uma interpretação justa do momento histórico que se vivia. Novas circunstâncias econômicas, sociais e políticas modificavam a realidade venezuelana da época, assim como o contexto internacional profundamente comovido pelo triunfo do socialismo marxista na Rússia e pela ascensão à hegemonia do sistema capitalista mundial dos Estados Unidos. Pouco depois, no final de 1929, estalaria a grande crise econômica capitalista que haveria de projetar-se na grave depressão prolongada até 1934, e emergiria na Europa o nazi-facismo como fase criticamente agressiva do imperialismo. Em 1931 foi criada a primeira célula do Partido Comunista da Venezuela (PCV), organizado por Aurelio e Mariano Fortoul, Francisco J. Delgado, Juan B. Fuenmayor, Víctor García Maldonado, Raúl Osorio, José Antonio Mayobre e outros. Posteriormente se incorporaram à incipiente organização os estudantes Rodolfo Quintero, Fernando Key Sanches, Ángel J. Márquez, Víctor Lara, assim como os operários Felipe Escobar, Pedro Rodríguez, Horácio Mena, Manuel Simoza, Lilia Medina, Pedro Cadamo, Tomás Torres e Ramón Abad<sup>39</sup>.

---

39. Juan Bautista Fuenmayor, *op. cit.*, pp. 165-167.

Os movimentos de 1928 e 1929 revelaram que a consciência popular não estava adormecida. O povo, sem dúvida, carecia de orientação e de organização política e seu protesto foi como um transbordamento transitório do repúdio à ditadura que permaneceu latente durante quase toda a existência desta. Por outro lado, nesses movimentos participaram ou de algum modo manifestaram sua simpatia membros de classes ou estratos em processo de formação: proletariado urbano, burguesia industrial, assim como também membros de estratos afetados desfavoravelmente pelo regime gomezista e pelas companhias petrolíferas: médios e pequenos proprietários rurais, cultivadores de café e cacau. Coincidência significativa foi que em 1928 a Venezuela assumiu a posição de segundo produtor mundial de petróleo — em primeiro lugar os Estados Unidos — e de primeiro exportador do produtor, confirmando-se assim a transformação de país agrícola em país petrolífero que perdura até hoje. Todavia, esta liderança não era acompanhada pelos escassos ingressos fiscais e do trabalho percebidos pela Venezuela, o que mostrava o alto grau de exploração pelo capital estrangeiro e sua apropriação praticamente absoluta do excedente gerado na atividade petrolífera.

O poder político absoluto do regime gomezista se assentava instrumentalmente no domínio do exército e da polícia e economicamente nos interesses do capital monopolista estrangeiro principalmente estabelecido no negócio petrolífero, da burguesia comercial-financeira e dos grandes latifundiários favorecidos pelo estado de coisas reinante. A grande maioria da população permanecia à margem do usufruto dos meios econômicos, da atenção do Estado e de qualquer oportunidade de melhora. O descontentamento, portanto, se acumulava, se estendia e se aprofundava. Na data de centenário da morte do Libertador (Bolívar), 17 de dezembro de 1930, deu-se uma manifestação popular pelas ruas de Caracas reivindicando a liberdade dos presos políticos, que foi dissolvida a balas diante dos muros de La Rotunda (tétrica prisão gomezista) com saldo de mortos e feridos. Esta foi a última ação de rua das massas populares durante o regime de terror que findou em 1935.

O conteúdo programático do primeiro manifesto produzido pelo PCV se identificava em boa parte com objetivos e metas do processo democrático-burguês, tais como: reforma agrária profunda; o princípio de salário igual para trabalho igual, sem discriminação; descanso pré e pós-natal; salário completo e assistência médica às mães trabalhadoras; uma espécie de seguro social de desemprego, doença, invalidez e velhice; redução da jornada de trabalho etc.; no entanto, numa mistura desordenada, também se incluíram objetivos de uma revolução socialista como a tomada das grandes empresas, fábricas, minas e transporte para sua nacionalização sob um governo operário e camponês, supressão de arrendamentos e aluguéis etc. A ausência de uma análise científica da realidade venezuelana permite explicar nesse documento inicial a confusão de objetivos e metas. Para um país submetido a relações de produção agrária

de índole latifundista e dominado pelo capital monopolista estrangeiro através de uma ditadura semibárbara, o indicado era um processo antiimperialista e antilatifundista, de democratização liberal burguesa, embora com um grau significativamente necessário de intervenção do Estado. Para um partido comunista era indispensável, de saída, a referência aos objetivos revolucionários de sua luta, mas claramente diferenciados dos objetivos intermediários então preferentes, dadas as condições históricas concretas da Venezuela. Sem dúvida, o PCV foi perseguido implacavelmente pela ditadura, e seus fundadores e militantes sofreram as contingências do cárcere, da clandestinidade ou do exílio. Em todo caso, estava semeada a raiz do movimento marxista-leninista na Venezuela, que logo sofriria divisões e dissidências, as mais importantes das quais têm sido assinaladas pela busca de um sentido nacional.

Em 1931 também se formou em Barranquilla (Colômbia), com vários lutadores políticos exilados, a Associação Revolucionária de Esquerda (ARDI), germe do que seria anos depois o movimento liderado por Rómulo Betancourt e que tomou formas sucessivas no partido Organização Venezuelana (ORVE) em 1936, no Partido Democrático Nacional (PDN) em 1937 e na Ação Democrática (AD) em 1941. O referido grupo de exilados — entre os quais se encontravam Rómulo Betancourt, Raúl Leoni, Valmore Rodríguez, Ricardo Montilla, Simón Betancourt e outros — produziu um documento analítico-programático denominado “Plano Barranquilla”, de orientação antiimperialista e antilatifundista, nacional-revolucionária, com algumas pinceladas de marxismo, à maneira do APRA e seu líder Haya de la Torre no Peru. O documento pôs em destaque alguns aspectos importantes da realidade venezuelana da época, em primeiro lugar a aliança entre o capital estrangeiro e a “casta” latifundista-caudilhistas nacional<sup>40</sup>, como base de sustentação do gomezismo, e a necessidade de converter a luta contra a ditadura gomezista numa luta pela transformação do país. Na parte programática, o “Plano Barranquilla” contempla duas instâncias: uma mínima, de liquidação da ditadura, castigo de seus responsáveis, restituição à República dos haveres ilicitamente obtidos por aqueles, vigência das liberdades, direitos e garantias civis e políticos, melhora das condições de trabalho e de vida dos operários e camponeses, a autonomia universitária, a modernização do ensino, a revisão dos contratos e concessões ao capital estrangeiro e a convocação de uma Constituinte; a instância máxima consistia em transformações mais profundas da estrutura econômico-social que conduziriam a largo termo ao socialismo. Aparentemente, as diferenças entre o PCV e ARDI eram de ordem tática, já que ambos se propunham, como objetivo transcendente, o socialismo; contudo, como o desenvolvimento histórico o tem demonstrado, as diferenças eram mais que de tática, ou inclusive de estratégia, de concepção da luta ideológica e política. O movimento liderado por Betancourt pôs todo

---

40. *Libro rojo 1936*, Serviço Secreto de Investigações, pp. 286 ss. As aspas são minhas.

o empenho em negar qualquer identificação, ou aproximação, com o marxismo e considera, segundo todos os indícios, a democracia burguesa populista como a estação final da História. A ARDI — e Betancourt em primeiro plano — não deixou à época, entre seus amigos e simpatizantes, de proclamar seu credo socialista, mas sujeito à “realidade” e antes como “último trunfo na manga” que como objetivo explícito e expresso. Na mente desses jovens se esboçava a idéia de uma frente policlassista com participação dos operários, dos camponeses, dos pequenos e médios proprietários, industriais, comerciantes, empregados, profissionais, intelectuais, estudantes, professores etc., para a democratização nacional e o desenvolvimento do país; mas, ao mesmo tempo, sem liderança da classe operária, o que na prática veio significar a liderança da pequena burguesia ou, mais amplamente, do que se houve por bem chamar “classe média”. O problema continua sendo: quem conduz a revolução?, tanto ou mais importante que o dos caminhos da revolução.

O período 1926-35 foi a última etapa do regime gomezista. No seio da velha sociedade anterior ao petróleo foram-se formando novos componentes, tanto das classes dominantes como das dominadas. Esse processo, impulsionado pelas novas relações geradas pela exploração de petróleo, se acelerou depois de 1925 e mais ainda depois de 1930. O regime econômico-social baseado no latifúndio, na exploração da força de trabalho camponesa, na exportação de produtos agrícolas, entrou em crise. Surgiu o proletariado petroleiro e o urbano. Os camponeses emigraram para as zonas petrolíferas e para as cidades, transformando-se em proletários ou subproletários. Formaram-se e cresceram novas camadas, incipientes, da burguesia; ganharam força: o comércio importador, o banco comercial, a construção urbana, o transporte automotor, certos serviços estimulados pelo gasto do excedente petroleiro retido no país, assim como algumas indústrias manufatureiras de proporções moderadas. Também cresceu a pequena burguesia. Os novos componentes da sociedade exigiam instituições mais modernas, regras de jogo mais flexíveis, participação no poder político, em suma, uma evolução do Estado e do governo, uma nova visão da realidade social, horizontes mais amplos para a atividade econômica, uma democratização das relações entre capital e força de trabalho. O movimento de 1928 deixou uma seqüela que foi tomando consciência da necessidade de uma mudança. Os grêmios de trabalhadores — fundados segundo as modalidades de associações de artesãos e operários, de mútuo auxílio sob patronatos religiosos — foram os embriões dos sindicatos e neles, no geral, se gestaram as lutas operárias. O regime gomezista estava destinado a desaparecer, mesmo sem a morte física do ditador ocorrida em 1935, a qual foi só um incidente que facilitou a transição a uma nova situação política. Gómez, na realidade, não era o “amo do poder”, mas o instrumento e o servo do poder real; mas este poder devia adaptar-se às modificações do processo histórico.

## 7. *As conjunturas notáveis*

No plano econômico, como mencionei, o ano de 1926 teve significação pelo fato de que durante ele a exportação de hidrocarbonantes substituiu a de produtos agrícolas no primeiro lugar das exportações. A partir de então, o comércio exterior venezuelano — e a economia interna mais dinâmica — girou em torno do petróleo e esteve incorporado mais firmemente, sob novas modalidades, ao sistema capitalista mundial. O tipo de câmbio do bolívar começou a depender da entrada de divisas petroleiras mais que das procedentes da exportação agrícola. A baixa do câmbio por efeito da afluência das divisas petroleiras foi parcialmente compensada pelo aumento da demanda de importações e outros gastos no exterior. A capacidade para importar se ampliou e uma importação mais variada e rica permitiu a sofisticação do padrão de consumo das classes dominantes, com alguma difusão restrita à pequena burguesia e ao proletariado petrolero. A deterioração da economia exportadora tradicional se acentuou e se acelerou a partir de 1929, em concordância com a forte e prolongada depressão da economia capitalista desenvolvida. O índice de preços de exportação (sem petróleo) desceu (base 1920 igual a 100) de 99 em 1925 a 90 em 1929 e a 30 em 1935<sup>41</sup>, enquanto que o índice de volume de dita exportação (com a mesma base citada) flutuou amplamente através da década de vinte, alcançando um máximo de 208 em 1929 para baixar nos anos seguintes até 83 em 1935. O café recebeu com maior força o efeito da queda dos preços, de tal maneira que a carga de 200 libras que se quotizava a 320 bolívares em 1928 chegou a valer apenas 32 em 1933<sup>42</sup>. Os fazendeiros — boa parte deles — não puderam pagar suas dívidas durante a crise e suas propriedades foram executadas em favor dos credores: bancos, casas comerciais e agiotas. O valor da propriedade agrícola decaiu verticalmente. Maior miséria castigou os peões das fazendas e os pequenos produtores rurais. Nas cidades, a crise econômica também se fez sentir: caiu substancialmente o valor da propriedade urbana, os bancos restringiram drasticamente os créditos, os devedores hipotecários morosos foram despossuídos de seus imóveis, o desemprego aumentou e, obviamente, a miséria dos setores populares se fez mais aguda.

O governo não projetou nem pôs em prática nenhuma política para combater a depressão, salvo algumas medidas isoladas, casuísticas e contraditórias, entre as quais cabe citar um subsídio por uma só vez nominalmente a favor dos cultivadores de café e cacau, mas realmente apropriado em sua maior parte pelos exportadores comerciais, pelos agiotas e favorecidos do regime. Alber-

---

41. Ramón Veloz em sua obra *Economía y finanzas de Venezuela desde 1830 hasta 1944* (edição da III Conferência Interamericana de Agricultura), Caracas, 1945, apresenta uma série de índices de preços dos produtos de exportação, sem petróleo, dos anos 1920 a 1935.

42. Domingo Alberto Rangel, *op. cit.*, p. 259.

to Adriani<sup>43</sup> em maio de 1935, ao examinar a crise do café, se pronunciava por um prêmio à exportação. O fisco nacional não refletia a crise econômica, paradoxo explicável por duas circunstâncias: a “austeridade” do gasto público, já que não se consignavam recursos orçamentários apreciáveis à educação, saúde, habitação, serviços públicos ou outras necessidades sociais, e os salários eram muito baixos; e a receita proveniente do petróleo que, durante a depressão, mostrou um comportamento singular, ao qual me referirei a seguir. É assim que as reservas do Tesouro aumentaram de 53 milhões de bolívares em 1931 para 61 milhões em 1932; ao fechar o ano fiscal 1934-35, as reservas do Tesouro chegavam a 111 milhões de bolívares. A política de Gómez durante a depressão foi, portanto, de acumulação de fundos mediante a abstenção de gasto.

Já assinala que a atividade petroleira teve um comportamento singular durante a depressão, no que se refere à Venezuela. Desde cedo a exportação de petróleo sofreu uma queda nessa conjuntura e seguramente os preços de realização diminuíram; entretanto, deve levar-se em conta que na Venezuela essa atividade estava então em processo de crescimento, caracterizado mais que pelo ritmo de curto prazo da produção, pelos investimentos básicos que se aplicavam em prospecção e instalações. Devido a isso, a atividade como um todo registrou com menor intensidade o efeito da depressão do que se poderia supor se estivesse numa etapa de baixo investimento de crescimento. Não se deve tampouco esquecer que em 1928, às vésperas da crise capitalista mundial, os monopólios petroleiros mais importantes celebraram um pacto que provavelmente lhes permitiu desviarem-se com algum êxito dos escolhos mais agudos da depressão.

Em 1934 aconteceu a desvalorização do dólar norte-americano numa proporção de 40 por cento. Automaticamente o tipo de câmbio bolívar-dólar baixou de 5,20 bolívares para 3,06, de acordo com o padrão ouro, já que não se ditou de imediato nenhuma medida para reajustar a paridade do bolívar à nova situação monetária internacional<sup>44</sup>. A revalorização automática da moeda venezuelana numa proporção tão alta afetou os interesses das companhias de petróleo, já que tiveram de negociar mais dólares para cobrir seus pagamentos em bolívares no país; também golpeou, sem dúvida, a já prostrada economia exportadora tradicional. Aparentemente para fortalecer a posição desta última, embora na realidade para conciliar os interesses e exigências das petroleiras, estabeleceu-se um novo regime cambial, sob a forma de um convênio entre o governo e o Banco da Venezuela (privado, auxiliar do Tesouro) que recebeu o nome de Convênio Tinoco, devido a ser seu gestor o doutor Pedro R. Tinoco, ministro de Gómez e servidor das companhias petroleiras e do capital es-

43. *Labor venezolanista*, 2ª ed., Caracas, 1946, p. 318.

44. Ramón Veloz, *op. cit.*,

trangeiro. Em virtude desse convênio, o Banco da Venezuela se comprometeu a adquirir divisas petrolíferas ao câmbio de 3,90 bolívares por um dólar até cobrir a demanda de câmbio por parte do mercado venezuelano; o excedente seria adquirido ao câmbio de importação do ouro, ou seja 3,03 bolívares; o câmbio para venda se fixou em 3,93 bolívares. Este foi o primeiro sistema cambial de base petrolífera que existiu na Venezuela, segundo a modalidade de câmbios diferenciais. Aparentemente, favoreceu-se a agricultura, mas na realidade o favorecido foi o negócio petrolífero estrangeiro. Não se interpretou então desta maneira o convênio cambial, já que vozes distintas clamavam por um reajuste em proveito da exportação agrícola, golpeada pela desvalorização do dólar; entre essas vozes cabe citar a de Alberto Adriani que afirmou que “o fator principal desta agravação de nossa crise é a desvalorização do dólar norte-americano”<sup>45</sup>. Ainda em nossos dias afirma-se que a causa da ruína agrícola daquela época foi a baixa cotação do dólar<sup>46</sup>. Sem dúvida, não concordo com esta explicação monetarista da crise agrícola venezuelana e prefiro mencionar, já que não há lugar para a análise neste trabalho, causas de índole estrutural, entre as quais se destaca o monopólio da propriedade territorial agrícola em condições semifeudais de exploração.

## V. PERÍODO 1936-1945

### 1. Quadro Histórico Geral

Em 17 de dezembro de 1935<sup>47</sup> morreu Juan Vicente Gómez em exercício do poder. A pugna interna entre correntes gomezistas — a que pretendia a continuidade inalterável do regime e a que entendia a necessidade de uma liberalização do mesmo embora sem reformas essenciais — resolveu-se formalmente através da designação do general Eleazar López Contreras como presidente da República para concluir o período constitucional que se estendia até 19 de abril de 1936. López era no momento da morte de Gómez o ministro da Guerra e da Marinha; era, ademais, um dos 60 tachirenses que, com Cipriano Castro à cabeça, iniciaram o movimento armado que abriu o caminho do poder aos andinos. López chegou a adquirir uma cultura geral apreciável e uma formação militar mediante a autodisciplina. Tinha influência no exercício e em setores importantes do gomezismo, o que lhe permitiu — junto com sua habilidade

---

45. Alberto Adriani, *op. cit.* p. 351.

46. Juan B. Fuenmayor, *op. cit.*, p. 158.

47. Esta é a data oficial do falecimento do ditador; todavia, surgiram dúvidas, persistentes, sobre a hora exata do fato: a oficial foi às 11h. 45min. da noite. Presumiu-se, por alguns, que pode ter sido o dia 16 ou o 18 nas primeiras horas. O dia 17 foi coincidência com a morte do Libertador Bolívar.

para conduzir-se em situações difíceis — dominar a crise de poder surgida com o desaparecimento do ditador. Todavia, a seqüela da crise se manifestou durante tempo considerável no mandato de López, caracterizado por uma oscilação persistente entre a reforma democrático-liberal e os procedimentos repressivos, embora estes últimos nunca se comparassem ao terror gomezista. O movimento popular, com seu fluxo e refluxo alternativos, foi um fator importante dessa conjuntura de transição entre o gomezismo cru e as formas democráticas de governo que se deu no período que agora se estuda.

Na verdade, López Contreras, embora fiel a Gómez como chefe militar e de governo, não era um gomezista em seu modo de pensar sobre o país. Tampouco era, como os fatos demonstraram, um reformador profundo nem avançado no político, no econômico e no social. Era um homem de transição, de compromisso, entre uma situação de força praticamente absoluta e uma saída progressiva à democracia liberal burguesa moderna. Nesse sentido interpretou sua função histórica, embora tenha sido restritivo nos alcances de sua ação e não tenha estimulado a luta popular que facilitaria e abreviaria a transição. Deve levar-se em conta que López, ao assumir a chefia do governo, não tinha experiência de mando político. Tampouco havia no país experiência significativa do movimento de massas nem da luta política pacífica, já que haviam transcorrido (em 1936) quase quatro décadas de ditadura e eventuais aventuras armadas de tipo tradicional. A restrita participação do povo na vida política foi a característica deste período que se estende desde a morte de Gómez até a queda do governo de Medina Angarita.

Objetivamente não era possível a continuidade estática do gomezismo. Não foram as inclinações pessoais de López e seus colaboradores nem as circunstâncias fortuitas que determinaram o rumo dos acontecimentos. Já se disse que no seio da sociedade regida pela ditadura nasceram e começaram a crescer novas forças, novos componentes que iam adquirindo uma difusa e confusa noção de sua existência, posição e possibilidade no país. O proletariado, a pequena burguesia, estamentos da burguesia representavam interesses em expansão que não podiam desenvolver-se dentro do círculo de ferro da ditadura, a qual não permitia novas regras de jogo que pudessem favorecer o crescimento das forças produtivas e o alívio das tensões sociais. De uma ou outra maneira, esses interesses encontravam correspondência em idéias de renovação liberal, de exercício democrático, de modernização do Estado e de estímulo à economia. Os grupos mais evoluídos e alertas desses setores da sociedade — em contacto com as diferentes correntes de pensamento político, social e econômico existentes naquela época no mundo — tinham a convicção da necessidade e da possibilidade de uma mudança na vida nacional, e alguns deles haviam plasmado em definições programáticas ou simples enunciados de suas reflexões e atitudes àquele respeito. Por outro lado, a situação econômico-social da maioria do povo era desesperadora, assinalada pela falta de oportunidades de traba-



lho, pelos baixíssimos salários, pelo cerco das endemias, pela escassez grave de facilidades de educação, pela ausência de proteção, direitos e garantias no trabalho e outras calamidades. Algumas lutas operárias, incipientes, tinham ocorrido nos últimos anos do gomezismo, e as reivindicações dos trabalhadores continuavam brutalmente reprimidas pela ditadura em conivência com o capital estrangeiro e as forças mais reacionárias do país. A agricultura estava em ruínas e tal fato afetava agudamente pequenos e médios produtores rurais: Gómez e seus acólitos haviam estabelecido monopólios sobre quase toda atividade lucrativa e impunham exação a produtores e consumidores. A indústria não podia crescer sem a ampliação e fortalecimento do mercado interno, o que estava impedido pela repressão econômica e social mantida pela ditadura. Existiam, portanto, condições objetivas para uma reação de todos os setores progressistas contra a continuação da ditadura.

Embriões de organizações políticas haviam surgido na clandestinidade e no exílio. Às vésperas da morte de Gómez as tendências dominantes se orientavam rumo à unidade democrática, numa frente ampla antigomezista, anti-reacionária, antiimperialista e pela liberalização da vida política e civil. O regime gomezista englobava com o adjetivo de “comunista” toda idéia ou tentativa de renovação democrática, de elevação do nível de vida dos trabalhadores e de progresso nacional. Nisto a ditadura era acompanhada — ou, melhor dizendo, instruída — pelo imperialismo. Quando López Contreras assumiu a chefia do governo, ordenou a libertação dos presos políticos e a livre entrada no país dos exilados, com exceção dos “comunistas”; destes, os que regressaram foram encarcerados. A repressão anticomunista foi a carranca de proa do governo de López, que interpretava como comunismo todo movimento político que pretendesse ir mais além das reformas parciais, isoladas, moderadas ao extremo, permitidas ou propiciadas por López. Este permitiu no começo alguns movimentos de massas e até ações populares contra propriedades dos gomezistas mais odiados, que lhe ajudaram a desembaraçar-se da fração mais recalcitrante, criminosa e torpemente ambiciosa do gomezismo; porém, tão logo se sentiu menos inseguro no poder — com o apoio do exército, da polícia, do aparato civil e das classes dominantes reacionárias — reprimiu inclusive brutalmente as manifestações populares. Seu objetivo era a transição lenta, pausada, com “calma e cordura” como foi seu lema de governo, governo burocrático, formal, sem conteúdo de massas, sem participação coletiva; tudo devia ser ordenado e conduzido pelo poder. Em razão desta estratégia foi substituindo — no governo e nos corpos repressivos — os gomezistas que não lhe ofereciam confiança por gomezistas de seu afeto e por não-gomezistas e antigomezistas acima de toda suspeita de serem radicais de esquerda. Ao mesmo tempo, López aproveitou o descenso, ou enfraquecimento, da ação popular para reprimir severamente as vanguardas das forças democráticas ativas e as lutas operárias e camponesas. Foi assim que em 5 de janeiro de 1936 o presidente López ditou

um decreto de suspensão das garantias constitucionais — as quais, aliás, nunca tiveram vigência até então — alegando um suposto estado de subversão pública contra a paz, a ordem, a propriedade privada, as pessoas e as atividades e, obviamente, sob a evocação do perigo comunista. Com tais pretextos, o governo recém-estabelecido buscava a implantação de uma ditadura legalizada — ou, melhor dizendo, a restauração da ditadura sem Gómez e com procedimentos menos torpes que os do falecido. A resposta a essas medidas, que tendiam a cercar todo movimento democrático e a paralisar o povo, foi a concentração popular de 14 de fevereiro do mesmo ano, na praça Bolívar em Caracas, em frente ao palácio do Governo, que foi dissolvida a bala por forças repressivas governamentais, com saldo de mortos e feridos. Este fato determinou uma reação coletiva de impressionantes proporções e nesse mesmo dia, à tarde, uma manifestação multitudinária, calculada entre 30 e 40 mil pessoas, encabeçada pelos mais representativos de todos os setores progressistas da cidade, desde professores universitários até operários, chegou até o palácio presidencial de Miraflores, onde Jóvito Villalba e outros líderes exigiram de López o restabelecimento das garantias, o castigo dos culpados do massacre, a erradicação de gomezistas do aparato do Estado e a democratização efetiva da vida pública. Ante esta força popular, López prometeu retificar seus atos e, de fato, poucos dias depois foram restabelecidas as garantias, condenou-se o general Galavís, governador de Caracas, como responsável pelo massacre, fizeram-se mudanças progressistas no gabinete e nos governos regionais e o presidente da República expôs ao país um programa de governo muito ambicioso no material, que se denominou “Programa de Fevereiro”, nunca realizado, e que ficou como símbolo e mostra de demagogia governamental para suavizar momentos críticos.

A direção do movimento político do povo correu a cargo, nos primeiros momentos, da Federação de Estudantes da Venezuela (FEV), sob a presidência de Jóvito Villalba. Esta organização, cujo núcleo era o estudantado da Universidade Central (Caracas), foi unitária até o momento em que um grupo se separou (em 6 de maio de 1936) para fundar a União Nacional Estudantil (UNE) sob a liderança de Rafael Caldera. A UNE foi o antecedente juvenil do partido social-cristão COPEI, criado em 1947 e que no presente é um dos dois partidos que se alternam no governo e se qualificam como de centro-esquerda. A UNE em sua origem se identificou como um movimento conservador ao qual foram imputadas inclusive simpatias pela rebelião franquista que então ocorria na Espanha com o apoio do nazi-fascismo. A UNE, em todo caso, serviu às forças reacionárias para golpear o movimento popular e como ponta de lança do anticomunismo, sob cuja bandeira se tentava justificar todo ataque e repressão às idéias e ações progressistas. A UNE era, por outro lado, expressão militante do catolicismo tradicional, conservador dos supostos direitos “naturais” de propriedade, de empresa privada e de coexistência pacífica da riqueza e da pobreza. A FEV correspondeu a correntes democráticas, sem serem necessa-

riamente marxistas nem sequer radicais dentro do sistema; nela lutaram, entre outros, os que depois militaram no PDN e AD, partidos liderados por Rómulo Betancourt, de orientação democrática populista, não marxista; também na FEV lutaram marxistas e democratas liberais.

No transcurso do ano de 1936 foram criados diversos partidos políticos, de vida fugaz, embora algumas de suas correntes ideológicas se tenham projetado na vida política posteriormente. Entre os organizados nessa primeira fase da luta pela democracia cabe mencionar: Organização Venezuelana (ORVE), correspondente ao grupo ARDI, já referido, e em princípio organizada pelo chamado “Plano de Barranquilla”, cujo líder principal era Rómulo Betancourt; o Partido Republicano Progressista (PRP), de orientação marxista, embora sua definição programática fosse formalmente liberal, democrática, antigomezista, antiimperialista e antifeudal, em parte para cumprir os requerimentos de legalização e em parte para situar-se dialeticamente na conjuntura de luta pela transformação democrática burguesa da sociedade, entre cujos dirigentes estavam Salvador de la Plaza, Gustavo Machado, Rodolfo Quintero, Ángel J. Márquez, Ernesto Silva Tellería e outros que se identificavam como marxistas-leninistas; o Bloco Nacional Democrático (BND), de alcance regional, em Zulia, de inspiração marxista, dentro da corrente representada pelo PRP, embora em seu seio militassem, inclusive em nível de direção, pessoas que não professavam idéias marxistas e antes se inclinavam à linha da ORVE, e sua definição programática situava-o como um partido pequeno-burguês democrático; em Zulia também se desenvolveu nessa época uma ação organizativa do Partido Comunista da Venezuela (PCV) sob a direção de Juan Bautista Fuenmayor, Francisco J. Delgado, Elio Montiel, Manuel Taborda, Olga Luzardo, Max Garcia, José Martínez Pozo e outros<sup>48</sup>; União Nacional Republicana (UNR), cronologicamente o primeiro partido fundado em 1936, de orientação democrática liberal tradicional, antigomezista, formado por membros da burguesia, que se poderia qualificar de progressista para a época, entre cujos dirigentes figuraram os doutores Nicomedes Zuloaga, Óscar Augusto Machado, Carlos Mendoza, Pedro Vallenilla, Raimundo Aristeguieta e outros da mais conspícua burguesia caraquenha; em Caracas, paralelamente à organização de partidos de perfil democrático burguês, desenvolvia-se outra ação clandestina do PCV, com a participação, principalmente, dos que orientavam e dirigiam o PRP.

Os setores mais conservadores e tradicionalistas das classes dominantes tentaram organizar-se politicamente em partidos nessa mesma época. Foram criados assim: o Partido Liberal, como réplica contemporânea do que existiu e teve influência determinante na vida pública durante a segunda metade do século XIX; o Partido Liberal Amarelo Histórico, também como réplica do passado político, de velhas bandeiras que nada diziam às novas gerações de venezue-

---

48. Juan Bautista Fuenmayor, *op. cit.*, pp. 293-297.

lanos; a Liga de Defesa Nacional, à instâncias do próprio López Contreras, como expressão das forças direitistas em contraposição às democráticas progressistas, inclusive em contraposição à burguesia liberal, modernizante, que já foi citada em sua organização da UNR; a Liga de Defesa Nacional se vestiu com a bandeira do anticomunismo, da defesa da ordem tradicional e dos privilégios mais agressivos das classes dominantes, identificando-se de imediato com a causa do franquismo fascista que assolava a Espanha; o Partido Nacionalista (PAR-NAC), outro da reminiscência histórica, com tentativa de rememorar a causa do general José Manuel Hernández que entre finais do século passado e princípios deste despertou entusiasmo no povo venezuelano, mas que fracassou sempre e se enterrou no olvido, sem nenhuma mensagem para a Venezuela pós-gomezista; o PAR-NAC também pretendia representar um movimento de apoio ao regime de López frente à ascensão das forças populares. Felizmente todos esses partidos conservadores, tradicionalistas, reacionários desapareceram em curto tempo do panorama político e não deixaram vestígios como tais no desenvolvimento da vida nacional; todavia, as forças antipopulares atuaram diligentemente, à margem de partidos, para sepultar as aspirações de democratização efetiva do país e para perpetuar, sob a cobertura institucional e legalista, a ordem repressiva herdada de Gómez no político, no econômico e no social, com variado êxito, pois embora o quinquênio de López no poder (1936-41) tenha propiciado uma transição a uma democracia restrita, com algumas liberdades e garantias, com escassa participação popular esporádica e moderados progressos na vida econômica e nas condições das classes trabalhadoras, também minimizou a ação transformadora e libertadora, freou o desenvolvimento político e social, deixou praticamente intacta a base do poder tradicional e utilizou ativamente os instrumentos repressivos contra as massas populares.

Apesar de López não ter auspiciado diretamente desde o governo a formação de nenhuma organização política militante para apoiar sua gestão, apareceram em várias localidades do país os chamados “Agrupamentos Cívicos Bolivarianos”, inspirados no suposto pensamento lopezista que pretendia ser uma interpretação do ideário bolivariano. O culto a Bolívar foi elevado por López à significação de um fundamento político. Na Venezuela, desde cedo, o pensamento bolivariano tem sido adaptado em diferentes épocas por diferentes personagens para diferentes fins e ainda continua sendo fonte de interpretações acomodadas ao interesse do governante ou do político de oposição. No quinquênio lopezista este recurso foi aproveitado com singular habilidade e constância.

Um primeiro esforço pela unidade das forças democráticas foi encarnado pelo chamado “Bloco de Abril”, integrado pelos partidos PRP, UNR e ORVE, representativo de três correntes definidas da frente progressista: a pró-marxista (PRP), a liberal populista (ORVE) e a moderada liberal burguesa

(UNR). O objetivo principal do “Bloco de Abril” era a dissolução do Congresso de origem gomezista, que devia reunir-se precisamente em abril para, entre outros objetivos, designar em propriedade o presidente da República para o período 1936-41. Todavia, enquanto se conseguia este objetivo, que teria de produzir-se por decisão das próprias câmaras, o Congresso Nacional devia emendar a Constituição para permitir a convocação de eleições gerais, nas quais seriam escolhidos os membros do novo Congresso para o resto do período legislativo em curso; o novo Congresso se encarregaria da reforma constitucional exigida pela nova situação da República; por outro lado, as leis regionais de censo eleitoral e eleições deviam ser modificadas para garantir a pureza e efetividade do exercício do sufrágio mediante o qual deviam ser renovadas inteiramente as câmaras municipais e as legislaturas. Tal era o programa básico do “Bloco de Abril”. Como se pode observar, a frente não tinha reserva em reconhecer os órgãos legislativos herdados intactos do regime gomezista e era propensa a assegurar, deste modo, a continuidade do “fio constitucional”. Na essência, significava que não havia ruptura com o passado imediato; apenas uns poucos recalcitrantes gomezistas haviam sido ou seriam eliminados da coisa pública e os próprios canais institucionais gomezistas deviam servir para transformar democraticamente o regime constitucional. Embora se tivesse plena consciência de que se estava garantindo o funcionamento do aparato supostamente legal criado por Gómez, havia-se chegado à conclusão, no seio do Bloco, de aceitar a reunião do Congresso gomezista “com o lenço no nariz”, segundo frase cunhada por Rómulo Betancourt, principal autor intelectual da composição.

O Congresso, é claro, ratificou López Contreras como presidente da República; por outro lado, não aprovou a emenda constitucional projetada, segundo a qual convocar-se-iam eleições para um novo Congresso, com o caráter de constituinte, que se instalaria no próximo 19 de abril de 1937; isso significava que o Congresso de origem gomezista perduraria até o término do período legislativo. As forças reacionárias estavam, portanto, na ofensiva. Entretanto, o movimento democrático, inclusive da burguesia liberal, realizou diferentes atos de protesto, e a atitude do Congresso, respaldada por López, determinou uma crise de gabinete, manifestação concreta de uma crise política. López superou-a transitóriamente designando um novo gabinete, cuja composição política e classista — como expressão da burguesia liberal, em parte, e de setores reacionários das classes dominantes, em outra — era substancialmente idêntica à do anterior. O gabinete, em seu conjunto, podia qualificar-se como liberal progressista.

Outro esforço para a integração de uma frente democrática popular foi a constituição do Partido Democrático Nacional (PDN), entre agosto e outubro de 1936, com a concorrência dos partidos PRP e ORVE, fundamentalmente, mas sem o PCV, que continuava organizando-se e operando na clandestinida-

de. O governo negou a inscrição legal do PDN sob o pretexto de que todos seus dirigentes eram comunistas. Na verdade, do quadro diretivo só sete eram marxistas de um total de vinte e cinco. À época o movimento popular estava em descenso e não se realizou uma política de massas para fazer modificar a decisão governamental.

Um balanço geral do desenvolvimento político do ano de 1936 até o momento em que se declarou a greve petroleira (14 de dezembro) pode apresentarse como faremos a seguir. Existia uma luta entre as forças gomezistas — apoiadas no imperialismo petroleiro, no latifúndio, nos setores mais retrógrados da burguesia — e as da renovação democrática liberal: classes trabalhadoras, pequena burguesia progressista, burguesia liberal (principalmente a que tratava de impulsionar novas atividades na indústria, nos serviços e na agricultura); o governo, particularmente López Contreras, tratou de realizar uma política de centro, de renovação pausada, de liberalização progressiva, apoiando-se alternadamente na direita ou na esquerda, segundo a força relativa de cada uma em cada momento; as classes dominantes não conseguiram organizar um movimento político nem tinham confiança na eficácia de tal instrumento para seus interesses, mas a ação de classe se deixou sentir nessa conjuntura para impor o freio à luta popular, à luta sindical, ao progresso político e social evidentemente, para a conservação de seu domínio econômico; as classes progressistas, inclusive certos estratos novos da burguesia, puderam organizar partidos políticos e tentaram unificá-los para a ação comum, mas fracassaram na tentativa; é atribuível o fracasso, entre outras causas, à ausência de uma concepção clara da conjuntura que se vivia no país e no mundo e que obrigava, por um lado, a depor os sectarismos e, por outro, a apoiar taticamente as inclinações progressistas do governo de López para fazê-lo avançar ao ritmo e com a amplitude possível; em todo caso, a política teve de ser de impulso constante e de organização do povo, sobre a base de uma análise objetiva da composição e da dinâmica de classes; neste sentido foram cometidos muitos e graves erros, que desorientaram e desalentaram o povo e semearam a divisão ou a dispersão nas forças progressistas. Foi 1936 desde logo o ano crucial da transição e o pior do gomezismo foi derrotado. Alguns progressos institucionais foram obtidos, entre eles uma legislação trabalhista moderna — praticamente revolucionária em relação com o que existia até a morte de Gómez —, que estabeleceu a jornada de oito horas, férias anuais remuneradas, descanso semanal remunerado, participação dos trabalhadores nos lucros da empresa, direitos sindicais e de greve, aviso prévio para a demissão injustificada e outras reivindicações importantes. Também se ordenou legalmente o confisco dos bens dos que tivessem funções públicas até 1935 e tivessem enriquecido ilicitamente, o que permitiu ampliar o acervo patrimonial da nação. Proibiu-se constitucionalmente a reeleição presidencial. Em contrapartida, ampliou-se a proibição da doutrina comunista, incorporando a anarquista, declarando traidores da pátria os que

as proclamassem, propagassem ou praticassem. O regime eleitoral continuava restrito para as maiorias, de tal modo que a eleição de senadores e deputados para o Congresso nacional e presidente da República era de segundo grau, e na eleição de vereadores municipais e deputados estaduais só podiam participar os varões maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever. Pouco havia progredido a República num século de vida independente.

Ações grevistas de grande vigor e repercussão ocorreram em 1936, as duas primeiras de caráter genuinamente político, em maio e junho respectivamente, para opor-se a projetos de leis repressivas, um dos quais se tornou lei — lei para garantir a ordem pública e o exercício dos direitos individuais — conhecida comumente como “Lei Lara” pelo nome do ministro autor do projeto; a última greve, de índole sindical, reivindicativa de aspirações sócio-econômicas dos trabalhadores petroleiros, que começou em 14 de dezembro de 1936 e findou em 22 de janeiro do ano seguinte. A Lei Lara formalizou as tendências repressivas do regime, dotando-o de atribuições realmente ditatoriais na ordem política. Sua promulgação e aplicação, no contexto da composição do governo e de suas medidas frente ao movimento popular, permitem qualificar o regime de López como ditadura direitista legalizada, embora sem as práticas terroristas do gomezismo e provavelmente sem o inescrupuloso saque do tesouro público e da economia nacional que caracterizaram seu antecessor. A greve petroleira sustentada durante 37 dias com extraordinária combatividade operária e apoio de todo os setores progressistas e nacionalistas, perseguindo conquistas elementares relativas à vida e ao trabalho na indústria petroleira (salário mínimo, aumento de salários, habitações melhores, livre trânsito pelas estradas e caminhos construídos pelas companhias petroleiras, eliminação dos alambrados que cercavam os acampamentos dos trabalhadores, prestação de assistência médica, segurança industrial, água potável, cumprimento da legislação de trabalho, reconhecimento dos sindicatos etc.) foi concluída por decreto executivo que ordenava o regresso ao trabalho e o aumento de um bolívar diário nos salários mais baixos, nada mais. Este decreto consagrava objetivamente o caráter pró-imperialista, servil ao capital estrangeiro e antioperário do regime de López. A partir do término da greve — primeira ação sindical importante na Venezuela — recrudescer a repressão contra o movimento popular, sindical e democrático, que se manifestou, entre outras medidas e ações, nos fatos seguintes: detenção maciça de dirigentes políticos democráticos e sindicais, suspensão da legalidade dos partidos políticos populares, da Federação de Estudantes e da Confederação Venezuelana do Trabalho; detenção de jornalistas e fechamento de jornais democráticos; tudo isso culminou com a expulsão do país de 48 dirigentes políticos e sindicais (13 de março de 1937) entre os quais se encontravam dois futuros presidentes da República (Betancourt e Leoni) e a maioria dos líderes de atuação pública destacada nos últimos quatro decênios da vida venezuelana. Como um episódio trágico e significativo da escalada repressiva de então

deve-se mencionar o assalto policial à Universidade Central em 10 de fevereiro de 1937 com o saldo de um estudante morto: o lembrado Eutímio Rivas. Outra crise ministerial se produziu e saíram do gabinete quase todas as figuras progressistas, sendo substituídas por figuras reacionárias, representativas das classes dominantes e dos interesses petroleiros estrangeiros. Paralelamente as companhias petroleiras se lançaram à ofensiva aberta contra o movimento operário frente à passividade ou à cumplicidade dos poderes públicos. 1937 foi o ano de confronto crítico entre a classe operária venezuelana e o capital monopolista internacional, fortalecido particularmente no ramo do petróleo graças aos avanços da política monopolista, que conseguiu a consolidação dos interesses anglo-holandeses e norte-americanos para uma mais eficaz e profunda exploração dos trabalhadores e apropriação dos recursos naturais da Venezuela e de outros países ricos em petróleo. Os trabalhadores petroleiros, como vanguarda da classe operária venezuelana então incipiente, assimilaram a lição e se empenharam em fortalecer suas organizações sindicais e amadurecer sua consciência ideológica e política para novas lutas.

Dois partidos políticos atuaram na clandestinidade: o Comunista (PCV), que tinha sido clandestino desde sua fundação em 1931, e o Partido Democrático Nacional (PDN) no qual trataram Betancourt e seus colaboradores de reunir os quadros menos radicais — realmente os não marxistas — dos dissolvidos partidos ORVE e PRP; a partir de então se desenvolveram duas concepções políticas diversas do processo histórico venezuelano e, em conseqüência, duas estratégias distintas e em boa parte contraditórias: a marxista-leninista, segundo a qual a revolução democrático-burguesa deve efetuar-se como fase prévia à revolução socialista e sob a direção política da classe operária, embora com a participação das outras classes progressistas da sociedade; e a pequeno-burguesa reformista, segundo a qual a revolução democrático-burguesa pode fazer-se sob a direção da pequena burguesia e mediante uma aliança de classes progressistas, sem o objetivo de uma revolução socialista. Embora em sua origem ambas as correntes não estivessem bem definidas — sobretudo a do PDN — e se tentou nos primeiros tempos de chegar à unificação, mas sempre com base na absorção pelo PDN dos marxistas, já em 1938 a diferenciação se impôs e de cada lado houve empenho na mesma.

A burguesia progressista e setores da pequena burguesia fizeram esforços nos anos 1937 e 1938 por constituir partidos que respondessem a seus interesses e posições de ordem econômica e política. Assim foi criado o Partido Agrário Nacional (PAN), entre cujos objetivos programáticos estavam: a modernização do Estado e da economia, a democratização das relações agrárias e o impulso à agricultura. Profissionais universitários, funcionários públicos, intelectuais distintos, homens de negócio, entre outros, formaram fila no PAN, entre cujos dirigentes havia ministros do gabinete e presidentes de entidades autônomas do Estado. O PAN teve breve vida e escassa influência na luta polí-



tica e, mais que um partido, era um clube político sem conteúdo realmente popular. Também houve outra tentativa personificada pelo general José Rafael Gabaldón, conseqüente lutador antigomezista e nacionalista, de fundar o Partido Democrático Venezuelano (PDV), chegando até a celebrar-se sua assembléia constitutiva; entre seus dirigentes, além de Gabaldón, se encontravam notáveis figuras políticas democráticas, algumas vinculadas à corrente de R. Betancourt e outros sem atividade política depois da morte de Gómez. Todavia, o governo negou a inscrição legal ao PDV, com o pretexto de que faziam parte da nova organização de pessoas que pertenciam a diversos agrupamentos políticos recentemente dissolvidos por sua propaganda e prática de ideologias proibidas pela Constituição. Assim, pois, qualquer empenho de fundar um partido democrático progressista durante o quinquênio de López, a partir de 1937, estava condenado ao fracasso. A reação e o imperialismo estavam na ofensiva, enquanto o movimento popular estava em retrocesso.

López Contreras encerrou seu mandato de cinco anos em abril de 1941. A sucessão presidencial não foi um problema particularmente difícil. A eleição do presidente da República era feita pelo Congresso nacional por maioria absoluta; a composição do Congresso no ano de 1941 era amplamente favorável à corrente governante. As formalidades se preenchiam mediante o expediente simples de que um grupo de cidadãos postulava um candidato e outro grupo de cidadãos, outro candidato. Rómulo Gallegos, eminente romancista, professor de exemplar honestidade, foi postulado à presidência por um grupo de cidadãos não vinculados à oficialidade; e o general Isaías Medina Angarita, ministro da Guerra e da Marinha, foi postulado por outro grupo de cidadãos. Nas sessões ordinárias do Congresso em abril de 1941 foi celebrada a eleição presidencial com o resultado previsto: 120 votos para o general Isaías Medina, candidato oficial, apoiado por López; 13 votos para Rómulo Gallegos, candidato da oposição, apoiado pelas esquerdas e liberais progressistas. Medina foi proclamado presidente da República para o período 1941-46 e tomou posse em 5 de maio de 1941 ante o Congresso. O ato não deixou de ter transcendência, pois se tratava de uma transmissão constitucional do mando presidencial em virtude do princípio da alternabilidade, embora o novo presidente fosse imposto por seu antecessor e promettesse continuar sua orientação. Em Medina se via simplesmente o continuador de López, o militar em funções de governo, o andino formado nas entranhas do gomezismo. Era muito pouco conhecido no ambiente político e considerado antes como reacionário e militarista. Todavia, seu governo se caracterizou por sua liberalidade, por seu progresso democrático e social, pelo brilho das reformas institucionais e administrativas, por uma firme evolução política e econômica, em suma. Durante seu governo — truncado ao final por um golpe militar — foi derogado o inciso sexto da Constituição nacional que proibia a difusão das doutrinas comunista a anarquista e, é claro, a luta por sua implantação; foi legalizado, em conseqüência, o Partido

Comunista; foi legalizado também o partido Ação Democrática, liderado por Rómulo Betancourt e presidido por Rómulo Gallegos, que correspondeu à corrente que na clandestinidade se havia incorporado no PDN; os expulsos do país puderam regressar e atuar politicamente; os presos políticos foram libertados e a prisão por motivos políticos praticamente não existiu durante esse período. No final de 1941 foram rompidas as relações diplomáticas com a Alemanha, a Itália e o Japão, países do Eixo nazi-fascista — o governo anterior, ao eclodirem as hostilidades em 1939, se havia declarado neutro; em fevereiro de 1942 submarinos alemães afundaram em águas venezuelanas petroleiras com tripulação do país, e pouco tempo depois o governo de Medina dispôs a apropriação de navios sob bandeira das potências do Eixo que se encontrassem ancorados em portos venezuelanos; a política internacional de Medina se distinguiu por uma posição claramente antifascista. Em 1943 foi promulgada uma nova lei de hidrocombustíveis, mediante a qual se uniformizou o regime de concessões estabelecendo sua duração em 40 anos, sistematizaram-se as normas de fiscalização e supervisão da atividade petroleira no país por parte do Estado, fixou-se o direito de exploração ou regalia em um sexto da produção e se estabeleceram outras normas reguladoras do negócio petroleiro. Em correspondência com a lei de hidrocombustíveis promulgou-se a lei de imposto sobre a renda — primeira de seu tipo na Venezuela — na qual se fixaram tributos diretos às companhias petroleiras (também às outras atividades que se desenvolveram no país), que é a base do sistema vigente de impostos. Foi promulgada (em 1945) a lei agrária, na qual se pautavam procedimentos para a reforma da estrutura da propriedade e manutenção da terra, para a atribuição de terra aos camponeses e a modernização das relações de produção no campo. Essa lei não teve oportunidade de ser aplicada, porque imediatamente depois de sua promulgação foi derrubado o governo de Medina.

Um movimento político se organizou para apoiar e estimular a gestão de governo do general Medina. Esse movimento nasceu sob a denominação de Partidários da Política do Governo (PPG) e logo se modificou em Partido Democrático Venezuelano (PDV). O governo teve o apoio da burguesia progressista, de setores consideráveis da pequena burguesia das classes operária e camponesa. Não está claramente estabelecido — na objetividade histórica — que tivesse o apoio das classes dominantes tradicionais (a latifundista, a burguesia importadora e financeira) e menos claro ainda que gozasse da anuência do imperialismo petroleiro. A evolução marcadamente progressista do governo de Medina não estimulou, seguramente, a confiança do poder econômico tradicional; sua política econômica tendeu a favorecer novas atividades, principalmente a indústria manufatureira e a agricultura moderna, a construção e determinados serviços; sua política de controle de importações, de divisas e de abastecimento de artigos essenciais não era o que lhe ia garantir a simpatia do comércio importador e bancário. Os acordos eleitorais do PDV (oficialista) com a União

Popular Venezuelana (UPV) de orientação marxista-leninista — praticamente a versão legal do PCV até sua legalização — em eleições municipais seguramente despertaram os mais profundos temores da reação. A lei agrária estava destinada à liquidação do latifúndio e à democratização do regime de produção no campo, e não podia senão concitar a oposição da classe latifundiária que em boa parte monopolizava a propriedade do solo cultivável. A nova legislação de hidrocombustíveis e de impostos sobre a renda — não obstante as acusações do partido Ação Democrática de que as novas normas e disposições sobre estas matérias haviam sido combinadas com as companhias petroleiras para seu benefício e deixavam em situação deficiente o interesse nacional — modificava consideravelmente as relações da República com as petroleiras, em sentido nacionalista, de tal modo que o negócio deixava de ser o campo realengo de obtenção de superlucros para as empresas estrangeiras, para ser submetido a um grau elevado de intervenção do Estado, com uma participação — embora ainda consideravelmente injusta — apreciavelmente maior que a conseguida até essa data (1943); esta modificação não podia agradar nem comprazer o consórcio petroleiro internacional. Todos esses fatores contribuem para explicar, embora não inteiramente, a derrubada de Medina em 1945.

Não obstante o que se disse acima, deve-se assinalar um passivo considerável no balanço do regime medinista. Era, sem dúvida, herdeiro da virtual continuidade gomezista, que se havia constitucionalizado e liberalizado através de dez anos de evolução político-institucional acidentada, mas com graves limitações ao movimento e à participação do povo, e com persistência de muitas práticas e disposições repressivas e retrógradas do passado gomezista. Destacados servidores de Gómez continuavam figurando em cargos públicos importantes e desfrutando de prebendas e meios de fortuna. Os cargos de maior hierarquia dentro das forças armadas estavam vedados, no geral, às novas promoções de oficiais, e a situação sócio-econômica de oficiais, suboficiais e soldados era motivo de descontentamento no seio da instituição. Por outro lado, o poder eleitoral não estava em mãos do povo, cuja participação se reduzia aos sufrágios de primeiro grau para vereadores e deputados estaduais, mas não para deputados e senadores federais nem para presidente da República, cujas eleições eram de segundo e terceiro grau, respectivamente. As forças repressivas continuavam operando, em parte, no poder judicial, e assim foram encarcerados por decisão de juízes reacionários alguns jornalistas e dirigentes políticos. O movimento sindical, que se pôde fortalecer e ampliar notavelmente durante os primeiros anos do governo Medina, recebeu um duro golpe em março de 1944 quando por resolução executiva foram dissolvidas a Convenção Nacional de Trabalhadores, então reunida, e a maioria dos sindicatos existentes no país, sob a aplicação da Lei Lara, de pura estirpe ditatorial então vigente; sem tardança, foi possível reconstituir em curto tempo, com efeitos legais, as organizações dissolvidas.

A sucessão presidencial se converteu num assunto crítico no curso de ano de 1945. O candidato oficial considerado em primeiro lugar, doutor Diógenes Escalante, sem ser um democrata avançado, parecia despertar a confiança de todos os setores, inclusive do partido AD que se dispôs a celebrar um convênio — informal e confidencial, é claro — com o postulado; infelizmente, o doutor Escalante adoeceu seriamente e isso o desabilitou para a função, erguendo-se então assim um problema político difícil. Partidários do ex-presidente López Contreras apresentaram sua candidatura, que foi vista com profunda inquietação pelos setores democráticos. O PDV — partido do governo — postulou o doutor Ángel Biaggini, ministro da Agricultura e Pecuária, com o qual se teria rompido, formalmente, a tradição militarista no cargo de chefe de Estado. A Ação Democrática, em comunicado ao PDV com data de 13 de outubro de 1945, data extensiva às demais organizações políticas, expôs sua opinião sobre o problema da sucessão presidencial e convidou a um debate sobre o assunto; a AD objetiva essencialmente contra o procedimento para escolher e designar o presidente da República, com ausência popular, e propunha que o Congresso escolhesse um presidente provisório, enquanto se reformava o sistema eleitoral e constitucional para permitir em sua oportunidade a eleição direta do chefe de Estado, assim como dos membros do Congresso. Em sua resposta, o PDV negou a proposta da AD e se ateve ao “fio constitucional de 1936”. Em 17 de outubro a AD realizou um comício em Caracas, com assistência de 20 mil pessoas<sup>49</sup>. No dia anterior havia ocorrido o comício de apresentação legal do Partido Comunista, com uma assistência de oito mil pessoas<sup>50</sup> e em cujo palanque, ao lado das efígies de Marx, Lênin, Stálin, Bolívar e Zamora, estava a de Isaías Medina, presidente da República<sup>51</sup>. Alguns interpretaram que no comício da AD se sugeriu a iminência de um golpe contra o governo “para evitar a farsa da sucessão presidencial”.

Em 18 de outubro estalou uma rebelião militar em Caracas, Maracay e outras praças contra o governo. Três dias depois o golpe estava consumado e Medina, seu gabinete e principais colaboradores e partidários foram presos. Quase não ofereceram resistência às forças oficiais ligadas ao regime, salvo umas poucas guarnições e a polícia de Caracas. Grupos de civis tentaram ações de apoio a Medina. Medina, foi dito, quis evitar maiores derramamentos de sangue e preferiu entregar-se. Foi designada uma junta revolucionária de governo integrada por sete membros, cinco civis e dois militares, presidida por Rómulo Betancourt, secretário-geral da AD; quatro dos civis membros da junta eram dirigentes da AD e um independente pró-AD. O partido AD desde o primeiro momento apoiou o movimento militar e se converteu em seu suporte político,

---

49. Jornal *El País* — órgão oficial da Ação Democrática — edição de 18 de outubro de 1945.

50. Jornal *El Nacional*, de Caracas, edição de 17 de outubro de 1945.

51. *Ibid.*

razão pela qual se deu a tal movimento o caráter de cívico-militar. Consideráveis setores do povo celebraram nas ruas o triunfo do golpe de outubro, ao qual, desde o primeiro momento, se chamou “revolução”. Na verdade, tratava-se de uma ruptura do “fio constitucional de 1936” e da seqüela gomezista, e de uma emergência do povo ao exercício dos direitos políticos e sindicais, especialmente o direito de sufrágio universal, direto e secreto para corpos deliberantes representativos e presidente da República; tratava-se, essencialmente, de uma liquidação política do gomezismo — e seus resíduos e heranças —, ainda que não de uma liquidação das velhas estruturas de poder econômico. Indubitavelmente, no triênio posterior a 1945, realizou-se muito mais que uma acelerada evolução da vida política, uma mudança da situação, mas sem incidência nas bases da economia e da sociedade. Por isso não foi uma revolução, sequer nas bases da concepção democrático-burguesa. Na perspectiva de longo prazo, considerando a reação encarnada na ditadura militar-policia encabeçada por Pérez Jiménez a partir de 1949, cabe perguntar-se se a alternativa representada pelo movimento de outubro de 1945 foi a melhor saída para as restrições e insatisfações do velho regime, ou se era preferível a evolução do mesmo rumo a formas cada vez mais amplas de democracia representativa direta.

Não está bem estabelecida a intervenção de forças econômico-sociais internas e externas na derrubada de Medina. Assinalei o descontentamento de algumas classes — e/ou estratos de classes — para com a orientação do governo quanto a seus interesses e quanto à política. Também mostrei a reticência das companhias petrolíferas ante a nova legislação. Estes fatores talvez tenham operado na criação de condições objetivas para a geração da ação de força. Tampouco pode ser subestimada a conjuntura política específica, da sucessão presidencial, como circunstância propícia, nem a aspiração de novas promoções militares de assumirem um papel na vida pública com uma orientação progressista. O balanço desse processo, em todo caso, deve fazer-se à luz do desenvolvimento posterior.

## *2. Regime de produção*

Durante o período 1936-45 não se alterou a estrutura econômica fundamental, embora ocorressem algumas modificações dentro da mesma que cabe assinalar. Em virtude da reivindicação por parte da nação de uma porção considerável dos bens apropriados por Juan Vicente Gómez, seus familiares e acólitos, o Estado venezuelano ampliou seu patrimônio, razão por que chegou a ser grande proprietário de terras, estabelecimentos agropecuários, imóveis urbanos e empresas industriais. Se a isso se agrega a propriedade das jazidas de hidrocarbonantes, gás natural, minerais e de outros recursos naturais que, segundo o regime jurídico vigente na República, corresponde ao poder público, pode-se apreciar a magnitude e a significação do domínio territorial e econô-

mico do Estado, em relação à riqueza privada que, não obstante sua elevada concentração, não alcançava à época cifras muito altas. A forma principal de propriedade continuou sendo a agrária — da atividade agrícola retirava ainda seu sustento uma proporção importante da população —; mas aumentou no decênio que se examina a importância de outras formas de propriedade: a imobiliária urbana, a comercial, a financeira, a industrial. No campo, as relações de produções continuaram sendo regressivas com predomínio do latifúndio e da exploração pré-capitalista da força de trabalho camponesa mediante as diferentes modalidades de cessão temporária do uso da terra: parceria, colonato, obrigação de deixar a parcela semeada de café, cacau, pastos ou outras vegetações etc.; todavia, o número de médios e pequenos proprietários rurais era relativamente grande<sup>52</sup>, embora em conjunto a proporção de terra possuída por eles fosse minoritária em relação ao total da terra apropriada. A grande massa camponesa carecia de terra e de meios para cultivá-la, estava imersa na miséria e era objeto de uma impiedosa exploração<sup>53</sup>. Em outras atividades econômicas — a indústria petroleira, a manufatureira, a construção, os serviços — registraram-se alguns progressos na modernização das relações de produção; em 1937 se promulgou a lei do trabalho, instrumento progressista para a época, embora consideravelmente não realizada na prática. O mercado de trabalho se ampliou e evoluiu em sentido capitalista. Em determinadas zonas do campo se estabeleceram explorações de tipo empresarial, com regime de salários e condições contratuais menos atrasadas que no setor latifundista. O regime econômico predominante na economia era o de livre empresa e iniciativa privada, embora o Estado assumisse algumas funções reguladoras da atividade — em parte por iniciativa de novas correntes da burguesia e da pequena burguesia representadas no governo, em parte por pressão das contingências ocasionadas pelo conflito bélico que começou em 1939 e se prolongou até 1945 —; contudo, não havia restrições ao capital estrangeiro, cuja incorporação mais importante teve lugar na exploração de hidrocarbúntes. Em síntese: coexistiam modos de produção distintos, desde a economia natural de simples subsistência e autoconsumo até a exploração capitalista avançada na atividade petroleira, passando pelo latifúndio — com suficientes características próprias para identificá-lo como um modo específico de produção —, pela pequena produção mercantil e pela produção capitalista para o mercado interno. Sem dúvida, o capitalismo era o modo de produção predominante.

---

52. Nos estados de Miranda, Aragua, Carabobo, Trujillo, Táchira e no distrito Federal, 2 milhões 341 mil 902 hectares eram propriedade particular, dos quais 1 milhão 829 mil 628 pertenciam somente a 1 mil 320 proprietários de mais de 150 hectares, isto é, que 78 por cento da terra estavam controlados na relação de um proprietário de 150 hectares para cada um mil habitantes. Os 512 mil 274 hectares restantes eram controlados por 34 mil 570 médios e pequenos proprietários. Salvador de la Plaza, *El problema de la tierra en Venezuela*, México, 1946, pp. 19-20.

53. Federico Brito Figuerosa, *op. cit.*, p. 495.

### 3. *As forças produtivas*

O crescimento capitalista alcançou níveis maiores neste período. O fator mais influente foi a atividade petroleira, propícia ao avanço da produtividade mediante a aplicação de procedimentos tecnológicos cada vez mais eficazes e o contínuo treinamento da mão-de-obra. A maioria da população ativa, no entanto, continuava vinculada ao setor agropecuário, que proporcionava 23 por cento do produto nacional. A esse setor se estavam incorporando meios de produção e métodos de cultivo mais modernos, e podia observar-se a existência de alguns focos de exploração empresarial no campo. O governo impulsionou a colonização de novas terras, a organização de colônias agrícolas em terras já trabalhadas e a imigração de trabalhadores de certa qualificação, principalmente para trabalhos agrícolas, embora muitos deles tenham ficado nas cidades ou ido para os campos petrolíferos. O governo também realizou obras de infra-estrutura física, algumas das quais corresponderam a necessidade diretas da atividade produtiva e de distribuição de bens. Aumentou o número de empresas industriais e se diversificaram mais os ramos da manufatura, notando-se aí os efeitos da guerra que, ao criar obstáculos às importações, atuou virtualmente como uma barreira protecionista e como um fator estimulante da substituição de importações. Igualmente foi favorecida a atividade de construção. Os serviços de reparações, manutenção e reacondicionamento de equipamentos, meios de transporte e bens duráveis de consumo receberam estímulos para sua expansão nessa situação de emergência. O produto nacional foi estimado em 1936 em 1.500 milhões de bolívares<sup>54</sup>; para 1945 pode estimar-se em 2.300 milhões de bolívares a preços de 1936.

### 4. *A dinâmica de classes*

O moderado crescimento da burguesia — ampliou-se a burguesia comercial, bancária e de serviços, incrementaram-se particularmente a burguesia industrial e a agrária — e o mais acentuado da pequena burguesia e do proletariado caracterizaram a dinâmica de classes da época. Ao terminar o período pôde apreciar-se um perfil de sociedade capitalista relativamente moderna, com limites e qualidades classistas definidos: perdurava uma classe de grandes proprietários territoriais, com domínio sobre uma proporção elevada das terras privadas, perceptores de renda em dinheiro, espécie ou trabalho e também de benefícios pela produção de suas terras realizada mediante a exploração maciça de força de trabalho, paga com salários de simples subsistência; existia um campesinado pobre, de pobreza beirando a miséria, muito numeroso, obrigado a pagar renda em espécie, trabalho ou dinheiro, a cultivar em situação pre-

---

54. Banco Central da Venezuela, *Ingreso nacional de Venezuela*, Caracas, 1949, pp. 166 ss.

cária e mediante procedimentos rudimentares, e forçado a emigrar, em parte, em busca de melhores condições de vida e trabalho; uma burguesia agrária pouco desenvolvida, de médios proprietários que aplicavam procedimentos de cultivo menos grosseiros que os latifundiários e compravam força de trabalho; a burguesia comercial estava bastante desenvolvida e se ocupava em grande parte da importação de bens e sua circulação interna; em situação incipiente ou de escasso desenvolvimento existia a burguesia manufatureira, de construção, financeira e de serviços; a pequena burguesia era relativamente numerosa e tendia a crescer nos centros urbanos; o proletariado estava em processo de crescimento, com núcleos bem diferenciados e dinâmicos como o petroleiro e o que se formava na indústria manufatureira, na construção e no transporte; existiam certas camadas marginais, “subproletárias”, aluvionais, em sua maior parte originadas no êxodo camponês às cidades<sup>55</sup>. As classes dominantes eram; os proprietários latifundistas e a burguesia (principalmente a comercial e a bancária). O capital monopolista estrangeiro, representado principalmente pelas companhias petrolíferas, tinha aliados ou pontos de apoio nas classes dominantes e conjuntamente constituíam o poder econômico. As classes dominantes abasteciam de altos funcionários o governo, enquanto a pequena burguesia ocupava os quadros médios e subalternos da administração.

##### 5. O movimento demográfico

Em 1936 a população recenseada alcançou 3 milhões 491 mil 159 habitantes; em 1941, segundo o censo, havia aumentado para 3 milhões 850 mil 771 habitantes, o que indica uma taxa de crescimento interanual durante o período de dois por cento em média. A população rural representava 76 por cento e a urbana 24 por cento do total. Da população, 79 por cento residiam na zona costeiro-montanhosa do país, ao passo que mais de um terço do território — a Guiana venezuelana — estava praticamente despovoado. A esperança de vida ao nascer era de 45 anos. Em 1936 a população ativa era de 1 milhão 083 mil 992 habitantes; em 1941 havia aumentado para 1 milhão 240 mil 682, equivalente a 32 por cento da população total. A ocupação na agricultura e na pecuária se estimava em 650 mil pessoas, o que representava mais de 50 por cento da ocupação total. Na atividade petroleira o emprego ascendia a 14 mil pessoas, pouco menos de dois por cento do total. Na indústria manufatureira estavam empregadas 148 mil pessoas, uns 12 por cento do total. A construção absorvia 30 mil pessoas, o governo 60 mil, o serviço doméstico 110 mil, o comércio 65 mil e outros serviços, 40 mil pessoas<sup>56</sup>. Os salários médios mais al-

55. “Ao estudar a origem da população residenciada na área de favelas da zona metropolitana de Caracas observa-se que 10 por cento emigraram em 1926-35, 15 por cento em 1936-45, 20 por cento em 1945-55, 50 por cento a partir de 1956 e somente cinco por cento correspondem a famílias cujos chefes nasceram em Caracas.” Federico B. Figueroa, *op. cit.*, p. 559.

56. Banco Central da Venezuela, *op. cit.*



tos se pagavam na indústria do petróleo e os mais baixos na agricultura e no serviço doméstico<sup>(57)</sup>. O desemprego aberto ou forçoso não devia ultrapassar cinco por cento da população ativa.

## 6. *O poder político*

Os governos de López e Medina foram sustentados — o último, como foi assinalado, perdeu esse apoio em seus dois últimos anos, por causa da reforma petroleira e da lei agrária — por uma constelação de forças dominantes, entre as quais se identificavam e se destacavam claramente a classe latifundiária, a burguesia comercial e o capital monopolista petroleiro. Ambos os governos tentaram apoiar-se, por razões de equilíbrio político, em estratos progressistas da burguesia (industrial, agrária), da pequena burguesia, do proletariado e dos camponeses; esta política foi mais firme e conseqüentemente seguida por Medina que por López. A aproximação do governo aos setores progressistas — e a destes ao governo — foi muito maior durante o lapso 1941-45 que no anterior. A repressão política e sindical foi acentuada e freqüente durante o governo López, esporádica e moderada durante o de Medina. Durante o decênio realizaram-se reformas importantes na administração pública, exerceu-se em grau significativo a intervenção do Estado na economia e estimulou-se o crescimento econômico. Foi estabelecido um regime de câmbios diferenciais para proteger a exportação agrícola e fortalecer a posição frente ao negócio petroleiro. Organizou-se e praticou-se um controle de importações e de preços. Modernizou-se a fazenda pública e o sistema bancário e monetário, notavelmente com a criação do Banco Central da Venezuela com monopólio de emissão e centralização das reservas monetárias. A educação recebeu maiores estímulos e recursos, incorporando-se inovações ao sistema educacional, ampliando-se as facilidades de ingresso de alunos e melhorando-se a situação do magistério. A imigração foi promovida com certa intensidade. O movimento sindical e camponês se fortaleceu e se ampliou. O instrumento principal de poder eram as forças armadas, mas estas não haviam deixado de assimilar o processo de evolução que se operou na vida nacional e assim os antigos oficiais iam sendo substituídos por profissionais formados nos institutos militares, alguns deles com cursos avançados no exterior e certa formação política, com aspirações aos cargos de direção e chefia. O regime político durante o decênio se caracterizou pela evolução maior ou menor rumo à democracia representativa, dentro de uma ordem jurídico-política restrita, que tendia a conservar o domínio do poder através de um sistema de imposição virtual do sucessor na presidência — de Gómez a López, de López a Medina, de Medina a Biaggini (frustrado pelo golpe de outubro de 1945) — com exclusão real da vontade popular. Esse processo

---

57. Salvador de la Plaza, *La reforma agraria*, Pensamiento Vivo, Caracas, 1959, p. 40.

de democratização progressiva estava sujeito a um entrave em qualquer momento ou circunstância, em virtude da persistência efetiva de certas forças e seqüelas gomezistas no quadro governante, subjacentes ou superpostas às novas forças empenhadas na aceleração do processo democrático. O movimento de outubro teve como efeito indubitável a liquidação definitiva do gomezismo e o alargamento dos canais políticos para a corrente popular.

### *7. As conjunturas mais notáveis*

O processo mais significativo foi o trânsito do regime gomezista absoluto inteiramente repressivo para um que, sem deixar de ser essencialmente gomezista, permitiu certa margem de liberdade, de luta política e sindical, e facilitou a progressiva elevação da consciência política do povo venezuelano. Outro processo digno de nota foi o aumento do grau de intervenção do Estado na economia, circunstancialmente em relação com as contingências derivadas da Segunda Guerra Mundial. A reforma petroleira e fiscal de 1943 marcou uma etapa no desenvolvimento da atividade petroleira no país. Por último cabe mencionar o fato da promulgação de uma lei agrária progressista, que criou expectativas nas massas camponesas e lhes deu um instrumento de luta.

## *VI. PERÍODO 1946-1957*

### *1. Quadro histórico geral*

Duas etapas podem distinguir-se no período considerado: a) a de 1946 a 1948, de auge do exercício político, de expansão econômica e elevada dinâmica social; b) a de 1949 a 1957, de ditadura militar-policial, de crescimento econômico e de contenção social. Na primeira etapa devem ser mencionadas duas situações: o golpe militar de outubro de 1945 e o brevíssimo governo constitucional de Rómulo Gallegos. Pode-se dizer que ambas as etapas foram consequência do ocorrido em outubro de 1945. Ao longo do período, cresceu o capitalismo dependente no país, e penetrou consideravelmente o capital estrangeiro em diferentes setores da economia. As expectativas de elevação do nível sócio-econômico das classes dominadas, criadas pelo movimento de outubro, foram brutalmente frustradas pela ditadura, e durante os nove anos que esta durou a concentração da riqueza e da renda alcançou índices máximos. A situação da classe operária e do campesinado piorou depois de 1949 e os lucros dos monopólios internacionais e internos chegaram a seus maiores níveis. No entanto, houve progresso material e se assentaram as bases para a estruturação de um setor público da economia que na atualidade está em processo de expansão acelerada.

Durante a primeira etapa que assinalamos, o movimento de outubro cumpriu, no plano político, suas metas. O sistema eleitoral foi reformado para de-

mocratizar inteiramente o exercício do sufrágio em duas dimensões: por um lado, o direito de voto foi concedido a toda a população maior de 18 anos, sem diferença de sexo nem de qualquer outro gênero; por outro lado, o voto foi estendido à eleição de membros do Congresso nacional e de presidente da República. A Constituição nacional foi reformada pela Assembléia Constituinte instalada em dezembro de 1946, cujos integrantes foram eleitos por votação popular em outubro do mesmo ano, com o resultado de uma maioria da Ação Democrática, partido co-governante. Um ano depois, em dezembro de 1947, tiveram lugar as eleições gerais para os organismos deliberantes representativos e para presidente da República, nas quais, uma vez mais, saiu vitorioso o partido AD, com seu candidato presidencial Rómulo Gallegos; os outros candidatos à presidência foram Rafael Caldera (social-cristão) e Gustavo Machado (comunista). Salvo alguns incidentes de pouca significação, o processo eleitoral, em ambas as ocasiões, se caracterizou pela exemplar conduta do povo. Novos partidos políticos foram organizados e legalizados: União Republicana Democrática (URD), dirigida por Jóvito Villalba, opositor desde o primeiro momento ao regime governante, encarregado várias vezes e acusado de conspirador; na URD militaram alguns dos membros do dissolvido PDV (partido de governo do regime derrubado); o COPEI (social-cristão), dirigido por Rafael Caldera, no qual se incorporam os antigos dirigentes da UNE (organização estudantil de direita); o Partido Socialista Venezuelano (PSV), dirigido pelo médico José Rojas Contreras, de tendência liberal pequeno-burguesa com alguns traços socializantes não marxistas. O quadro político organizado se completava com AD (no governo), União Popular Venezuelana (UPV) pró-marxista e o Partido Comunista (PCV). Entretanto, as liberdades, direitos e garantias foram restringidos, de fato ou de direito, ao longo dos anos de 1946 e 1947: dirigentes políticos e sindicais de esquerda foram encarcerados, jornais de orientação democrática, não ligados ao governo, foram fechados, foram ameaçados de detenção policial aqueles que, de uma ou outra maneira, defendessem o governo deposto, praticaram-se algumas torturas em presos políticos, os funcionários e colaboradores mais destacados do governo de Medina foram presos e desterrados, inclusive o presidente deposto; também foi preso e exilado o ex-presidente López Contreras. Um numeroso grupo de pessoas, real ou supostamente vinculadas aos governos anteriores, foram submetidas a julgamento de responsabilidade civil e administrativa e muitas foram sentenciadas com a perda de seus bens, notando-se casos de injustiça e retaliação política ou pessoal. Os ex-governantes e ex-funcionários foram ridicularizados e vilipendiados.

Poucos dias depois da deposição de Medina realizaram-se manifestações de apoio, absoluto ou condicional, de diferentes correntes políticas e de forças econômicas. A UNE (estudantil) e a tendência social-cristã figuraram entre os primeiros manifestantes de apoio, embora pouco tempo depois, no fragor da luta eleitoral, o respaldo fosse retirado; também expressaram apoio, ainda que

com reservas e limitações, os marxistas organizados na UPV, professores da Universidade Central, organizações sindicais e organismos do comércio e da produção representados em Câmaras de Comércio federais. Um cabograma procedente de Washington<sup>58</sup> deu conta da anuência entusiasta das companhias petroleiras à nova ordem de coisas. Em entrevista de representantes dos organismos econômicos com Rómulo Betancourt, presidente da junta de governo, este lhes anunciou sua disposição oficial à harmonia nas relações entre capital e trabalho e a criação do Conselho Nacional de Economia, com maioria de representantes empresariais e da propriedade, como órgão consultor do governo. Betancourt se entrevistou imediatamente depois do triunfo do movimento militar com os dirigentes do petróleo para assegurar-lhes o respeito do novo regime ao sistema de concessões e a vigência plena da legislação de hidrocarburentes (objetada dois anos antes pela AD no Congresso nacional por ser deficiente quanto ao interesse nacional). No plano internacional, a política se caracterizou pelo repúdio às tiranias, e em conseqüência foram rompidas as relações diplomáticas com os governos de Franco (Espanha) e de Trujillo (República Dominicana). As relações com a URSS foram mantidas.

O movimento sindical se fortaleceu no lapso 1946-48 e a situação sócio-econômica dos trabalhadores melhorou consideravelmente; não obstante, algumas greves orientadas por dirigentes sindicais não ligados à corrente do governo foram proibidas ou reprimidas, ocasionando disputas internas nos sindicatos entre os oficialistas e os opositores que em alguns casos chegaram a atos de violência física. O sectarismo dos partidários da AD ameaçou freqüentemente com a divisão do movimento sindical.

A lei agrária de 1945, promulgada às vésperas da deposição de Medina, foi derogada e substituída por um decreto sobre desalojamento camponês e prédios rústicos, que pretendia restabelecer a alterada paz no meio agrário — os camponeses tinham abrigado esperanças de redenção com a lei agrária de 1945 e levaram à prática em alguns casos suas tentativas de tomada de posse da terra —, mas sem mudança fundamental nas relações de propriedade, domínio e exploração imperantes na agricultura. Em 1948, às vésperas da derrubada de Gallegos — estranha coincidência, aliás — foi promulgada uma nova lei agrária, inferior em muitos aspectos importantes à de 1945, mas que não teve oportunidade de ser aplicada. Assim, pois, a realidade latifundista do campo permaneceu essencialmente inalterada durante o lapso 1946-48, embora se hajam praticado algumas formas de parcelamento rural e de colonização agrícola em terras do Estado, que de nenhuma maneira incidiram na raiz do problema agrário vigente desde o século XIX<sup>59</sup>.

58. *Historia gráfica de Venezuela*, compilação de José Rivas Rivas, tomo 3, Centro Editor, Caracas, 1972, p. 34.

59. No lapso 1945-47 foram destruídas 73 mil 770 hectares entre seis mil famílias camponesas; estas terras eram de propriedade nacional. Em finais de 1947, havia nove colônias agrícolas com

Algumas medidas tendentes a melhorar a situação econômica dos setores de menor renda foram tomadas pelo governo provisório. Entre elas cabe mencionar: o decreto sobre redução de aluguéis na área metropolitana de Caracas, o aumento da oferta de alimentos controlada pelo governo e a construção em quantidades consideráveis de moradias populares. A ação sindical obteve aumentos de salários em diferentes atividades. O emprego aumentou nas zonas urbanas. O orçamento do Estado para o exercício 1946-47 alcançou 787 milhões de bolívares, o mais elevado até então e em boa parte foi conseqüência da reforma petroleira de 1943 e o estabelecimento do imposto sobre a renda nesse mesmo ano. O governo provisório realizou duas modificações importantes: a imposição de um tributo direto extraordinário, de uma só vez, com vigência no ano de 1946, sobre as rendas superiores a 800 mil bolívares e segundo uma escala progressiva, com teto de 15 por cento para rendas superiores a dois milhões de bolívares anuais; foi reformada a lei de imposto sobre a renda para aumentar as taxas, a maior das quais, de 26 por cento, se fixou sobre rendas superiores a 28 milhões de bolívares, praticamente limitada às companhias petroleiras.

O governo provisório gozou de algumas facilidades econômicas que o governo deposto não teve. Além da expansão fiscal, existiram circunstâncias mais favoráveis quanto ao abastecimento do mercado nacional pela via das importações, uma vez finalizada a guerra, já que a economia norte-americana se converteu rapidamente à produção para a paz; as reservas de divisas acumuladas durante o conflito permitiram fazer frente à maior demanda de importações nos anos de 1946 a 1948 e as dificuldades derivadas da escassez se aliviaram. Por outro lado, contudo, o paulatino regresso à normalidade do mercado internacional criou problemas de competição insustentáveis para a produção nacional que havia conseguido estabelecer-se durante os tempos de guerra, sobretudo porque existia um *modus vivendi* com os Estados Unidos, celebrado em 1938, que favorecia uma ampla gama de mercadorias procedentes desse país. Em tal conjuntura, o capital norte-americano mostrou interesse — crescente desde então até hoje — por investimentos fora da área petroleira e, especificamente, na produção e distribuição de bens de consumo. Uma missão norte-americana de negócios, encabeçada por Nelson Rockefeller, visitou a Venezuela em junho de 1947, realizou entrevistas com governantes, funcionários e empresários e obteve certos acordos para efetuar inversões nos campos mencionados, com alguma participação de capital venezuelano. As companhias petroleiras participaram como acionistas minoritárias nas empresas criadas. Abriram-se assim novas oportunidades de expansão e penetração para o capital estrangeiro. O

---

uma extensão de 45 mil hectares, à razão de cinco mil hectares por colônia e de 10 hectares por família. Cf. Federico Brito Figueroa, *op. cit.*, pp. 501-502.

governo provisório não outorgou novas concessões petroleiras, mas outorgou-as, sim, para a exploração de minério de ferro, em benefício de consórcios norte-americanos do aço.

O romancista Rómulo Gallegos, eleito nos comícios de dezembro de 1947, tomou posse na presidência da República em 15 de fevereiro de 1948. O gabinete designado por Gallegos era composto em sua quase totalidade por militante do partido Ação Democrática; os que não o eram haviam demonstrado suas simpatias pelo partido. Gallegos fez uma visita aos Estados Unidos durante seu breve tempo na presidência. O regime de impostos sobre o petróleo foi modificado para se incorporar à fórmula conhecida como “metade e metade”, ou seja, o excedente de exploração na indústria petroleira devia ser distribuído em proporções iguais ante o Estado — sob a forma de impostos, contribuições e taxas — e as empresas. Estudiosos da questão petroleira opinaram que com tal fórmula o Estado não alcançava os 50 por cento do excedente de exploração<sup>60</sup>. Mais grave ainda deve-se considerar a acusação segundo a qual o governo de então teria firmado um compromisso, em nome do Estado, de que não se modificaria o regime de impostos sobre o petróleo sem o prévio acordo das companhias do ramo. Uma alusão tácita ou implícita a esse suposto acordo seria feita anos depois, em 1958, pelo senhor Proudfit, presidente do Creole Petroleum Corporation, ao protestar contra a reforma do imposto de renda decretada pelo governo provisório de 1958, sem a consulta prévia às companhias petroleiras. O governo de Gallegos foi deposto em 24 de novembro de 1948, nove meses depois de sua posse, por um movimento militar encabeçado pelos comandantes Carlos Delgado Chalbaud — ministro da Defesa de Gallegos —, Marcos Pérez Jiménez e Luis Llovera Páez, todos participantes notáveis do movimento de outubro de 1945.

O golpe militar de novembro de 1948 teve antecedentes. Desde 1946 se efetuaram tentativas de conspiração por parte de militares e civis, reconhecidos no documento de justificativa de seu alçamento pelos vitoriosos de 1948. Nesse documento se acusa a AD de sectarismo, de manipulação eleitoral, de preparação para o exercício abusivo do poder, de tentativas de semear a divisão no seio das forças armadas. O presidente da junta militar de governo, Carlos Delgado Chalbaud, em declarações oficiais à imprensa no dia 26 de novembro de 1948, afirmou categoricamente que o movimento não se orientava a uma ditadura militar e que se chamaria a uma consulta eleitoral em “igualdade de condições”. O presidente deposto, Rómulo Gallegos, em palavras dirigidas ao povo ao abandonar o país, exilado em Cuba, reconheceu que o golpe de novembro de 1948 foi a culminação de um processo que começou na mesma noite de 19 de outubro de 1945, quando se organizou a junta de governo com maio-

---

60. Cf. Salvador de la Plaza, “La economía minera y petrolera de Venezuela”, em *Perfiles de la economía venezolana* (vol. coletivo), UCV, Caracas, 1963.

ria de homens da Ação Democrática<sup>61</sup>. O mesmo Gallegos, no mesmo texto, dá como suspeitas da incitação ao golpe “poderosas forças econômicas, as do capital venezuelano sem sensibilidade social e acaso também as do capital estrangeiro explorador da riqueza de nosso subsolo<sup>62</sup>. Mas adiante, no documento mencionado, ele se pergunta: “Que significa a presença constatada por pessoas que me merecem fé absoluta de um adido militar de embaixada de potência estrangeira” — todos coincidem em pensar que Gallegos quis indicar os Estados Unidos — “em movimentações de cooperador e conselheiro num dos quartéis de Caracas enquanto se estava desenvolvendo a insurreição militar contra o governo constitucional e de pura e legítima origem popular que eu presidia?”<sup>63</sup>. Uma vez mais surge a dúvida razoável: se o capital estrangeiro, principalmente norte-americano, não recebeu mau tratamento durante o governo provisório nem tampouco durante o constitucional de 1948, por que sua participação de uma ou outra forma no levantamento militar? Provavelmente as classes dominantes nacionais abrigaram temores pela continuação de um regime de liberdades políticas e sindicais, de ascensão das massas, de orientação populista, que seguramente teria em sua gestão regular de afetar desfavoravelmente os privilégios e interesses mais injustos, as posições mais extremas de concentração de riqueza, renda e bem-estar e propiciar uma abertura à elevação sócio-econômica da maioria. É claro, em todo caso, que para o capital estrangeiro era mais confiável e desejável um regime militar de direita, como o que se originou do golpe de 1948, que um constitucional democrático, sem ser radical, sequer reformista avançado. Os perseguidos, maltratados, despojados ou condenados pelo regime provisório seguramente não cessaram de buscar a oportunidade da desforra, sem que esta observação implique a todos os que sofreram tais circunstâncias. Tampouco pode marginalizar-se o fator da ambição das camarilhas militares e as pessoais dos chefes do movimento que ao fim lograram impor-se aos demais, que sempre abrigaram propósitos de renovação nacional em suas atuações de 1945. Em todo caso, a partir de 1948, como observou Gallegos em sua mensagem de desterrado, teve lugar, uma vez mais na história venezuelana, o confronto entre o poder civil e o militar, entre o direito e a força.

Na etapa da ditadura militar é possível diferenciar duas fases: a que culminou com as eleições de 1952 e a que se estendeu desde então até a queda do regime em janeiro de 1958. Na primeira, alguns partidos políticos tiveram atividade legal: o PCV durante curto tempo; URD e Copei até as eleições. A Ação Democrática foi obrigada de imediato à clandestinidade e levou a cabo uma luta valente, firme, embora equivocada em aspectos importantes ao não esforçar-

61. *Venezuela bajo el signo del terror (Livro negro de la dictadura)*, ed. facsimilar (original Ed. Centauro, México), José Agustín Catalá editor, Caracas, 1974, p. 35.

62. *Ibid.*, p. 37.

63. *Ibid.*, p. 37.

se pela unidade da resistência ao regime e tomar em alguns casos o atalho do terrorismo e a rebelião isolada em quartéis. No seio do governo militar — das forças armadas em seu conjunto — lutavam duas correntes; a que pregava uma saída eleitoral e pretendia menter um mínimo de jogo político e sindical, e a que perseguia diretamente a ditadura absoluta. Possivelmente Carlos Delgado Chalbaud, presidente da junta, estimulava a primeira, e foi assassinado em 13 de novembro de 1950 num atentado que muitos atribuíram a Marcos Pérez Jiménez, chefe visível da outra corrente militar. A repressão, nesta primeira fase, foi acentuada, mas menos brutal — relativamente — que a efetuada a partir de 1952. As eleições se realizaram — com toda a ameaça e o uso de todos os recursos do poder — em 30 de novembro de 1952 e nelas triunfou por ofuscante maioria o partido URD, de Jóvito Villalba, por cujos candidatos sufragaram todas as forças antiditatoriais, com exceção de Copei que lançou seus próprios candidatos. O Fei — máscara eleitoral do governo — foi derrotado completamente em todo o país. Em 2 de dezembro o governo militar desconheceu a vitória popular e o coronel Marcos Pérez Jiménez foi designado presidente. Inicou-se nessa data a segunda fase que foi assinalada, caracterizada pela supressão total de todos os direitos políticos, das garantias civis e das liberdades democráticas, pela repressão brutal de toda oposição, pela tortura em todas as suas formas contra os prisioneiros, pela negação de todos os direitos humanos, pelo enriquecimento descarado dos governantes, funcionários e validos do regime, pela exploração sem freios da classe operária e pela marginalização das aspirações populares. Por outro lado, desenvolveu-se a luta contra a ditadura na qual participaram os quadros mais combativos, valentes e resolutos do povo, até culminar numa ação unitária que, em coordenação com um movimento militar, derrotou as forças repressivas em 23 de janeiro de 1958.

A ditadura militar-policial se empenhou na execução de obras de infraestrutura física, em boa parte sepérfluas, que atendiam a três objetivos: mostrar a eficácia do regime, estimular o emprego e facilitar o enriquecimento da camarilha governante e de certas camadas das classes dominantes. A especulação em terrenos chegou a seu clímax. A febre de construção e de urbanização se apoderou dos empresários. Caracas se converteu em poucos anos numa cidade moderna ao estilo norte-americano. O negócio bancário e financeiro cresceu desordenadamente, na voragem do lucro fácil, desenfreado e contingencial. A indústria manufatureira registrou algum progresso, mas de forma desequilibrada, inteiramente sujeita aos fornecimentos estrangeiros de equipamentos, produtos intermediários e patentes de fabricação; ampliou-se de modo particularmente desproporcionado o ramo de materiais de construção. O capital estrangeiro encontrou porta aberta nessa época e participou ou dominou em diferen-



tes setores econômicos<sup>64</sup>. A expansão petroleira e mineira proporcionou, no substancial, os recursos fiscais e de divisas para esse artificioso auge de negócios. Nos dois últimos anos da ditadura — 1956 e 1957 — foram outorgadas novas concessões petroleiras em extensões totais consideráveis, o que reforçou o controle dos recursos naturais do país por parte dos monopólios estrangeiros e trouxe receitas fiscais requeridas para fortalecer a comprometida capacidade financeira do governo<sup>65</sup>.

A ditadura empreendeu a execução de projetos importantes em indústrias básicas: a usina siderúrgica do Orinoco, o aproveitamento do potencial hidrelétrico do rico Caroní na Guiana, o complexo petroquímico de Moróm (no centro); a construção de uma rede ferroviária também figurou nos planos e de fato foi executado um ramal. Quando caiu o regime esses projetos estavam em vias de execução. Este aspecto da gestão da ditadura é significativo, sobretudo o empenho em manter essas atividades sob o controle do Estado, já que grupos privados poderosos — seguramente — em acordo com capital estrangeiro tentaram, especificamente no caso da siderúrgica, promover projetos dessa índole e o governo os frustrou. Não é convincente o argumento, que se tem utilizado às vezes, de que tais projetos de envergadura serviram, ou puderam servir, para o enriquecimento ilícito, pois provavelmente este teria sido mais fácil e rápido através de outras obras. É evidente que se tratava de assentar as bases de um capitalismo de Estado, que permitisse uma ampliação do poder político e militar no campo econômico. Contraditórias idéias nacionalistas provavelmente ferviam na mente dos chefes militares e/ou de seus colaboradores, já que, por um lado, permitiam a penetração do capital estrangeiro e lhe facilitavam um maior domínio do petróleo, enquanto que pelo outro lado impediam a esse capital, em princípio, o acesso a projetos industriais importantes, como os citados. A burguesia industrial em crescimento não era então um fator real de poder nem animava uma consciência nacionalista no sentido indicado, suficiente para inspirar, direta ou indiretamente, uma política de autonomia em indústrias básicas. Essa burguesia industrial estava bastante comprometida com o capital estrangeiro — salvo alguns grupos de menor importância dentro do setor —, pois aconteceu no processo de industrialização pela chamada “via de substituição de importações” o fenômeno de a burguesia importadora se desdobrar em industrial e sustentar sua vinculação com os fornecedores, em boa parte, através de acordos que permitiam uma industrialização periférica, dependen-

---

64. Se torna igual a 100 a inversão estrangeira acumulada em 31.12.1950, pode-se iniciar que em 31.12.1957 aquela inversão havia aumentado para 212.73, ou seja, que havia superado em mais de duas vezes a de 1950. Cf. *Memoria del Banco Central de Venezuela, año 1958*, p. 188.

65. Posteriormente à queda do governo ditatorial, ocorrida em 23.1.58, revelou-se a existência de uma dívida do governo, contraída fora das normas legais, chegando a mais de 4.000 milhões de bolívares.

te, importadora. Portanto, deve-se encontrar a explicação dos propósitos da ditadura, ao projetar o estabelecimento de indústrias de base sob seu controle, na existência de um projeto de capitalismo de Estado, que se assemelharia àquilo que propuseram, por exemplo, os militares brasileiros, e do qual o presente caso seria um antecedente venezuelano.

## 2. *Regime de produção*

Durante este período o capitalismo progrediu consideravelmente no país. Os consórcios petrolíferos estrangeiros consolidaram e ampliaram seu controle sobre os recursos naturais básicos. Em 1945 os investimentos estrangeiros brutos chegaram a 938 milhões de dólares; em 1956 subiram para 3.710 milhões, dos quais uns 70 por cento eram de propriedade norte-americana e uns 30 por cento de ingleses e holandeses. O grande capital estrangeiro se estendeu à exploração do minério de ferro para exportação, cuja atividade se iniciou comercialmente em 1951. Capitalistas venezuelanos estimularam a indústria manufatureira, segundo o processo que se costumou chamar “substituição de importações”, sob dependência externa em diferentes formas: associação com capital estrangeiro, uso de patentes, marcas e denominações comerciais ou industriais, com participação nos lucros e no controle da gerência técnica por parte do cedente estrangeiro; fornecimento de equipamentos, maquinarias e outros meios de produção, assim como bens intermediários para processar finalmente no país, e outras modalidades desta índole. Em outros casos, o capital estrangeiro estabeleceu diretamente filiais ou subsidiárias no país, sob seu exclusivo controle. O governo favoreceu esse modo de industrialização — dependente, subordinada ao capital internacional monopolista, tributária — mediante exoneração de direitos tarifários sobre matérias-primas, bens intermediários e de produção, fixação de taxas protetoras, quotas e contingentes, para limitar a competição externa; concessão de créditos através de institutos oficiais, e outros meios e incentivos em favor dos empresários. O capitalismo penetrou no campo e se concentrou em itens produtivos de amplo e crescente mercado: matérias-primas para a indústria e alimentos básicos. A renovação parcial — ou modernização — do setor agropecuário tomou também a forma da incorporação de profissionais do campo (engenheiros agrônomos, veterinários, peritos agropecuários etc.) em grupos empresariais, apoiados por institutos do Estado que lhes proporcionaram financiamento, garantia de compras de colheitas a preços remunerativos, e assistência técnico-administrativa. Todavia, a grande propriedade agrária tradicional, pré-capitalista, latifundista, permaneceu no substancial; novos grandes proprietários se agregaram aos já existentes; alguns destes foram substituídos por funcionários e favorecidos do regime posterior a 1948, que enriqueceram ilicitamente em somas consideráveis. Certos ensaios de reforma agrária limitada se praticaram nos primeiros anos do período (entre 1946

e 1948), especialmente sob a forma de “comunidades agrárias”<sup>66</sup>. Desapareceram — com raras exceções — as modalidades semifeudais nas relações de trabalho entre fazendeiros e camponeses, e a figura do diarista assalariado substituiu a do camponês que pagava renda em trabalho e permanecia vinculado por toda a vida à fazenda; mas numerosas massas camponesas continuaram sujeitas à maior pobreza, sem terras de cultivo, dispendo só de instrumentos primitivos de trabalho e obtendo uma produção precária, apenas suficiente para a subsistência familiar. O capital aplicado em operações comerciais e financeiras aumentou consideravelmente, o primeiro sobretudo em importações e o último em negócios usurários e especulativos, na compra-venda de imóveis urbanos e do crédito ao consumo. A construção urbana se converteu numa atividade altamente lucrativa. Em suma, as relações de produção tenderam a generalizar-se ao modo capitalista, embora a repressão ao movimento sindical e a contenção das reivindicações operárias por parte do governo posterior a 1948 impedisse o jogo contratual moderno entre sindicatos e patrões, que tem caracterizado o capitalismo contemporâneo desenvolvido. As formas predominantes da riqueza durante o período considerado foram: a mobiliária (comércio, finanças, indústria) e a imobiliária urbana. O Estado intervinha na vida econômica como regulador de relações, protetor do crescimento industrial e agropecuário, oferecedor de créditos, construtor de habitações e fundador de indústrias de base (siderúrgica e petroquímica nos últimos anos do período). O Estado, ademais, continuava a ser grande proprietário territorial e de empresas de diferentes atividades.

### 3. *As forças produtivas*

O crescimento capitalista contribuiu consideravelmente durante o período para o desenvolvimento das forças produtivas do país. A importação de tecnologia moderna e de bens de produção de tecnologia superior estimulou certa diversificação do aparato produtivo, a ampliação de sua capacidade e o treinamento da força de trabalho em tarefas correspondentes a um quadro técnico mais exigente. É claro que esse tipo de crescimento dependia em grau praticamente absoluto das facilidades de importação, de tal maneira que não tinha um suporte interno quanto às provisões essenciais. A exploração petrolífera e mineira, não obstante sua pequena inter-relação com outros setores e ramos da economia venezuelana, influiu na modernização das atividades produtivas,

---

66. “Na realidade, deve aparecer uma categoria de possessões condicionais em mãos de indivíduos ou de núcleos de população, e nela devem converter-se tanto os atuais baldios como as terras de comunidades indígenas. Esta nova categoria poderia receber o nome de *comunidades agrárias*, entre as quais poderia haver coletivas e parceladas, procurando fomentar as primeiras.” Ramón Fernández y Fernández, *Reforma agraria en Venezuela*, Liberia y Editorial Las Novedades, Caracas, 1948, p. 49 (sublinhado original).

pela via do “efeito de demonstração” e de alguma mobilidade da mão-de-obra. A penetração capitalista no campo, estimulada pela política oficial, propiciou a introdução de procedimentos de cultivo e de criação de gado mais avançados que os existentes em épocas precedentes, e se estendeu o uso da maquinaria agrícola, com o qual se obteve um aumento da produtividade. O governo executou obras de infra-estrutura (vias de transporte, irrigação, telecomunicações, eletrificação, habilitação de zonas industriais, construção e instalações diversas) que facilitaram as atividades produtivas. A força de trabalho ganhou maior mobilidade espacial e funcional, intensificando-se o êxodo rural rumo às zonas urbanas e de exploração petroleira e mineral. O setor secundário da economia se expandiu e adquiriu uma maior proporção das forças produtivas totais, em comparação com o período anterior. O produto territorial bruto (PTB) aumentou entre 1950 e 1959 a uma taxa média anual de sete por cento; especificamente o setor secundário cresceu a uma taxa média anual de nove por cento, enquanto o setor primário o fez a razão de sete por cento e o terciário, 6,7 por cento<sup>67</sup>. A inversão bruta fixa entre 1950 e 1959 se realizou a um ritmo médio anual de cinco por cento. A taxa de investimento — ou seja, a relação entre inversão bruta e PTB — flutuou entre 25,6 por cento em 1950 e 24,9 por cento em 1958, passando por 26,7 por cento em 1955. O capital existente, calculado a preços de 1957, se elevou de 26.523 milhões de bolívares em 1950 para 47.485 milhões em 1957<sup>68</sup>. As reservas provadas de petróleo se ampliaram de 7.296 milhões em 1957<sup>68</sup>. As reservas provadas de petróleo se ampliaram de 7.296 de de refino de petróleo no país subiu de 107 mil barris diários em 1946 para 673 mil barris em 1957. As reservas de minério de ferro chegavam a dois mil milhões de toneladas métricas em 1957. A superfície agrícola vegetal se alargou de 1 milhão 043 mil hactares em 1946 para 1 milhão 156 mil hectares em 1957, e a superfície de pastos cultivados de 1 milhão 477 mil hectares em 1946 para 2 milhões 206 mil em 1957. Como se pode ver, o período que examinamos foi de acentuado crescimento econômico, o que não implica juízo algum sobre a qualidade desse crescimento, do ponto de vista da concepção integral do desenvolvimento. Sem embargo, como foi indicado num parágrafo anterior, o fato de que o Estado tivesse realizado, durante o lapso 1950-57, a instalação de importantes empresas de indústrias de base sob seu controle permite qualificar a orientação desse crescimento, do ponto de vista da gestão pública, como uma tentativa de criar uma economia com melhor integração interna que a que podia determinar-se pela via conhecida como de simples substituição de importações de bens de consumo. É interessante destacar neste sentido que os governos posteriores a 1958 prosseguiram, ainda que com relativa lentidão, à insta-

---

67. Banco Central da Venezuela, *La economía venezolana en los últimos veinticinco años*, Caracas, 1966, pp. 19-23.

68. *Ibid.*, p. 154.

lação de indústrias básicas, mas com a tendência, pelo menos para algumas delas, de compartilhar a gestão com a empresa privada, inclusive com capital estrangeiro.

#### 4. *A dinâmica de classes*

O crescimento capitalista dependente, que teve lugar durante o período em observação, como expusemos, imprimiu seu impulso à evolução social. A burguesia adquiriu características de classe mais definidas e uma maior consciência de sua existência, poder e amplitude como fator econômico e social. Surgiu a burguesia industrial com certa força, embora em situação ainda incipiente, e subordinada ao capital estrangeiro. Característica notável desta evolução foi — e isto se reafirmou na época seguinte — que em boa parte a burguesia industrial se formou em vínculo com a burguesia comercial, já que os importadores tomaram a iniciativa — em bom número de casos em acordo com os fornecedores estrangeiros dos produtos com que operavam — de substituir a importação de artigos acabados pela de artigos em processo de fabricação para terminá-los no país. A burguesia financeira cresceu ainda mais. Começou a formar-se uma burguesia agrária — se cabe a denominação — e se fortaleceu, comparativamente, a comercial e imobiliária. Funcionários e agentes enriquecidos do regime posterior a 1948 se agregaram à burguesia e vincularam com ela seus interesses. O grau de concentração da riqueza e da renda não só se manteve elevado como aumentou. A pequena burguesia aumentou consideravelmente, ainda que com interesses mui dispersos, assim como com diferentes concepções sobre a ordem política e institucional e sobre a evolução econômica e cultural. O proletariado cresceu numericamente — e teve certo desenvolvimento como classe em si — nas cidades, zonas petroleiras e mineiras e nos campos, podendo distinguir-se: o proletariado urbano (industrial, da construção, do transporte e dos serviços), petroleiro-mineiro e rural. Apesar da repressão governamental, o movimento operário foi adquirindo força e consistência, manifestando-se esporadicamente em conflitos com os patrões e em ações políticas contra a ditadura. A classe dos grandes latifundiários rurais permaneceu, embora a significação de sua riqueza e seu poder classista tenham decaído substancialmente, passando a uma posição subordinada à burguesia. No campo se intensificou a formação de uma pequena burguesia, sustentada nas explorações agropecuárias médias e pequenas, vinculadas ao mercado e dependentes do abastecimento e do financiamento proporcionados, em sua maior parte, pela burguesia. A classe dos camponeses muito pobres, sem terras, ainda que reduzida em proporção em relação à população total, continuou representando uma realidade social crítica, potencialmente explosiva, frustradas cronicamente suas reivindicações pela ausência da reforma agrária. Nas zonas urbanas e suburbanas crescia a franja marginal da sociedade — o subproletariado — originada em boa parte do êxodo rural, não incorporada em sua qualidade de força de trabalho à

produção material nem aos serviços organizados, e sujeita a condições de vida muito precárias, inteiramente insuficientes. Em Caracas, capital da República, por exemplo, quase se podia distinguir, no final do período, a localização em setores de habitação correspondentes à divisão sócio-econômica: a oligarquia tradicional e parte da alta burguesia no recinto exclusivista denominado “Country Club”, a burguesia de formação recente nas urbanizações elegantes do leste da cidade, a pequena burguesia no antigo traçado urbano e em urbanizações modestas do sudeste e do oeste: o proletariado em blocos multifamiliares, bairros operários e bairros tradicionalmente pobres, e o subproletariado, os “marginais”, em favelas sobre os morros circundantes.

### 5. *O movimento demográfico*

A população subira em 26 de novembro de 1950 a 5 milhões 035 mil habitantes, segundo o censo levantado nessa data. Para 1957 se estimou uma população de 6 milhões 635 mil 942 habitantes. De acordo com tais cifras, a taxa média anual de crescimento durante o período 1950-57 foi de 4,2 por cento, realmente elevada. Em 1950, a população era urbana em 54 por cento e rural em 46 por cento. Em 1957 se estimou uma população urbana de 56 por cento e uma rural de 44 por cento do total. Em 1950 uns 78 por cento residiam na zona costeiro-montanhosa; em 1957 residiam nessa zona uns 77 por cento. A taxa de natalidade em 1946 era de 39 por mil e a de mortalidade era de 15 por mil, de modo que o crescimento vegetativo era de 24 por mil; em 1957 a taxa de natalidade havia subido para 43 por mil, e a de mortalidade havia baixado para nove por mil e a de crescimento vegetativo chegava a 34 por mil. A esperança de vida ao nascer em 1950 era de 59 anos e em 1957 havia subido para 62 anos. A população menor de 20 anos representava 50 por cento do total em 1950 e 54 por cento em 1957. A população economicamente ativa significava 34 por cento do total em 1950 e 33 por cento em 1957. A taxa de desemprego era de 6,3 por cento em 1950 e de 8,2 por cento em 1957. Da população empregada, 47 por cento dependia do setor primário em 1950 e 38 por cento em 1957; do setor secundário dependiam em 1950 uns 17 por cento e em 1957 uns 19 por cento; do terciário, 34 e 43 por cento, respectivamente. O saldo migratório de estrangeiros durante o período considerado foi de 390 mil pessoas com sinal positivo. O impacto deste afluxo humano na vida econômica, social e cultural do país foi singularmente forte, e sem dúvida constitui um dos fatores influenciadores da realidade atual venezuelana.

### 6. *O poder político*

Durante a etapa 1946-48 o movimento democrático liberal esteve em franca e acelerada ascensão. O povo exerceu o direito de sufrágio em duas oportu-

nidades — nas quais elegeu pela primeira vez no século membros de corpos deliberativos nacionais e o presidente da República — e compareceu maciçamente às urnas. Foram organizados novos partidos políticos, além dos já existentes AD e PVC: União Republicana Democrática (URD), dirigida por Jóvito Villalba, o orador político mais notável da geração de 1928; Copei (social-cristão), dirigido por Rafael Caldera, brilhante jurista e professor universitário. O movimento sindical operário se fortaleceu e se desenvolveu consideravelmente, obtendo importantes vitórias e reivindicações. Geraram-se grandes expectativas de emancipação popular, no econômico, social e, político e cultural. A Ação Democrática se desenvolveu rapidamente como partido de massas — com ampla base camponesa, operária e pequeno-burguesa — na etapa 1946-48; participou do governo como suporte civil do movimento militar de outubro de 1945, e como partido vitorioso nas eleições de 1947; esta última gestão de governo sob sua exclusiva responsabilidade política durou apenas nove meses, até a deposição do presidente Gallegos em novembro de 1948. A oposição foi sustentada durante todo o período pela URD e pelo PCV, e a partir de 1947 pelo Copei, partido que se formou para participar das eleições e que tem permanecido com as mesmas diretrizes de índole transitória até o presente. Com a exceção do Comunista, todos os partidos limitavam seu horizonte doutrinário aos alcances da democracia burguesa representativa, e deve-se mencionar que entre eles a AD tinha a posição mais avançada, tanto por seu programa quanto por sua composição. No Copei se organizaram alguns setores polizados das classes dominantes, da pequena burguesia e do campesinado influenciados pela Igreja católica tradicional. Na URD se agruparam personalidades da burguesia progressista, ex-colaboradores e simpatizantes do governo de Medina e setores da pequena burguesia.

Durante o lapso 1946-48 tiveram lugar vários alçamentos armados e conspirações para derrubar o governo, que fracassaram. As forças armadas sustentaram o governo provisório e em seguida o constitucional (por breve tempo). A repressão política foi freqüente durante o governo provisório. Os colaboradores e sustentadores dos regimes anteriores foram, em boa parte, submetidos a julgamentos de responsabilidade civil e penal, com sentenças condenatórias em numerosos casos, confiscação de bens (reintegração ao patrimônio do Estado) e penas de exílio. Em alguns casos, essas sentenças foram injustas ou excessivas; por outro lado, muitos presumidos culpados não foram submetidos a julgamento.

A política econômica e social do governo provisório se caracterizou por uma ativa modernização do Estado e pela incorporação de órgãos, meios e instrumentos para o fomento econômico. Foi criada, em 1947, a Corporação Venezuelana de Fomento — na verdade, tratou-se do desenvolvimento organizativo da Junta de Fomento da Produção criada durante o governo de Medina —, entidade de financiamento da empresa privada, de promoção econômica e estí-

mulu à produção. Foram regulamentadas as atividades e operações usurárias. As receitas fiscais nacionais se elevaram de 660 milhões de bolívares em 1945 para 1.776 milhões em 1948 e os gastos aumentaram de 510 milhões de bolívares em 1945 para 1.644 milhões entre os mesmos anos. Especificamente o imposto sobre a renda petroleira — estabelecido durante o governo de Medina —, produziu em 1946 cerca de 150 milhões de bolívares; em 1948 — em virtude do aumento da produção e das modificações no imposto — produziu 300 milhões, 80 por cento do total de receitas fiscais. Para aliviar a escassez de alguns artigos de primeira necessidade, o governo realizou importações; o mercado interno esteve mais bem abastecido nessa época, no que influenciou a progressiva normalização dos canais internacionais de comércio.

A política petroleira do governo provisório se caracterizou pelo respeito ao estado, das relações com as concessionárias, estabelecido pela lei de hidrocarbonantes de 1943 — impugnada pela AD em sua etapa de projeto —, com algumas modificações quanto ao regime de impostos, como se mencionou. A política de “não mais concessões” foi proclamada, embora não se tenha consagrado em nenhum texto legal. Como fato importante deve-se citar a percepção em espécie e venda pelo governo da regalia correspondente ao Estado em seu caráter de titular dos recursos petrolíferos (um sexto da produção), já que isso significava a possibilidade concreta de comercialização direta dos hidrocarbonantes pelo governo, o que permitia conhecer a situação do mercado internacional e romper o tabu da inacessibilidade a este. Sem embargo, provavelmente as próprias companhias petroleiras — através de outros mecanismos — comprariam o petróleo da regalia ou grande parte do mesmo.

Pode-se dizer que o poder político na etapa de 1945-48 foi sustentado por uma aliança transitória entre setores progressistas da burguesia e da pequena burguesia social-democrata, com apoio dos trabalhadores, de parte do campesinado e da maioria da oficialidade jovem das forças armadas. Embora se proclamasse antiimperialista e antifeudal, a AD não realizou reformas apreciáveis do regime de exploração petrolífera — principal domínio do capital estrangeiro — outorgou algumas concessões às companhias de minério de ferro norte-americanas e propiciou a entrada de novo capital estrangeiro em outras atividades (comércio, agricultura, serviços). Quanto ao regime agrário, foi derogada a lei agrária de 1945, de caráter progressista, e se promulgou uma nova lei essencialmente inferior à derogada; em consequência, a reforma agrária foi, uma vez mais, frustrada.

A etapa 1949-57 se caracterizou pelo exercício de uma ditadura militar-policiaI muito repressiva, cuja cabeça visível foi o oficial Marcos Pérez Jiménez. Iniciada por uma junta militar presidida pelo tenente-coronel Carlos Delgado Chalbaud, ministro da Defesa do governo de Callegos, continuou com uma junta de governo presidida pelo advogado Germán Suárez Flamerich — de antecedentes democráticos — quando morreu, assassinado, Delgado Chalbaud,



e logo sob a chefia única de Pérez Jiménez, na qualidade de presidente da República pela “vontade” das forças armadas, uma vez consumado o desconhecimento oficial dos resultados das eleições de 1952 — para corpos deliberativos — nas quais triunfou a oposição manifestada através da URD. Nos primeiros tempos depois do golpe de novembro de 1948 os partidos Copei e URD expressaram beneplácito ao novo regime, fustigados como foram — sobretudo a URD — pela AD no governo. A AD foi declarada ilegal — “dissolvida” — e decretada a dissolução da Confederação de Trabalhadores da Venezuela (CTV). O governo decretou a devolução dos bens confiscados aos que receberam sentenças condenatórias nos julgamentos de responsabilidade civil e administrativa instaurados na etapa anterior. Em 1950 o Partido Comunista foi “ilegalizado”. Em abril de 1951 foi decretado um estatuto eleitoral elaborado por uma comissão de juristas designada pelo governo. Em outubro de 1951 a Universidade Central da Venezuela foi declarada em processo de reforma pelo governo, o que significava a anulação da autonomia, fato que originou o protesto público da maioria dos professores e dos estudantes, em consequência do qual numerosos professores e estudantes foram expulsos da universidade e um grupo deles desterrado do país. Em 30 de novembro de 1952 se realizaram as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte — em cumprimento formal de uma promessa feita pela junta militar ao tomar o governo —, resultando vencedor absoluto o partido URD, no qual se encarnava o protesto popular ao regime e a luta pelo retorno à vida democrática, ilegalizados como estavam a AD e o PCV. O governo desconheceu de imediato esses resultados e Pérez Jiménez se proclamou presidente da República. Este foi um golpe dentro do golpe de 1948. Em 1952 se iniciou uma nova fase de recrudescimento da repressão, de sombria ditadura, que haveria de prolongar-se até 23 de janeiro de 1948 quando foi derubada por um movimento cívico-militar.

A luta clandestina não cessou durante o lapso 1949-57, sustentada principalmente pelos partidos AD e Comunista, com elevado sacrifício de vidas, liberdade pessoal e segurança familiar. Oficiais das forças armadas participaram da luta, alguns foram assassinados, outros encarcerados ou exilados. A repressão mais brutal esteve a cargo de um corpo chamado Segurança Nacional, composto por policiais, desviados mentais e criminosos natos. O movimento sindical, o camponês, o estudantil, o cultural foram reprimidos. A imprensa foi submetida à censura. O regime governante estreitou os laços de amizade com todas as ditaduras da América e com a de Franco na Espanha, enquanto rompia relações com a URSS.

A expansão petroleira foi acentuada durante esta etapa. O capital estrangeiro aumentou de 1.168 milhões de dólares em 1948 para 3.710 milhões em 1956; esse capital, além de petróleo e mineração, se aplicou na indústria manufatureira, na construção, nas finanças, na agricultura e nos serviços. Em 1952 se celebrou um tratado comercial com os Estados Unidos (modificação do *mo-*

*duo vivendi* de 1938) em virtude do qual se comprometeu essencialmente a soberania fiscal da República e se pôs um freio à industrialização em numerosos ramos. Nesta ordem de fatos, o período examinado foi de crescente domínio estrangeiro da economia, e como circunstância contraditória só surgiu a iniciativa oficial de estabelecer indústrias básicas sob o controle exclusivo do Estado, à qual já fiz referência.

Não se pode dizer que o regime ditatorial fosse sustentado unicamente pelas forças armadas nem que estas em sua totalidade estivessem de acordo com a ditadura em todos os seus aspectos. O capital estrangeiro — o poder internacional do grande capitalismo — contribuiu por seu turno à estabilidade do regime, já que este tanto o favorecia. Casuisticamente nacionalista, a ditadura representou uma circunstância propícia à maior penetração do capital estrangeiro na economia venezuelana. Para Foster Dulles — então secretário de Estado do governo norte-americano — o regime de Pérez Jiménez era o mais conveniente para os interesses de seu país. Também a burguesia venezuelana se favoreceu com a ditadura, e as principais fortunas prosperaram durante o regime. Entre 1950 e 1957 a participação das remunerações do trabalho na receita nacional se reduziu de 59,8 por cento a 52,4 por cento, enquanto que a do capital aumentou de 40,2 a 47,6 por cento. Em termos absolutos, os lucros do capital se elevaram de 3.460 milhões de bolívares para 8.000 milhões entre os anos citados, ou seja, mais do dobro, enquanto que as remunerações do trabalho subiram de 5.147 milhões de bolívares a 8.786 milhões, só 70 por cento<sup>69</sup>. Não cabe dúvida, portanto, de que o capital estrangeiro e a burguesia constituíram os suportes do poder econômico do regime ditatorial. Sofreram em sua situação sócio-econômica as classes operária e camponesa. A pequena burguesia se dividia entre o apoio, a resistência e a indiferença.

### 7. *As conjunturas mais notáveis*

Embora 1949 tenha sido um ano de moderada recessão da economia norte-americana, esse fenômeno não foi sensível na Venezuela e não afetou de nenhuma maneira o nascente regime ditatorial. Em 1956-57 o governo outorgou novas concessões petrolíferas, o que proporcionou ao fisco 2.188 milhões de bolívares de receitas adicionais e ocasionou entradas extraordinárias de divisas, com as quais se mitigaram os efeitos de uma situação fiscal em deterioração, como se pôs em evidência depois da queda da ditadura, ao revelar-se uma dívida irregular de mais de 4.000 milhões de bolívares, contraídas à margem de toda norma legal e que afetava sem dúvida a solvência do Estado. Essa dívida se descontava a taxas escandalosamente elevadas nos mercados de dinheiro internos e externos, e a insolvência reiterada ocasionou forte e crescente mal-

---

69. *Ibid.*, p. 21.

estar nos meios econômicos, o que foi um dos motivos concretos da deposição de Pérez Jiménez.

## VII. *PERÍODO 1958-1975*

### 1. *Quadro Histórico Geral*

Na Venezuela as ditaduras interpõem uma aparente penumbra no processo da luta política e da formação ideológica. Na realidade, por contradição, por antítese, promovem elas a gênese de novas atitudes, de novas forças promotoras do desenvolvimento político que insurgem como negadoras do passado, na ruptura do que tentou estabelecer-se como evolução e acabou desfeito em alguma instância do acontecer histórico. Assim foi na ditadura gomezista, que liquidou a seqüela do século XIX venezuelano e gerou — por contraposição — os fatores que impulsionaram a conjuntura de 1936. Também foi assim a ditadura de Pérez Jiménez, que representou a separação histórica entre o pós-gomezismo (1945-48) e a nova dinâmica da nação. Todavia, fatores e forças do passado se empenham em sobreviver, e surge o conflito com as novas tendências — virtualmente nascidas da luta mais profunda e consciente contra ditadura, que foi também luta contra o passado — que se projetará no período pós-ditatorial com sinais transcendentais.

No seio dos partidos, a dialética ideológica, na confrontação dos fatos da transição, se resolveu em divisões sucessivas: a Ação Democrática (AD) sofreu três processos críticos, que fizeram nascer o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) de orientação marxista, o Partido Revolucionário Nacionalista (PRN) reivindicador da ortodoxia social-democrata se cabe a expressão, e o Movimento Eleitoral do Povo (MEP) de orientação socialista heterodoxa. O Partido Comunista (PCV) sofreu também três divisões: a primeira, na etapa crítica da luta armada, que deu origem à Frente de Libertação Nacional (FLN) e seu braço armado, as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN) persistente nesta linha de atividade política; a segunda, na etapa da pacificação e do retorno às formas convencionais de atividade, da qual nasceu o Movimento ao Socialismo (MAS), cuja evolução se orienta ao socialismo flexível de conteúdo nacional; e a última, na etapa da conjuntura eleitoral, sob o nome de Vanguarda Comunista (VC), inscrita também no campo da autocrítica estratégica e tática dos movimentos marxistas-leninistas. Estas divisões assinalaram momentos e contingências importantes no processo político venezuelano dos últimos quinze anos e suas expressões ideológicas e organizativas com poucas exceções, têm vigorosa vigência na atualidade nacional. O partido União Republicana Democrática (URD) progressista, de centro-esquerda, tampouco escapou à dinâmica das confrontações e de seu seio saíram grupos qualificados

de dirigentes, alguns orientados para soluções socialistas e outros para formas democrático-burguesas, mas sem constituir movimentos organizados. O partido social-cristão Copei não sofreu divisões, embora em seu seio coexistam diferentes variantes de uma posição principal, não marxista, inspirada na doutrina social do catolicismo. Não deve causar estranheza que os dois partidos que estiveram na primeira linha contra a ditadura — AD e PCV — fossem os mais profundamente comovidos pela dialética ideológica e pela confrontação pragmática na época posterior a Pérez Jiménez.

O sistema de poder se implementa cada vez mais na chamada “bipolaridade” de partidos elegíveis como alternativas de governo: AD e Copei. Já no Pacto de Nova Iorque (dezembro de 1957), que foi mencionado, se perfila o mecanismo, com a exclusão do PCV, fator essencial da unidade contra a ditadura e da transição em 1958 à democracia representativa burguesa. Cedendo, com Betancourt na chefia do governo, o mecanismo se aperfeiçoa, ao ser marginalizado o partido de Jovito Villalba (URD), e nisto seguramente houve um propósito deliberado de Betancourt, ficando combatidos os dois partidos, AD e Copei, sob a denominação de “ampla base”. Não existiu pacto para alternarem-se rigorosamente no governo esses dois partidos, e isso permitiu dar à contenda política, e especificamente à fórmula eleitoral, um sentido de amplitude, de liberalidade, de concorrência popular, desejável para o sistema. Para a estabilidade do mecanismo bipolar era mister excluir, do seio da AD onde se radicava o genômeno, os fatores aleatórios, incontroláveis, de discrepância ideológica, e o processo se cumpriu em dez anos aproximadamente. Aparentemente, a AD não oferece riscos ao sistema de poder, atribuíveis a novos focos de índole ideológica dissidente. É, portanto, ao encerrar o período, um partido fundamental do mecanismo de poder. O outro, com menor força popular e organizativa, é o Copei.

O pacto de Nova Iorque implicava o fortalecimento da burguesia venezuelana como classe dominante e sua relação definida com o poder político. A burguesia, como tal, colaborou taticamente, nos últimos momentos, na derrubada da ditadura, e estabeleceu com impressionante decisão e precisão seus objetivos e metas na etapa de transição que se iniciou em 1958.

Suas personagens participaram do governo provisório, em proporção determinante não tanto pelo número, mas pelas posições e pela entidade dos participantes, e desde ali impuseram, na essência, os interesses dominantes de classe. A política de unidade nacional — contra a seqüela da ditadura e pela democracia — praticada com exemplar consequência pela esquerda, permitiu à burguesia sua consolidação no poder, já com sentido político de classe. As massas populares nas ruas de Caracas — os desempregados, os subempregados, os marginais, os estudantes, os camponeses recém-chegados, grupos do proletariado — não foram mobilizadas em nenhum momento contra a burguesia, nem contra

o capital petrolero, mas contra o perigo de retorno à ditadura. Só num momento teve a massa popular a autonomia da ação por um motivo diferente: o protesto contra a visita de Nixon (maio de 1958), que era o repúdio à política de poder dos Estados Unidos, tão hipócrita que aplaudia pouco tempo antes a ditadura e logo depois, em 1958, a volta à democracia. Esse repúdio, tão viva e justamente manifestado, esteve a ponto de provocar uma agressão armada norte-americana contra a Venezuela. Foi um momento em que a burguesia chegou a tremer.

Betancourt dirigiu o maior objetivo de sua mensagem à burguesia e ao capital estrangeiro do petróleo durante sua campanha presidencial. Outra mensagem significativa foi dirigida às forças armadas. Sua gestão de governo não ficou só na mensagem: concretizou-se em medidas de estímulo e apoio à burguesia e ao capital petrolero, de impulso ao crescimento capitalista dependente e de freio às reivindicações populares, operárias e camponesas. A recessão econômica — 1960 a 1963, os anos mais duros —, que havia sido facilitada pelo festim de pagamentos indiscriminados da dívida da ditadura — sob a pressão da burguesia e do capital estrangeiro — e pela manobra astuta dos consórcios petroleros em represália pelo aumento da taxa de imposto sobre a renda em fins de 1958 — ato soberano de governo, que faz honra a Edgar Sanabria que o ordenou e aos ministros que o subscreveram —, foi carregada em grande parte pelo povo: redução de salários, desemprego, alta de preços, restrições em serviços públicos, entre outros aspectos. A industrialização substitutiva de importações foi acelerada, com o auxílio de medidas alfandegárias protetoras, exonerações fiscais, créditos de entidades oficiais, subsídios e compras maciças de bens pelo setor público, além da contenção dos salários reais, como se mencionou. Expandiu-se o capitalismo no campo, enquanto que a reforma agrária, com lei promulgada em 1960, se executava de forma dispersa, pausada, burocrática, com reconhecimento de altos preços das terras desapropriadas. Foi integrado virtualmente o Estado em sua acepção funcional ampla, como sistema de poder supostamente balanceado: Estado burguês-burocrático-desenvolvimentista-populista, com participação implícita de Câmaras de Comércio (organismo coordenador dos empresários), Confederação de Trabalhadores da Venezuela (organismo coordenador dos sindicatos operários e camponeses) e partidos do sistema, e implementado pela burocracia técnico-administrativa, pelas forças armadas e pelas forças de repressão política. Como artifícios de uma política formalmente nacionalista, mas na verdade conciliadora com o imperialismo, foi declarada a decisão de não mais outorgar concessões petroleras — em seu lugar seriam oferecidos “contratos de serviços” aos consórcios internacionais, modalidade corrigida das concessões — e foi criada a Corporação Venezuelana de Petróleo, supostamente encarregada do desenvolvimento de uma indústria petrolera nacional, mas na realidade para ser-

vir de ponte aos contratos de serviços<sup>70</sup>. Em 1960, foi criada a OPEP com participação da Venezuela, mas sua eficácia só se manifestaria depois de 1970, em virtude de causa árabe frente a Israel e com oportunidade desse conflito e a chamada crise energética. Entrementes, os consórcios petroleiros, ante a passividade governamental, desenvolveram uma tática de deterioração persistente, sistemática, da posição petroleira da Venezuela (desinvestimento nítido, aviltamento dos preços, alta artificial dos custos para reduzir a margem de renda onerável, redução das operações exploratórias, exploração intensiva de lençóis existentes até limites de exaustão etc.) com a finalidade de intimidar o governo e interferir em sua política petroleira.

O objetivo manifesto de Betancourt era cumprir o período constitucional como presidente e transmitir o comando ao sucessor eleito. Ao cumprimento deste objetivo subordinou toda a gestão de governo. Simultaneamente, propôs-se impulsionar o auge da burguesia e sustentar um equilíbrio das relações operário-patronais que fundamentasse o jogo político de poder. Para tanto era indispensável obter o controle dos sindicatos através do partido AD e regular as ações de massas pela mesma via do controle partidário (com a cooperação do Copei, partido co-governante). Por tanto, a tática consistia em destruir a influência da esquerda na frente sindical e no movimento popular: segregar e isolar, golpear e encurralar, reprimir, provocar para justificar a repressão. Mesmo antes de iniciar-se a luta armada da esquerda, Betancourt se apresentava como o anti-Fidel Castro, como campeão do anticomunismo em nome da democracia. A luta armada, nessa ordem de fatos, não foi simplesmente uma réplica da Revolução Cubana, nem um atalho ilusório para queimar etapas; em sua determinação atuaram fatores internos e externos, e a política do governo de Betancourt não foi o menos importante deles.

Ao longo do período que se examina a expansão da burguesia foi uma constante. Cresceram os estratos industrial, agrário e financeiro da burguesia. A acumulação de capital — em função do excedente petroleiro fiscal, da contenção relativa dos salários e do curso favorável da substituição de importações — se realizou em maior proporção no setor industrial e no financeiro, que dominaram a dinâmica de crescimento capitalista nesse tempo. Desde cedo esse mesmo processo expansivo impulsionou o crescimento do proletariado, nas zonas industriais e no campo penetrado pelo capitalismo, e afirmou suas características dentro da complexa estrutura sócio-econômica do país. Esse processo também fomentou a marginalidade e acentuou a desigualdade da distribuição da

---

70. "A Corporação Venezuelana de Petróleo nasceu sobre bases sadias; é dirigida por gente responsável; não pretendemos convertê-la num competidor das companhias petroleiras para desarticular seus mercados. Através da Corporação Venezuelana de Petróleo poderão ser outorgados contratos de serviços, e já não mais concessões, que é uma palavra de inconfundível sabor colonial", Rómulo Betancourt, *Três años de gobierno democrático, 1959-1962*, Caracas, 1962, t. II, p. 55.

renda<sup>71</sup>. A ação do Estado, centrada na administração do excedente petrolero nacional, orientou-se para os campos da saúde e da educação, da habitação e para os subsídios ao consumo de alguns artigos essenciais. Todavia, a multiplicação das expectativas populares bem cedo se manifestou em maiores desequilíbrios sociais, pela insuficiência dos recursos aplicados em sua satisfação e pelas graves deficiências da política nos campos indicados. Este quadro prosseguiu com maior força durante os governos de Raúl Leoni e Rafael Caldera, com variantes adjetivas e formais, mas sem modificações de fundo.

A luta armada entrou em decadência durante o governo de Leoni, pelas razões que se indicarão mais adiante, e praticou-se uma política de “pacificação” com bastante êxito. A repressão, contudo, não desapareceu e em alguns momentos adquiriu características graves, negadoras da suposta bonomia dos governantes de turno. Perto do fim do mandato de Leoni, com a divisão que deu origem ao MEP, completou-se o processo de direitização e burocratização da AD, que perdeu o governo no quinquênio seguinte (1969-74), mas se preparou (dentro dos mecanismos do poder) para recuperá-lo no lapso posterior.

O governo de Caldera propiciou uma maior democratização da vida pública, sem deixar de ser repressivo a serviço do poder. A política geral se enquadrou na qualificação de “nacionalismo democrático” com projeção internacional. A atitude ante os Estados Unidos foi sóbria e digna. Propiciou-se uma aproximação ao governo revolucionário de Cuba, antecedente para o restabelecimento de relações, que aconteceu durante o governo de Carlos Andrés Pérez. Deram-se passos importantes no caminho à nacionalização do petróleo, favorecidos sem dúvida pela conjuntura internacional centrada na crise energética e no fortalecimento da OPEP. O governo de Caldera não desfrutou inteiramente do extraordinário auge fiscal petrolero iniciado em 1973 e substancialmente acentuado em 1974; mas auspiciou as condições para esse auge, de que desfrutaria seu sucessor. Tornaram-se mais fortes as pressões inflacionárias, sempre subjacentes no funcionamento estrutural da economia venezuelana, em virtude da acumulação de fatores internos emergentes da industrialização substitutiva de importações, do crescimento desigual da agricultura e do desequilíbrio de fundo na distribuição da renda; as pressões inflacionárias foram estimuladas, ademais, pela conjuntura externa, de tendência à alta nos mercados centrais do sistema capitalista. Dificuldades — algumas artificiosas — no abastecimento de produtos básicos de consumo e uma aguda sensibilidade popular ante o aumento notável do custo de vida, favoreceram, nas eleições presidenciais de 1973, o candidato da AD, Carlos Andrés Pérez.

---

71. Em 1957 corresponderam aos perceptores de salários e soldos 72 por cento da renda nacional; em 1974 essa participação se reduziu a 59 por cento. Em ambos os casos se deduziu, para efeitos de cálculo, a renda fiscal petrolera. Cf. *Memoria del Banco Central de Venezuela*, 1958, e *Informe Económico*, 1974, do mesmo instituto.

O novo governo (1974-79) se iniciou com a vantagem de uma maioria absoluta no Congresso da República e a disponibilidade de enormes recursos fiscais. Graças a isso, obteve do legislativo autorização para o exercício de poderes extraordinários, de emergência, no campo econômico e social. Uma espécie de “bonapartismo” impulsionou a gestão de Carlos Andrés Pérez nos primeiros tempos de seu mandato. Deu a impressão de querer sujeitar à regularização múltipla o crescimento capitalista do país e de incorporar os setores de menores rendas ao usufruto do auge petrolífero. Bonapartismo populista, se cabe a expressão, que logo se orientou para o fortalecimento do que se costumou chamar “economia mista” e que, na essência, é capitalismo monopolista de Estado. O sistema de poder, que qualifiquei anteriormente como Estado amplo, tornou-se mais sólido e evidente. O desenvolvimeto e o populismo são as duas faces da moeda da dominação. O capital financeiro e o industrial adquirem níveis mais elevados de concentração e expansão, com certa projeção internacional, sobretudo em países menores e pobres do “terceiro mundo americano”. O formidável excedente petrolífero serve em boa parte para o enriquecimento da burguesia e de camadas burocráticas em relação com o poder. O grau de corrupção administrativa em diferentes níveis do Estado cresce consideravelmente, em relação com a abundância fiscal e a multiplicação dos negócios públicos. É evidente o paradoxo de um Estado, o venezuelano, perceptor e administrador de uma receita periódica de grande magnitude, que não se origina no contribuinte, mas na exploração de um recurso natural irrenovável — patrimônio comum da nação —, por isso, deveria estar na melhor das posições para dirigir com autonomia o rumo econômico e social do país, subordinando a seus objetivos o interesse privado; e, no entanto, na realidade, esse Estado se subordina ao poder econômico privado, serve para seu fortalecimento e marginaliza a maioria do povo. A inflação, junto com a orientação classista do gasto público, tem-se convertido em mecanismo de redistribuição regressiva da renda e de dependência. A nacionalização do petróleo, circunscrita à área extrativa do negócio, em lugar de representar um fator de difusão equilibrada dos lucros nacionais, tem-se constituído num novo e formidável ponto de apoio para o desenvolvimento dependente do capitalismo. Novamente se tenta, nas esferas do partido do governo, colocar em primeiro plano o anticomunismo, a segregação política da esquerda e a bipolaridade excludente como estabilizadores do poder formalmente democrático. A esquerda, contudo, orienta suas lutas para a consolidação do jogo democrático e a possibilidade de aprofundar as conquistas sociais, econômicas e políticas do povo.

## 2. *Regime de produção*

Dentro do marco conceitual que tem sido definido como “estrutura heterogênea”<sup>72</sup>, o modo capitalista de produção — em sua variante específica, his-

72. A “heterogeneidade estrutural” é definida por Armando Córdova, em sua obra *Inversiones extranjeras y subdesarrollo* (v. Bibliografía), como aquela correspondente a determinado lugar



toricamente determinada, que se realiza nos países dependentes, cujas economias sofrem essencialmente a intervenção do capital estrangeiro em sua fase de expansão monopólica — se afirmou consideravelmente neste período e seu crescimento se efetuou em ritmo acelerado, acentuando-se suas características e estendendo-se a novas áreas da atividade produtiva. A exploração de hidrocarburos com destino principal à exportação continuou sendo a base de sustentação da economia, sob o domínio dos consórcios internacionais em forma direta até 1975. Todavia, o capital estrangeiro — em sua acepção mais ampla, que inclui, além da inversão real ou financeira, a que pode qualificar-se como intangível, consistente em prestações tecnológicas e do ativo quase monopólico sob a forma de marcas, denominações comerciais e industriais, patentes publicitárias e similares — se aplicou em magnitudes apreciáveis em outros setores econômicos em expansão: a indústria manufatureira, a construção, as finanças, os serviços, nos quais obteve taxas de lucro bastantes altas. Já assinalei, no exame do período precedente, que a extração e exportação de minério de ferro, iniciada em escala comercial em 1951, representou outra fonte de lucros do capital estrangeiro, até 1974 inclusive (em 1975 essa atividade foi submetida ao domínio do Estado venezuelano). Sem dúvida, a propriedade de meios de produção constituiu a base da riqueza privada. As relações capitalistas de trabalho e distribuição se estenderam e se consolidaram praticamente em quase todo o âmbito da economia. Persistem, na atualidade, formas pré-capitalistas de trabalho e distribuição no meio agrário, em algumas atividades artesanais e de serviços. O Capitalismo de Estado — sob a forma do estabelecimento e expansão do setor público da economia, para além da tradicional intervenção oficial na vida dos negócios privados —, que algumas vezes se conhece com o nome pouco feliz, a meu ver, de “economia mista”, adquiriu maior significação, sobretudo nos últimos anos do período, graças à multiplicação extraordinária dos recursos fiscais provenientes do petróleo. A circulação mercantil prevalece em quase todas as atividades econômicas, salvo em algumas zonas onde se refugiou a economia de subsistência. Embora ainda exista, presumivelmente em 10 ou 15 por cento do total, a modalidade de percepções de renda em espécie, as formas monetárias características do capitalismo estão generalizadas. O trabalho cooperativo constitui a forma de organização da produção numa parte da agricultura e dos serviços, mas a proporção que representa com relação à economia total é bastante pequena<sup>73</sup>. A grande propriedade rural tem uma significação substancial, principalmente nas planícies; tem ocorrido que muitos latifúndios tradicionais converteram-se em grandes explorações de índole capi-

---

e momento, composta por relações de produção pertencentes a distintos sistemas econômicos (históricos e menores).

73. Estimativas oficiosamente feitas pelo Ministério do Trabalho, do qual depende administrativamente o ramo de cooperativas, permitem apreciar uma contribuição de dois por cento ao PTB.

talista e outros têm sido incorporados às zonas urbanas ou suburbanas. A concentração da propriedade agrária continua sendo característica, apesar de haverem transcorrido quinze anos da promulgação da lei da reforma agrária.

### 3. *As forças produtivas*

O período que examinamos foi de crescimento sem precedentes das potencialidades produtivas do país, embora os impulsos expansivos estivessem sujeitos a flutuações acentuadas, em razão da incidência de conjunturas externas e internas. A superfície agrícola colhida (vegetal) aumentou de 1 milhão 156 mil hectares em 1957 para 1 milhão 792 mil 773 em 1974. O gado bovino aumentou de 6 milhões 183 mil cabeças em 1957 para 10 milhões 300 mil em 1974. O capital existente se elevou de 47.485 milhões de bolívares em 1957 para 105.400 milhões em 1974. A população ativa cresceu de 2 milhões 407 mil pessoas em 1961 para 3.340.000 em 1974. A proporção de desemprego absoluto se estima em fontes oficiais<sup>74</sup> entre sete e oito por cento em comparação com 14 por cento em 1958; todavia, a proporção de subemprego ou desemprego encoberto supera os 20 por cento. Em 1957 o setor primário de produção contribuiu com 39 por cento do produto territorial bruto (PTB); em 1974 contribuiu com 21 por cento; o setor secundário aumentou sua contribuição ao PTB de 19 por cento em 1957 para 24 por cento em 1974; entre os mesmos anos o setor terciário modificou sua participação de 42 para 55 por cento. Estas variações relativas indicam uma ampliação das atividades dinâmicas de transformação de bens — o setor secundário —, por meio das quais se agrega maior valor por unidade de produto que em outros setores. No setor primário, a agricultura representou em 1973 uns sete por cento do PTB total, com ligeiras modificações em relação a 1957; da mesma maneira, a mineração representou um por cento e a atividade de extração de petróleo, 13 por cento. A composição do produto — e, em relação com ela, a alocação de recursos entre as atividades produtivas — correspondia ainda no final do período a um estado de subdesenvolvimento das forças produtivas do país; mas é evidente que estas forças têm crescido consideravelmente nos últimos 18 anos e que tem-se assistido a uma evolução importante através do tempo, a qual se acelerou durante o período em observação. É de notar que esse crescimento, na ordem quantitativa, não tem sido convenientemente equilibrado como o exige a integração interna da economia nem tem criado bases e condições adequadas para uma redução de dependência, razão por que pode e deve assinalar-se que não tem gerado desenvolvimento em concordância com as potencialidades do processo e as necessidades e expectativas da nação. Por outro lado, existe o problema da insuficiente utilização das for-

---

74. Cf. *Encuesta de hogares por muestreo* (agosto de 1970), Ministério de Fomento (Dirección General de Estadística y Censos Nacionales), Caracas, 1971, p. 17.

ças produtivas disponíveis: já se mencionou uma taxa de desemprego objetivamente alta, assim como uma inquietante proporção de subemprego; o uso do capital fixo instalado era também incompleto (em sondagens de atividade industrial realizadas pela Agência de Planejamento do governo em 1960 e 1965 registrou-se um índice de utilização do potencial industrial de 60 por cento no primeiro dos anos citados e de 70 por cento no último; estimativas mais recentes, todavia, permitem assinalar que o grau de utilização tem subido sensivelmente, no que tem incidido como fator primordial a expansão da demanda interna no lapso posterior a 1970). A aplicação indiscriminada de tecnologias intensivas em capital fixo — importadas inteiramente dos países capitalistas mais desenvolvidos —, que no geral exigem escalas de produção muito amplas, é uma das explicações dessa situação. Essas tecnologias obrigam a empregar força de trabalho no treinamento avançado em proporção elevada e, portanto, tornam redundante a força de trabalho não qualificada ou de baixos níveis de qualificação. A subutilização da terra nos labores agropecuários tem sido um fato que, embora reduzido nos últimos tempos, ainda incide negativamente sobre os rendimentos globais. Diversa é a consideração que se deve fazer quanto aos índices de extração de hidrocarbúntes, já que por razões imperativas de conservação desse recurso escasso e cada vez mais valioso, o interesse nacional requer a moderação razoável do ritmo de exploração. Neste mesmo campo de atividade deve-se mencionar a queda sofrida nas reservas comprovadas de petróleo durante o lapso 1958-73, pela redução substancial das operações exploratórias atribuível a uma política antinacional dos consórcios estrangeiros, lesiva ao patrimônio da nação venezuelana; em 1974 se efetuou uma reavaliação das reservas e sua quantidade se elevou de 13.812 milhões de barris para 18.567 milhões. Da mesma maneira deve notar-se que a acumulação bruta de capital na indústria petrolífera sofreu uma contração no lapso 1959-70 e que no lapso 1970-74 o nível dessa acumulação se manteve praticamente constante, variando apenas de 7.461 milhões de bolívares para 7.425 milhões, o que significa que os consórcios estrangeiros mal repunham os desgastes ou deterioração do equipamento existente no país e não realizaram expansões efetivas nas diferentes fases do complexo produtivo petrolífero. Sem dúvida, essa política de estancamento das inversões de desenvolvimento obedecia à perspectiva — não estimulante para os consórcios — relacionada com a caducidade das concessões a partir de 1983.

#### 4. *A dinâmica de classes*

No período que se observa o processo de classificação da sociedade venezuelana sob condição de dependência capitalista e de heterogeneidade estrutural — desenvolvimento desigual e combinado — se acelerou e adquiriu características melhor definidas. Ao caracterizar o processo como capitalista, em senti-

do global e dominante, estou indicando que as classes mais dinâmicas e importantes da sociedade chegaram a ser o proletariado e a burguesia. O fenômeno de proletarização tem sido contínuo e intenso nos últimos trinta anos da vida venezuelana, polarizado nos núcleos emergentes da exploração petroléira e mineira e da urbanização. Esse fenômeno adquiriu maior dinamismo e características mais precisas nos últimos quinze anos, em relação com o processo de industrialização, concentrado na região norte-central do país e especificamente na área metropolitana de Caracas. Na verdade, deve-se mencionar também a formação de um núcleo industrial na parte nordeste da região da Guiana venezuelana, caracterizado pela concorrência da exploração de minério de ferro, pelo aproveitamento hidrelétrico dos recursos fluviais da região e pelo estabelecimento de indústrias pesadas metalúrgicas; esse núcleo, em processo de crescimento, proporciona ocupação a um numeroso contingente de trabalhadores qualificados, embora seu nível de remuneração diste consideravelmente do correspondente à atividade petroléira. Por outro lado, a expansão do capitalismo no campo — que, como no caso da indústria, registrou um ritmo mais acelerado no período que analisamos — tem determinado a proletarização de consideráveis setores do campesinado, assim como também como a fixação em áreas camponesas de trabalhadores antes residentes nas cidades. Em todo caso, a fonte principal de crescimento do proletariado — além do próprio aumento vegetativo da população operária — tem sido o campesinado pobre, que emigra para as zonas urbanas e industriais. Uma fonte complementar tem sido a proletarização de camadas muito pobres da pequena burguesia. A maior proporção de trabalhadores dependentes se inscreve no setor terciário da economia, seguindo-lhe em ordem de grandeza o proletariado industrial. O proletariado petroléiro, ao contrário, tem sofrido uma redução numérica no transcorrer do tempo, como conseqüência do incremento de produtividade e do aumento da relação entre o capital fixo e o variável nas bases de uma tecnologia poupadora de mão-de-obra; ademais, a contração das atividades de prospecção, que absorvem contingentes numerosos de trabalhadores, determinada pela política depressiva dos consórcios estrangeiros, tornou redundante certa quantidade de força de trabalho. Deve-se assinalar que os desincorporados da indústria petroléira geralmente se retiram do mercado de trabalho ou se dedicam a outras atividades, razão por que não se pode falar propriamente de um “exército industrial de reserva” neste caso<sup>75</sup>. O crescimento vegetativo da população e o êxodo camponês — em relação com as oportunidades restritas de emprego no setor produtivo da economia — contribuíram para engrossar as fileiras do subproletariado, expressão concreta do fenômeno da marginalidade sócio-econômica. A

---

75. A este respeito deve-se mencionar igualmente que um dos problemas graves que enfrenta a indústria petroléira venezuelana na atualidade é o da substituição dos trabalhadores qualificados em diferentes níveis, que optam pela aposentadoria ou se retiram por qualquer causa, em razão da escassez de trabalhadores nessa atividade.

burguesia se consolidou, aumentou seu domínio econômico e político e evoluiu quanto à divisão interna (dentro da classe) de funções: o estrato industrial, o agrário, o da construção, o comercial, o financeiro e o de serviços, com predomínio dos estratos financeiro e industrial, de interesses geralmente combinados. De maneira simultânea com o processo geral de concentração da riqueza e da renda<sup>76</sup> tem ocorrido uma concentração específica crescente, no seio da burguesia, razão por que uns poucos grupos combinados absorvem uma elevada proporção dos ativos reais e financeiros de propriedade privada existentes no país. Correlativamente tem-se ampliado a periferia subordinada, dependente, que, ainda incorporada à classe dominante, permanecia submetida ao grupo de poder recebendo taxas mais baixas de benefício. Deve-se distinguir uma categoria, a dos executivos e gerentes de altas posições, que sem serem proprietários do capital cumprem uma função importante no quadro das relações do capital e recebem, juntamente com elevadas remunerações fixas, complementos substanciais por diversos conceitos e participação nos lucros; tais funcionários têm estado no setor privado e no público, passando com relativa mobilidade de um para outro; a esta categoria tem-se dado o nome de “classe gerencial”, embora evidentemente não possa ser considerada como classe e sim como uma categoria subalterna da classe dominante, a qual tem evoluído consideravelmente durante o período observado. A classe dos grandes proprietários rurais persistiu durante o período, ainda com traços pré-capitalistas, mas sua significação sofreu queda; em alguns casos os latifundiários têm facilitado, em associação com empresários capitalistas, a transformação de suas herdades em explorações modernas; em outros casos, tais propriedades têm sido afetadas pela execução da reforma agrária. A pequena burguesia se tornou ainda mais numerosa e sua influência “de massas” nos assuntos públicos aumentou sensivelmente, através de seu peso específico nas organizações políticas, profissionais e culturais.

Não obstante a democratização formal das instituições jurídico-políticas e do exercício do poder público, a desigualdade sócio-econômica que se expressa objetivamente na apropriação de substanciais porções do excedente<sup>77</sup> pelas classes dominantes tornou-se mais acentuada, ampliando-se as brechas entre os componentes classistas da sociedade. Na Venezuela destaca-se a singularidade de que uma porção elevada do excedente nacional<sup>78</sup> é administrada pelo Estado mediante a percepção da receita pública petroleira e o gasto subsequente, de tal maneira que a política econômica, financeira e social do governo

---

76. Cf. Domingo A. Rangel, *La oligarquía del dinero*, Caracas, Ed. Fuentes, 1971, quando inserido na página 127.

77. O excedente, em meu conceito, é a diferença quantitativa entre o valor do produto criado e o custo real da força de trabalho empregada em sua criação, em sentido lato.

78. O excedente nacional é a diferença entre o valor do produto *nacional* e o custo real da mão-de-obra.

orienta o processo central da distribuição e redistribuição da renda. De fato tem-se observado que essa política, tanto no regime da ditadura quanto no da democracia representativa, tem tendido a favorecer, essencialmente, a burguesia, fortalecendo-a como classe dominante e alargando seus canais de enriquecimento, enquanto têm crescido os índices de proletarização e de marginalidade, conjuntamente interpretados como medições da pobreza relativa. É certo dizer que os níveis nominais de remunerações da força de trabalho têm aumentado, mas também é que esse aumento tem-se mantido retardado em relação ao aumento da produtividade. A política social tem sublinhado a sua viziação “concertada” das contradições e dos antagonismos de classe (e intraclasses), sob a advocação da “paz social” e da estabilidade democrática, em cujo empenho — que oculta uma estratégia de poder — têm sido implicados dirigentes sindicais, que têm atendido mais aos interesses conjunturais de seus partidos políticos que os estruturais da classe operária. Assim, os conflitos têm sido minimizados, as tréguas no confronto capital-trabalho têm sido generalizadas e prolongadas, e as contratações coletivas que regulam os grupos mais qualificados de força de trabalho em suas relações com as empresas têm consistido, no geral, em operações transacionais entre as burocracias sindicais e patronais. Em tais condições, o período que se examina tem sido propício em alto grau para a acumulação de capital privado e para a contenção das reivindicações operárias e de empregados.

### 5. O movimento demográfico

Dois fenômenos notáveis devem assinalar-se na dinâmica populacional durante o período em estudo: a) a elevada taxa de crescimento da população, cifrada em 3,4 por cento interanuais; b) a concentração acelerada da população nas áreas urbanas, de tal maneira que para 1975 se estima como urbana cerca de 75 por cento do total. O censo de 1961 registrou 7 milhões 523 mil 999 habitantes, o de 1971 permitiu apreciar um aumento substancial já que apresentou um registro de 10 milhões 721 mil 522 habitantes. A taxa de aumento da população urbana no lapso intercensal foi de 5,3 por cento, em comparação com 6,8 por cento no lapso 1950-61. A população rural, por sua parte, cresceu a razão de 0.8 por cento interanual durante o lapso 1950-71. O índice de urbanização correspondente ao ano de 1971 era de 58 por cento<sup>79</sup>. A mudança de governo — de ditadura para democracia — enquanto significou uma modificação progressiva da política econômica e social, contribuiu para o processo de urbanização, imprimindo-lhe maior velocidade. A assistência médico-sanitária — e em geral a melhora das condições de vida e saúde — determinou uma queda da

---

79. Cf. “Migración interna en Venezuela, factores determinantes y características”, da socióloga Zulay Alvares de Girón, em *Estadística Venezolana*, revista do Ministério de Fomento (Dirección General de Estadística y Censos Nacionales), n.º 4, Caracas, julho de 1975, p. 42.

taxa de mortalidade, enquanto a de natalidade se manteve relativamente elevada<sup>80</sup>. A esperança de vida ao nascer subiu de 66 anos em 1961 para 70 anos em 1971. Aproximadamente uns 50 por cento da população era maior de 15 anos em 1971, o que indica a extrema juventude da mesma. A população ativa — pouco mais de um terço do total — se distribuía em 1970 da forma seguinte: agricultura, 26 por cento; petróleo e mineração, dois por cento; indústria e construção, 16 por cento; serviços e governo, 56 por cento. Estas cifras revelam, em relação a 1961, uma queda da participação agrícola na oferta total de emprego, um moderado incremento da participação do setor secundário e um aumento considerável da participação do setor terciário. A baixa produtividade do emprego na agricultura se aprecia ao comparar-se a contribuição desta atividade no PTB (sete por cento) com a proporção de mão-de-obra que ela absorve (26 por cento).

## 6. O Poder Político

A ação mais firme para derrubar a ditadura foi a dos partidos AD e Comunista. A tese da unidade de ação conseguiu converter-se em prática durante os anos de 1956 e 1957 - tese justamente proposta pelo PCV - e contribui notavelmente para a queda daquele regime. Contudo, a participação dos fatores de poder na combinação política foi decisiva para alcançar o objetivo. Os mesmos fatores de poder que haviam respaldado a ditadura facilitaram sua derrubada e/ou colaboraram para este fim. Provavelmente, a única exceção foi a do capital petrolero. Deve lembrar-se que durante o regime ditatorial os lucros desse capital alcançaram índices máximos; também deve-se mencionar a ampliação de seu domínio sobre os recursos naturais de petróleo, mediante a outorga de novas concessões em 1956 e 1957. Portanto, o capital estrangeiro não tinha razões para desejar a queda do regime nem para dar seu apoio a tal empenho. Tampouco há evidências, porém, de que tentara opor-se — se teve a oportunidade — ao movimento que conduziu à substituição daquele governo. É lógico supor que se o capital estrangeiro deu-se conta de que os fatores internos de poder — a burguesia, o exército, as forças políticas, a Igreja católica — haviam retirado seu respaldo ao regime nos últimos meses de 1957 e vanguardas desses fatores ou forças atuavam para precipitar a mudança, a experiência desse capital estrangeiro nestas conjunturas lhe aconselharia, pelo menos, a neutralidade e a expectativa sob a aparente rotina de suas relações com o governo e o poder. De modo distinto, foi ostensiva às vésperas da queda da ditadura a beligerância da burguesia na oposição ao regime e seu entendimento com as forças políticas, elementos das forças armadas e personagens da Igreja para a ação de deposição. O chamado Pacto de Nova Iorque — em dezembro de 1957

---

80. Em 1972 a taxa de natalidade era de 42 por mil e a de mortalidade, de sete por mil, Cf. *Boletín Trimestral de Estadísticas Demográficas y Sociales*, n.º 48, Ministério de Fomento (DCE y CN).

— entre Rómulo Betancourt (AD), Rafael Caldera (Copei) e Jóvito Villalba (URD) foi respaldado virtualmente por Eugenio Mendoza, o mais caracterizado representante da burguesia venezuelana. Presumivelmente, esse pacto — orientado secretamente para a derrubada do ditador — gozou do visto favorável do Departamento de Estado norte-americano, para o qual Pérez Jiménez não oferecia naquele momento as melhores seguranças de estabilidade para os interesses estratégicos da potência norte-americana na Venezuela<sup>81</sup>. Por razões similares às que possivelmente se formularam os monopolistas do petróleo, Departamento de Estado previa o curso dos acontecimentos e quis garantir para si, dentro do possível, uma canalização controlável do que ia acontecer, já que lhe deve ter ocorrido a eventualidade de um transbordamento popular de curso aleatório, uma vez ocorrido o desenlace da ação derrubadora. Assim, pois, o governo ditatorial estava destinado a desaparecer em virtude dessa confabulação do poder. As forças econômicas — a burguesia concretamente —, que se beneficiaram durante o prolongado período ditatorial, encontraram em 1957 entravados os mecanismos da expansão pela deteriorada situação fiscal, especificamente manifestada na existência de uma enorme dívida irregular que afetava consideravelmente as facilidades financeiras das empresas, pela insolvência das entidades oficiais e pela necessidade de descontar a taxas muito elevadas os documentos probatórios das dívidas; por outro lado, a voracidade de enriquecimento ilícito dos homens do governo e dos favoritos do ditador diminuía as possibilidades de apropriação do excedente pelos receptáculos do capital privado; por último, estava já em vias de fato uma contração dos negócios, vinculada à conjuntura capitalista internacional, com incidência no auge petrolífero que culminou na crise do canal de Suez. É indispensável, ademais, anotar que o processo industrializador do país requeria então uma política de maior decisão e amplitude por parte do governo, e a burguesia industrial não se sentia assistida com suficiente empenho em seus afãs expansivos. O mal-estar da pequena burguesia e das classes trabalhadoras era bastante acentuado, e isso afetava também determinada oficialidade das forças armadas que não desfrutava das suculentas prebendas do poder ditatorial. A Igreja, sensível nas instâncias críticas, auscultou com clareza a emergência e contribuiu para a transição. Nada podia, pois, deter o curso da história que teve seu momento álgido em 23 de janeiro de 1958 com a queda do governo e a fuga do ditador.

A junta de governo, que exerceu o poder político em 1958 até a normalização constitucional do regime democrático representativo, combinou a representação das forças armadas e da burguesia, mas teve que sustentar-se na mas-

---

81. Pérez Jiménez havia proposto, numa conferência de chefes de Estado no Panamá, a criação de um Fundo de Desenvolvimento Latino-americano, sem a participação dos Estados Unidos. Em 1957, ante as restrições petrolíferas que começavam a implantar-se nos Estados Unidos, Pérez Jiménez ameaçou fixar restrições à exportação do minério de ferro venezuelano.



sa popular para conseguir uma precária estabilidade. A burguesia obteve posições-chaves no governo e na administração e se beneficiou realmente da transição; foi a classe que atuou com maior consistência e clareza estratégica e tática nesse processo de transição da ditadura à democracia formal, demonstrando cabalmente sua evolução como força dominante interna. As jornadas populares, paradoxalmente, facilitaram essa consolidação do poder, e o que eventualmente pôde transformar-se numa verdadeira reorganização do poder político e numa reforma profunda da base econômica da sociedade venezuelana limitou-se a facilitar uma liberalização das formas de governo, sob a pressão de impedir um regresso à ditadura repressiva e antipopular. Há quem sustente a opinião de que em 1958 - sobretudo nos primeiros meses depois de 23 de janeiro - existiram condições e circunstâncias propícias a uma insurgência revolucionária, e que a falta de uma condução política com perspectiva histórica contribuiu para a frustração dessa possibilidade. Sem deixar de notar que existiu a possibilidade de lograr — mediante a luta popular — progressos consideráveis no político, no econômico e no social, dentro de um processo democrático burguês com participação efetiva das classes trabalhadoras no exercício do poder político, deve-se assinalar que objetivamente não existiram condições necessárias e suficientes para uma revolução. O poder econômico estava alerta e ativo na preservação e no fortalecimento de seu domínio; as forças armadas, longe de comprometerem-se num movimento revolucionário, estavam alertas e decididas a moderar excessos num ou noutro sentido; os partidos políticos, com influência de massas, incluído o PCV, tinham por meta imediata uma normalização institucional a partir da realização de eleições gerais. Tentativas de modificar o curso dos acontecimentos - não precisamente no sentido de um aprofundamento revolucionário — tiveram lugar em duas oportunidades em 1958: uma em julho e outra em setembro, com participação de grupos importantes de militares. Por outro lado, o Pacto de Nova Iorque, que se converteu em Pacto de Ponto Fixo em vésperas das eleições de dezembro de 1958, estava vigente. As concessões às massas populares consistiram em subsídios ao desemprego — sob a forma de um plano de emergência supostamente implementado com a execução de obras e serviços públicos —, aumentos de salários e soldos repartição de algumas terras entre camponeses e certa amplitude do jogo sindical. Como contrapartida, a burguesia fez com que lhe fossem pagas as dívidas adquiridas durante a ditadura cujos montantes — consideráveis em sua totalidade — foram convertidos em boa parte em divisas estrangeiras, graças a uma surpreendente passividade do governo em tudo o que era relacionado com o regime monetário e cambial.

Em 1959 iniciou-se a etapa dos governos democráticos representativos e formalmente alternativos, com a tomada de posse na presidência da República por Rómulo Betancourt, chefe do partido Ação Democrática. O objetivo prioritário de Betancourt foi sustentar-se no governo durante o período constitu-

cional respectivo (1959-64) e transmitir o posto ao sucessor eleito em sua oportunidade. O objetivo foi alcançado. Para consegui-lo, Betancourt se empenhou sistematicamente em obter o respaldo, ou em todo caso a neutralidade, dos fatores e instrumentos de poder. O Pacto de Ponto Fixo — entre AD, Copei e URD — ajudou-o nos primeiros tempos de seu mandato; A URD se separou em 1960 e mais tarde o Copei adotou uma política dual, de autonomia de ação estando no governo como partícipe, com críticas a determinados aspectos da gestão governamental sob a direta responsabilidade da AD. A gestão de Betancourt se caracterizou por seu serviço aos interesses dominantes, o freio às necessidades e aspirações dos setores populares, uma campanha persistente contra os partidos da esquerda — o Comunista, o Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR), que teve sua origem numa dissidência de um considerável e valioso setor da AD e se orientou ao marxismo, e mais tarde a URD, já separada da coligação governamental —, contra a Revolução Cubana dirigida por Fidel Castro e o Movimento Comunista Internacional, Betancourt — e a ala direitista de seu partido AD — se propôs a todo custo conquistar a confiança do poder econômico (nacional e internacional), exercitando uma política de centro (mais inclinada para a direita), permitindo e estimulando o maior enriquecimento da burguesia, reafirmando as garantias efetivas ao capital estrangeiro, propiciando a conciliação entre os organismos empresariais e sindicais, procurando isolar e segregar toda orientação radicalizante em seu partido e exaltando os valores normativos e operativos da democracia convencional burguesa. Esta política clara e definida de Betancourt, perfilada desde o primeiro momento de seu governo, suscitou a oposição ativa da esquerda. A primeira divisão da AD, que deu origem ao MIR, cujo movimento adotou no começo o nome de Ação Democrática de Esquerda (ADI), fortaleceu consideravelmente a luta popular contra a política de Betancourt. Os êxitos dos partidos de esquerda na opinião pública, na frente sindical e camponesa, na massa estudantil e em setores amplos da pequena burguesia, induziram a uma reação violenta por parte da AD e do governo, até o ponto de manifestações populares serem dissolvidas policialmente, centros sindicais de organizações onde triunfava a oposição serem atacados por militantes oficialistas e em ocasiões haver choques pessoais com saldo de feridos e mortos. As possibilidades de luta democrática se foram restringindo para o movimento revolucionário. A vitória do Movimento Cubano de Libertação, em janeiro de 1959, precisamente quando Betancourt se dispunha a iniciar seu mandato, influenciou profundamente na dinâmica política venezuelana: por um lado, na medida que o processo cubano se radicalizava, a campanha de Betancourt e da “velha guarda” da AD contra esse processo se fazia mais dura; de outro lado, a ação opositora da esquerda se tornou mais radical, tomando auge a idéia da possibilidade de acelerar e precipitar o advento de uma situação revolucionária através de diversas formas de luta.

Sobrevieram alçamentos militares (um em Carúpano e outro em Puerto Cabello) de inspiração esquerdista, que foram dominados rapidamente. De certo modo, pode-se dizer que a atividade da esquerda depois de 1958 — já no governo Betancourt — foi em boa parte como umda réplica diferida ao acontecer político de 1958; durante a transição, como se disse, o Partido Comunista, especificamente, esteve empenhado em sustentar a unidade que tão exitosa havia sido na deposição de Pérez Jiménez, e subordinou a esta política toda meta de aprofundamento do processo democrático; mais ainda, já no governo Betancourt e não obstante sua proclamada e praticada política de isolamento e restrição da esquerda e do auge das massas, o PCV tentou prosseguir uma política de convivência e de oposição “civilizada”; sem embargo, a crescente repressão oficial, os reiterados golpes às aspirações populares de melhoramento sócio-econômico e democracia efetiva, a cerrada campanha anticomunista de Betancourt, sua aberta entrega aos interesses dominantes, eliminaram toda oportunidade de alcançar durante o seu mandato os supostos ideais de 23 de janeiro de 1958. A luta de massas oferecia, contudo, ingentes possibilidades, mesmo enfrentando a repressão governamental. A combatividade de 1958 não se havia apagado no povo. O exemplo da Revolução Cubana atuava como um grande catalisador de energias e vontades na contenda política. O desprendimento de um setor da AD — que logo tomou o nome de MIR — comforça de massas e fator de expectativas de renovação para densos grupos progressistas do país havia enfraquecido e posto em situação difícil o partido de governo e o próprio governo. No mundo todo se desenvolvia um processo ascendente de luta pela libertação, contra o colonialismo e o imperialismo. Os partidos populares venezuelanos então — no lapso 1959-61 — até certo ponto foram vítimas da tática de Betancourt de fazê-los cair em provocações e ciladas para marginalizá-los, paulatinamente, da legalidade formalmente democrática. O recurso do alçamento militar, de inspiração marxista, permitiu ao governo liquidar praticamente uma vigorosa penetração ideológica avançada nas forças armadas, sem nenhum benefício para o movimento popular, muito pelo contrário. A chamada “base ampla” — AD e Copei — garantia o suporte político do sistema, enquanto a política econômica e social do governo servia para obter e conservar o apoio das classes dominantes. A burocracia sindical, camponesa, magisterial e gremial dos partidos do “estabelecimento” — utilizando todos os recursos, inclusive a violência física — cumpria sua tarefa de frear a luta popular em suas manifestações críticas. A ação combinada — nos fatos, é claro — da repressão oficialista, em seu mais amplo sentido, e da impaciência revolucionária por “queimar etapas” para alcançar uma transformação da sociedade venezuelana — visto o fenômeno cubano e não tão recente, mas vivo ainda, o triunfo da luta chinesa —, conduziu, a partir de 1962, à guerra de guerrilhas, nos campos e cidades, convencidas as forças combatentes da eficácia das táticas do “foquismo” então em voga. A luta armada ganhou impulso nesse tempo compreen-

dido entre 1962 e 1967, vigorosa nos primeiros anos, golpeada pelos reveses múltiplos e pela ausência de perspectiva clara nos últimos, combatida sem descanso pelo exército cujos recursos antiguerrilheiros se tornaram cada vez mais eficientes, e carcomida depois internamente pelas divergências e discrepâncias que surgiram dentro das forças políticas coordenadoras da luta armada. Não existiu nunca uma base camponesa de sustentação das frentes guerrilheiras. A Venezuela se converteu durante a década de 60 num país eminentemente “não rural” e, portanto, a luta de massas devia desenvolver-se principalmente nas zonas urbanas. Já em 1969, quando tomou a presidência da República Rafael Caldera, dirigente do Copei (social-cristão), a chamada pacificação — no sentido de redução ao mínimo inoperante da luta armada — era um fato e os partidos de esquerda já estavam convencidos da necessidade de orientarem suas atividades pela via da legalidade democrática condicionada pelo sistema.

Nas eleições gerais de finais de 1963 — ente cujo processo fracassou inteiramente o propósito de frustrá-las violentamente segundo um chamado à obtenção, por parte dos grupos revolucionários em armas — saiu vitorioso uma vez mais o partido AD, com seu candidato presidencial Raúl Leoni, não obstante ter o partido pouco antes sofrido uma segunda divisão, da qual surgiu o partido AD-Oposição, que logo seria denominado Partido Revolucionário Nacionalista (PRN), dirigido por Raúl Ramos Giménez, cuja orientação ideológica não era marxista e estava enquadrada na doutrina original da AD. Esta divisão foi causada pelo descontentamento de um qualificado e numeroso grupo de dirigentes, com influência relativa na militância, frente à gestão político-administrativa do governo de Betancourt, por considerá-la diretrizante e subordinada à oligarquia. O PRN se uniu posteriormente a outro grupo político progressista — de orientação marxista — desprendido por seu turno do partido URD, para formar o que se denominou Partido Revolucionário de Integração Nacionalista (PRIN), de vida breve, por causa das discrepâncias internas, de tal modo que o grupo mais radical se separou e o grupo restante reconstituiu o PRN, dissolvido mais tarde por decisão própria.

O governo de Leoni (1964-69) tentou distinguir-se do anterior por uma gestão mais popular, menos subordinada às classes dominantes e ao capital estrangeiro, mais flexível e até estimulante ante as reivindicações operárias e camponesas, mas sem deixar de ser uma gestão inscrita no sistema, obediente no essencial aos interesses do poder econômico. O confronto mais notável, até certo ponto indicativo de um esforço de independência política ante o poder, ocorreu em 1966, quando o governo apresentou à consideração do Congresso nacional um projeto de reforma tributária progressiva, tendente a cobrar mais impostos sobre o lucro petrolero e mineiro e o dos setores de altas e médias receitas. Esse projeto fracassou em sua forma original ante um ataque a fundo dos fatores e meios de poder, principalmente as companhias petroleiras através de testas-de-ferro submissos a seus interesses, com o pretexto habilmente

aproveitado de que a reforma incidiria negativamente na situação da “classe média”. O governo cedeu e a reforma finalmente aprovada foi de índole conciliatória. Por outro lado, o governo de Leoni assestou os últimos golpes à luta armada e pôs em prática a política chamada de pacificação para brindar uma espécie de anistia a todos os que decidissem recolher-se à legalidade. Também empregou a repressão a fundo contra o movimento revolucionário. Foi invadida a Universidade de Caracas, por forças militares, e detidos numerosos estudantes e ativistas políticos. A polícia secreta cometeu numerosos assassinatos, entre os quais o do dirigente comunista Alberto Lovera estremeceu o país pela forma impiedosa como foi cometido. Pôs-se então em vigência a figura do “desaparecimento” dos detidos políticos, que consistiu na negativa por parte dos diversos corpos policiais de admitir a detenção praticada de um cidadão quando se tinha a convicção, e até a prova, de que a detenção havia sido feita. O detido “desaparecia”, de tal modo que o qualificativo de “morte civil” era mais apropriado, e algumas vezes o desaparecimento culminava no achado do cadáver terrivelmente maltratado. Não foi, portanto, um lapso de governo em que os direitos humanos fossem respeitados. Em verdade, depois de 1958, o respeito aos direitos humanos, consagrados expressamente na Constituição nacional, tem sido quebrado com dolorosa freqüência.

Nas eleições gerais de 1968 triunfou por margem muito estreita o candidato presidencial social-cristão (Copei) Rafael Caldera, que em três ocasiões anteriores havia sido derrotado. O Copei representava uma alternativa do governo dentro do sistema de poder, confiável para os interesses dominantes, dada a índole conservadora do partido, sua proclamada diferenciação do marxismo e sua qualificação como expressão político-ideológica da doutrina social da Igreja católica. Todavia, a derrota da AD se deveu circunstancialmente a sua terceira divisão, ocorrida em 1967, sob a direção de Luis Beltrán Prieto, um dos mais eminentes fundadores da AD, com grande prestígio como educador e considerável influência na militância do partido AD. Esta divisão deu origem ao partido denominado Movimento Eleitoral do Povo (MEP) que participou das eleições com candidato próprio, Luis Beltrán Prieto. A esse respeito deve assinalar-se que a divisão — produzida por divergências em relação à orientação do governo e à democratização da vida pública e da economia — partiu do fato específico de que Prieto — pré-candidato presidencial da AD com força majoritária no seio do partido — foi vítima de uma manobra — atribuída a Rómulo Betancourt — para deslocá-lo como candidato presidencial, em benefício de Gonzalo Barrios. Prieto, como candidato do MEP, obteve uma volumosa votação, a qual, somada à da AD, teria sido suficiente para o triunfo desse partido por ampla margem. O governo de Caldera — com minoria no Congresso em relação com outras forças políticas — se autoproclamou como “nacionalista democrático”, com maior abertura ao diálogo político, com menor atividade repressiva — a luta armada estava reduzida ao mínimo, com muito escassa e esporádica ação

— e maior auge de massas que no-lapso anterior. Caldera tentou mostrar certa independência ante o poder econômico, e nos últimos tempos de seu mandato teve confrontos formais com os organismos representativos desse poder; mas na realidade, a gestão não diferiu da precedente no econômico e no social; devem mencionar-se, todavia, dois aspectos importantes dessa gestão: o aumento considerável da participação fiscal nacional na renda petroleira, sobretudo a partir de 1972, assim como a adoção de medidas de resgate progressivo de fases do negócio petroleiro para o Estado<sup>82</sup>, e o freio às pressões inflacionárias, que então começavam a emergir à superfície do mercado, utilizando para tanto a regulamentação dos preços de bens essenciais e os subsídios. Não obstante, a alta do custo de vida — e a escassez de alguns produtos alimentícios — foi o centro da campanha eleitoral do candidato da AD — Carlos Andrés Pérez — em 1973.

O governo social-cristão foi substituído por um da AD, pela terceira vez depois de 1958, em virtude das eleições de 1973. O candidato vitorioso — Carlos Andrés Pérez — obteve uma imensa maioria de votos sobre seu principal opositor, Lorenzo Fernández, do Copei. Nessas eleições participou pela primeira vez o partido Movimento ao Socialismo (MAS), originado numa divisão do Partido Comunista, por razões ideológicas, estratégicas e táticas. O MAS, com seu candidato José Vicente Rangel, também apoiado pelo MIR (que retornou à legalidade depois de um longo tempo de luta clandestina inclusive armada) obteve uma votação considerável, apesar da feroz campanha que lhe fizeram os fatores de poder que apreciavam nesse movimento um risco para a estabilidade do sistema, e apesar também da incidência negativa da queda de Allende (setembro de 1973, véspera das eleições) muito aproveitada pelos meios de poder. Carlos Andrés Pérez foi beneficiado com uma imagem publicitária eleitoral de dirigente enérgico, mas democrata, com grande capacidade de trabalho e vigor físico e mental para um governo muito dinâmico, em luta contra a inflação, a escassez de alimentos, o desemprego, a má distribuição da renda, o subdesenvolvimento e a pobreza. Sua tomada de posse na presidência da República em março de 1974 foi assistida com grande expectativa por todos os setores. Teve a felicidade de que seu governo se iniciou com um auge fiscal sem precedentes na história do país, graças ao aumento substancial dos valores do petróleo, de modo que ele tem gozado de dois grandes apoios para uma gestão de êxito: maioria decisiva no Congresso e bonança fiscal extraordinária. É claro, porém, que este governo, como os anteriores, está subordinado à realidade do poder econômico e em boa medida sua gestão tem favorecido o desenvolvimento capitalista dependente, com um ritmo mais elevado de acumulação privada.

---

82. No lapso 1970-73 foram promulgadas as leis seguintes: Lei Reserva ao Estado do Gás Natural e Lei sobre Bens Sujeitos a Reversão nas Concessões Petroleiras.

Contudo, em 1975 foi decidida a nacionalização da indústria de hidrocarburos, fundamental para o país.

### 7. *As Conjunturas Mais Notáveis*

Em dezembro de 1958 foi decretada uma reforma importante da lei de imposto de renda, pela qual as empresas petroleiras deviam pagar, a partir do mesmo ano de 1958, uma taxa de 45 por cento sobre seus lucros brutos, em lugar dos 26 por cento pagos até então. Esta medida ocasionou uma forte reação negativa dos consórcios petroleiros, habituados a negociarem previamente com o governo qualquer modificação do regime fiscal que os afetasse. Nessa oportunidade o governo tomou a decisão sem consultar às petroleiras, em gozo pleno de soberania política. A represália dos consórcios não se fez esperar, já que a partir de 1959 se desenvolveu uma conjuntura de baixa persistente de preços do petróleo, de desinvestimento e deterioração da posição fiscal do Estado venezuelano, em grande parte induzida pelas manipulações manhosas das próprias companhias, que se estendeu até 1970. Este processo, junto à evasão de capital que começou em 1958 e se prolongou nos dois anos seguintes, ao descenso substancial da indústria de construção e outros aspectos de mal-estar econômico, levou a uma recessão severa, particularmente sentida em 1961 quando o governo decretou um conjunto de medidas econômicas de emergência, entre as quais destacou-se uma rebaixa de 10 por cento nas remunerações do pessoal do setor público (o que se chamou popularmente “lei da fome”). Em 1964 foi desvalorizado o bolívar numa proporção de 36 por cento com relação à paridade firme invariável durante mais de vinte anos. Essa desvalorização favoreceu as companhias petroleiras ao revalorizarem virtualmente seus ativos reais no país. Em 1970 o Congresso ditou uma reforma da lei de imposto de renda pela qual o executivo adquiriu a faculdade de fixar por decisão própria — segundo indicadores da situação petroleira — os valores mínimos de exportação dos hidrocarburos para efeitos de liquidação do citado imposto. Esse foi um importante ponto de partida para o resgate progressivo da indústria petroleira pelo Estado, que culminou com a nacionalização em 1975, efetiva a partir de 1976.

### VIII. BIBLIOGRAFIA

- ACOSTA HERMOSO, Eduardo, *Análisis histórico de la OPEP*, Universidad de Los Andes, Mérida (Venezuela), 1969.
- ÁLVAREZ CHACIN, Francisco, *Secretos petroleros contra Venezuela*, Caracas, 1970
- ARAUJO, Orlando, *Situación industrial de Venezuela*, UCV, Caracas, 1969.
- ARAUJO, Orlando, *Venezuela violenta*, Ediciones Espéridas, Caracas, 1968.
- ARELLANO MORENO, Antonio, *Mirador de história política de Venezuela*, Ediciones Edime, Caracas/Madrid, 1968.

- Asociación Pro-Venezuela, *Un programa para Venezuela*, Caracas, 1971.
- Banco Central da Venezuela, *Memoria e Informe económico*, vários años, Caracas.
- Banco Central da Venezuela, *La economía venezolana en los últimos veinticinco años*, Caracas, 1966.
- BETANCOURT, Rómulo, *Venezuela, política y petróleo*, FCE, México.
- BETANCOURT, Rómulo, *Tres años de gobierno democrático 1959-62*, Caracas, 1962.
- BRITO FIGUEROA, Federico, *Historia económica y social de Venezuela*, 2 ts. UCV, Caracas, 1966.
- CARRERA DAMAS, Germán, *Crítica historia*, Caracas, 1960.
- CARRILLO BATALLA, Tomás E. et alii., *Evaluación de la inversión del ingreso petrolero en Venezuela*, UCV, Caracas, 1968.
- Comisión de Reforma Agraria, *La reforma agraria en Venezuela*, Edición MAC, Caracas, 1959.
- CÓRDOVA, Armando, *Inversiones extranjeras y subdesarrollo*, UCV, Caracas, 1973.
- CROES, Henmy, *El movimiento obrero venezolano (Elementos para su historia)*, Ediciones Movimiento Obrero, Caracas, 1973.
- DE LA PLAZA, Salvador, *El problema de la tierra*, Ed. Fondo Cultural, México, 1947.
- DE LA PLAZA, Salvador, *El petróleo en la vida venezolana*, UCV, Caracas, 1974.
- DE LA PLAZA, Salvador, *La formación de las clases sociales en Venezuela*, Ediciones Rocinante, s/d, Caracas.
- DÍAZ RANGEL, Eleazar, *Cómo se dividió el PCV*, Ed. Domingo Fuentes, Caracas, 1971.
- DÍAZ SÁNCHEZ, Ramón, *Guzmán (Elipse de una ambición de poder)*, Edime, Madrid-Caracas, 1952 (2a.ed.).
- ESCOVAR SALOM, Ramón, *Evolución política de Venezuela*, Monte Ávila Editores, Caracas, 1972.
- FALN, *Por qué luchamos*, Caracas, 1963.
- FERNÁNDEZ Y FERNÁNDEZ, Ramón, *Reforma agraria en Venezuela*, Caracas, 1948.
- FUENMAYOR, Juan Bautista, *1928-1948, Veinte años de política*, Caracas, s/d.
- FUENMAYOR, Juan Bautista, *Historia de la Venezuela política contemporánea, 1899-1969*, 2 ts., Caracas, 1975.
- GIL FORTOUL, José, *Historia constitucional de Venezuela*, 3 vols., Caracas, 1954.
- IRAZÁBAL, Carlos, *Hacia la democracia*, Ed. Pensamiento Vivo, Caracas, 1961.
- IRAZÁBAL, Carlos, *Venezuela esclava y feudal*, Ed. Pensamiento Vivo, Caracas, 1964.
- MACHADO, Gustavo, *En el camino del honor*, Caracas, 1966.
- MALAVÉ MATA, Héctor, *Petróleo y desarrollo económico de Venezuela*, UCV, Caracas, 1962.
- MALAVÉ MATA, Héctor, *Formación histórica del antidesarrollo en Venezuela*, Fondo Editorial Salvador de la Plaza, Caracas, 1974.
- MÁRQUEZ, Pompeyo, *Imperialismo, dependencia, latifundismo*, Ed. La Muralla, Caracas, 1968.
- MATA ZAVALA, D. F., *El tratado de reciprocidad comercial entre Venezuela y los Estados Unidos*, Ed. Venezuela Económica, Caracas, 1952.
- MATA ZAVALA, D. F., *Paradojas venezolanas (Crónicas de economía y angustia social)*, Caracas, 1959.
- MEJÍA ALARCÓN, Pedro, *La industria del petróleo en Venezuela*, UCV, Caracas, 1971.
- MIJARES, Augusto, *Interpretación pesimista de la sociología hispanoamericana*, Madrid, 1952.
- Missão Fox, *Venezuela vista por ojos extranjeros* (informe ao governo da Venezuela), Caracas, 1942.
- MIERES, Francisco, *El petróleo y la problemática estructural venezolana*, UCV, Caracas, 1969.
- MORÓN, Guillermo, *Historia de Venezuela*, 2 ts., Caracas, 1958.
- PARRA LEÓN, Miguel, *El problema agrario en Venezuela*, Editorial Suma, Caracas, 1959.
- Partido Comunista de Venezuela, *Los comunistas y la situación política actual*, Caracas, 1973.
- POCATERRA, José Rafael, *Memorias de un venezolano de la decadencia*, Editorial Élite, Caracas, 1936.
- POLANCO MARTÍNEZ, Tomás, *Historia económica de Venezuela*, 2 vols., Madrid, 1960.
- QUINTERO, Rodolfo, *El petróleo en nuestra sociedad*, UCV, Caracas, 1970.
- RANGEL, Domingo Alberto, *Los andinos en el poder*, Caracas, 1964.
- RANGEL, Domingo Alberto, *La oligarquía del dinero*, Editorial Fuentes, Caracas, 1971.
- RANGEL, José Vicente, *Expediente negro (el caso Lovera)*, La Muralla, Caracas, 1969.
- RIVAS RIVAS, José, *Historia gráfica de Venezuela* (vários volumes), Caracas.
- Partido AD, *Venezuela bajo el signo del terror 1948-1952 (Libro negro de una dictadura)*, Editorial Centauro, México. (Facsimilar, 1974, José Agustín Catalá, editor).
- RONDÓN MÁRQUEZ, R. A., *El autócrata civilizador*, Madrid, 1952.



## História de meio século na Venezuela: 1926-1975

- SÁDER PÉREZ, Rubén, *Cartas petroleras*, Ed. Arte, Caracas, 1969.
- SALCEDO BASTARDO, J. L., *Historia fundamental de Venezuela*, Caracas, 1975.
- SISO, Carlos, *Formación del pueblo venezolano*, Madrid, 1953.
- SISO MARTÍNEZ, J. M., *Historia de Venezuela*, Ed. Yocoima, México, 1956.
- Universidade Central da Venezuela, *Estudio de Caracas*, vol. IV, Caracas, 1970.
- VALLENILLA LANZ, Laureano, *Cesarismo democrático*, Ed. Garrido, Caracas, 1952.
- VALLENILLA LANZ, Laureano, *Escrito de memoria*, Versalhes, 1961. vários, *Nacionalización petrolera en Venezuela*, Monte Ávila Editores, Caracas, 1971.
- VELÁSQUEZ, Ramón J., *La caída del liberalismo amarillo*, Ed. Contraloría de la República, Caracas, 1972.
- Venezuela (Estados Unidos da), Serviço Secreto de Investigações, *La verdad de las actividades comunistas en Venezuela*, Caracas, 1936.
- VELOZ, Ramón, *Economía y finanzas de Venezuela*, Caracas, 1945.



Impresso por



Linha Gráfica  
Editora Ltda.

SIG Q R LOTES 2327-33 CEP 70610-100 TELS. 224 7706-224 7704 7704 7708 BRASÍLIA DF



---

## COLEÇÃO PENSAMENTO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO

A Coleção Pensamento **Latino-americano e Caribenho** foi criada com o objetivo de apresentar ensaios de natureza política, econômica, social, cultural, filosófica ou literária da América Latina e do Caribe, na visão de historiadores dessa região. Sem perder de vista a perspectiva histórica, na coleção é analisada a situação atual desses povos, em particular o processo de colonização havido e, sobretudo, o processo de dominação existente. Integra a Coleção **Pensamento Latino-americano e Caribenho** a Série **América Latina: história de meio Século**, assim composta:

### VOLUMES JÁ EDITADOS

#### VOLUME 1

- Argentina
- Brasil
- Chile
- Paraguai
- Uruguai

#### VOLUME 2

- Bolívia
- Colômbia
- Equador
- Peru
- Venezuela

### Nos próximos volumes estudos sobre:

- El Salvador
  - Nicarágua
  - Costa Rica
  - Panamá
  - México
  - Guatemala
  - Honduras
  - Cuba
  - República Dominicana
  - Haiti
  - Porto Rico
-

# AMÉRICA LATINA

HISTÓRIA DE MEIO SÉCULO



2

BOLÍVIA  
COLÔMBIA  
EQUADOR  
PERU  
VENEZUELA

"A guerra era desde cedo inevitável. Por que os dois países mais pobres da região tinham de se lançar a uma tal aventura? Talvez porque supunham que o único que lhes restava era sua honra. A negociação era o único que pedia a lógica, mas não eram lógicos os homens que deveriam pensar na negociação. A diplomacia teria sido possível, mas somente se se tratasse de países não-submetidos a semelhantes pressões emocionais, acumuladas e jamais racionalizadas." Esta é uma faceta da situação do início dos anos 20 enfrentada pela Bolívia que é analisada no presente volume. A obra contém ainda estudos sobre os 50 anos (de 1925 a 1975) dos demais países que formam o grupo andino (Colômbia, Equador, Peru e Venezuela).

FLÁVIO CASTRO

ISBN: 85-230-0257-X